

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

As fenomenias e a economia plural
O olhar da gestão na dimensão territorial

Fabiana Besen

Florianópolis
2010

FABIANA BESEN

As fenomenias e a economia plural
O olhar da gestão na dimensão territorial

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração, pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Maurício Roque Serva, Dr.

Florianópolis
2010

Catlogação na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

B554f Besen, Fabiana

As fenomenias e a economia plural [dissertação] :
o olhar da gestão na dimensão territorial / Fabiana
Besen ; orientador, Maurício Serva. - Florianópolis,
SC, 2010.

201 p.: il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação
em Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Fenonomias. 3. Economia plural. 4.
Território. I. Serva, Maurício. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração.
III. Título.

CDU 65

Fabiana Besen

**FENONOMAIS E ECONOMIA PLURAL:
O OLHAR DA GESTÃO NA DIMENSÃO TERRITORIAL**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Organizações, Sociedade e Desenvolvimento do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 26 de maio de 2010.



Prof. Dr. Maurício Serva
Coordenador do Curso

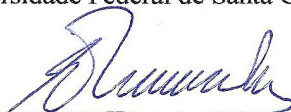
Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:



Prof. Dr. Maurício Serva
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Hans Michael van Bellen
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Miguel Eduardo Moreno Añez
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Aos meus pais, César Besen e Cássia Besen, que me ensinaram a lutar pelos meus sonhos e são os responsáveis por esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, por seu amor, carinho, compreensão, pelo seu apoio constante na realização deste trabalho e, principalmente, pela educação que me proporcionaram ao longo de minha vida.

Maurício Serva, amigo-professor orientador deste trabalho. Durante nossa caminhada proporcionou momentos singulares de aprendizado que serão levados para minha vida pessoal e profissional. Seus conhecimentos e experiência prática permitiram a conciliação do saber e do saber fazer, fundamental para concretização deste trabalho. Agradeço, especialmente, sua amizade, energia, motivação e força para enfrentar todas as dificuldades da vida e manter o otimismo durante a realização deste trabalho.

Aos amigos e colegas do Núcleo Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento (ORD), Déris, Daniel, Gil, Mayara e Pedro, agradeço o apoio e força.

Agradeço aos demais membros da banca – professor Hans Michael van Bellen (UFSC) e Miguel Eduardo Moreno Añez (UFRN) por aceitarem gentilmente avaliar e contribuir com esta dissertação.

Aos membros das organizações que foram pesquisadas no trabalho de campo, meu sincero agradecimento. Não seria possível realizar este estudo sem a aceitação e cooperação deles. Em especial, agradeço aos casais: Glaico e a Rosa, o Guilherme e a Patrícia e a Luciane e o Christopher que abriram meus caminhos no município de Paulo Lopes.

Aos demais professores da Pós-Graduação em Administração (CPGA) que contribuíram ao longo destes dois anos para o crescimento do meu conhecimento científico.

A todos os amigos e amigas que conquistei durante esta jornada que me apoiaram com sugestões, comentários, críticas ou simplesmente ofereceram os ouvidos para as horas de dúvidas e desabafo.

E, acima de tudo, agradeço a Deus por tudo e em todos os momentos.

RESUMO

BESEN, Fabiana. **As fenomenias e a economia plural**: o olhar da gestão na dimensão territorial. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

O foco deste estudo reside na diversidade de atividades não valorizadas pelo mercado e pelos estudos econômicos formais. Estas atividades podem representar escolhas de pessoas que buscam a realização e satisfação pessoal, além de constituir uma fonte de geração de emprego e renda. Baseado nas teorias da economia plural e no paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos, este trabalho tem como objetivo demonstrar a possibilidade de um sistema social simples, como a fenomenia, contribuir na formação de uma economia plural que reconhece a diversidade de atividades, baseadas em comportamentos plurais de regulações econômicas que geram relações fundadas nos princípios de reciprocidade, de redistribuição e de mercado com trocas de recursos mercantis, não mercantis e não monetários. Sob esta perspectiva, a economia se articula com as questões sociais e ecológicas, aproximando-a da realidade social do homem. Neste contexto, organizações que desenvolvem atividades com princípios ecológicos prudentes do município de Paulo Lopes foram objetos deste estudo de campo que empregou métodos qualitativos de análise, baseado no quadro elaborado a partir do referencial teórico, sendo os dados coletados por meio de entrevistas e observações. Após a análise foi possível observar que as fenomenias oferecem indicativos para contribuir na construção de uma economia plural, representando a possibilidade de uma abordagem da teoria econômica sob um paradigma mais abrangente que não considera apenas o mercado e que possa servir de base para construção de um novo modelo de desenvolvimento que concilie as dimensões territoriais e da sustentabilidade.

Palavras-chave: fenomenias, economia plural, território.

ABSTRACT

BESEN, Fabiana. **As fenumias e a economia plural**: o olhar da gestão na dimensão territorial. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

The focus of this study is the diversity of activities not valued by the market and formal economic studies. These activities may represent choices people who seek fulfillment and personal satisfaction, apart from being a source of employment generation and income. Based on the theories of plural economy and the paraeconomic paradigm of Guerreiro Ramos, this work aims to demonstrate the possibility of a system simple social, such as the fenumia, contribute in formation of a plural economy that recognizes the diversity of activities, based on behaviors plural of regulations that generate economic relations founded on the principles of reciprocity, redistribution and market with exchange of resources commercial, non-market and non-monetary. Under this perspective, the economy is linked to the issues social and ecological, bringing it to the social reality man. In this context, organizations that develop activities with ecological prudent principles of Paulo Lopes were objects of this study field that used qualitative methods, based on the framework developed from the theoretical references, and data collected through interviews and observations. After analysis it was observed that the fenumias offers the indicative to contribute to the construction of a plural economy, representing possibility of an approach to economic theory more under a comprehensive paradigm that considers not only the market and can serve as a basis for building a new development model that reconciles the dimensions territorial and sustainability.

Keywords: fenumias, plural economy, territory.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1- Interação entre as esferas da economia plural	35
Figura 2- Paradigma Paraeconômico	40
Figura 3 - Relações ambientais - Sítio Dom Natural.....	142
Figura 4 - Relações ambientais - Piscicultura Panamá.....	142
Figura 5 - Relações ambientais – Alambique Dom Bueno	143
Figura 6 - Relações ambientais – Instituto Passarim.....	143
Figura 7 - Relações ambientais – Instituto Harmonia na Terra	144
Figura 8 - Relações ambientais – Produção de leite orgânico.....	144
Figura 9 - Relações ambientais – Fazenda Zuck	145
Figura 10 - Relações ambientais das organizações de Paulo Lopes	146
Figura 11- Princípios de regulação econômica – Sítio Dom Natural	162
Figura 12 - Princípios de regulação econômica – Piscicultura Panamá	163
Figura 13 - Princípios de regulação econômica – Instituto Passarim.....	163
Figura 14 - Princípios de regulação econômica – Instituto Harmonia da Terra.....	164
Figura 15 - Princípios de regulação econômica – Alambique Dom Bueno	164
Figura 16 - Princípios de regulação econômica – Fazenda Zuck	165
Figura 17 - Princípios de regulação econômica – Produção de leite orgânico	165
Figura 18 - Princípios de regulação econômica das organizações	167
Figura 19 - Alianças e apoio	170

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Pluralidade econômica de recursos e princípios	28
Quadro 2 - Modelo de análise dos processos organizacionais e racionalidade	55
Quadro 3 Estudos sobre Racionalidade pós-Serva (1996)	56
Quadro 4 - Sistemática do método de levantamento de informações.....	89
Quadro 5 - Dimensões da análise	90
Quadro 6 - Características das fenomenias	91
Quadro 7 - Princípios de regulação econômica.....	93
Quadro 8 - Quadro de análise.....	95
Quadro 9 - Número de participantes	118
Quadro 10 - Geração de renda nas organizações	152
Quadro 11 - Formas de atividades nas organizações	157
Quadro 12 - Produtos e serviços das organizações	173

SUMÁRIO

1	Introdução	13
1.1	Contextualização do tema e caracterização da pesquisa	13
1.2	Objetivo Geral.....	20
1.3	Objetivos Específicos	20
1.4	Justificativa	20
1.5	Estrutura da dissertação	22
2	Fundamentação Teórica.....	23
2.1	A perspectiva de uma economia plural	23
2.1.1	<i>A economia substantiva</i>	<i>23</i>
2.1.2	<i>A Economia Plural.....</i>	<i>27</i>
2.2	Sociedade Multicêntrica e o Paradigma Paraeconômico	35
2.3	Discussões sobre racionalidade.....	47
2.4	Conexões entre a economia plural e o paradigma paraeconômico	58
2.5	A abordagem territorial.....	64
2.6	O caminho para desenvolvimento territorial sustentável.....	68
2.6.1	<i>Modelo fordista e pós-fordista.....</i>	<i>68</i>
2.6.2	<i>A sustentabilidade e o desenvolvimento.....</i>	<i>71</i>
2.6.3	<i>A construção do DTS.....</i>	<i>78</i>
3	Metodologia	81
3.1	Especificação do problema	81
3.2	Delimitação da pesquisa	82
3.2.1	<i>Delineamento da Pesquisa.....</i>	<i>82</i>
3.2.2	<i>Unidade de Análise.....</i>	<i>83</i>
3.3	Coleta e Tratamento dos dados	85
3.3.1	<i>Dados Primários.....</i>	<i>85</i>
3.3.2	<i>Dados Secundários.....</i>	<i>88</i>
3.3.3	<i>Sistemática do método de levantamento.....</i>	<i>88</i>
3.4	Categorias de Análise	89
3.4.1	<i>Quadro de Análise</i>	<i>94</i>
4	Apresentação e análise dos Resultados	96
4.1	Fenômenos	98
4.1.1	<i>Grau de formalização</i>	<i>114</i>
4.1.2	<i>Número de participantes.....</i>	<i>117</i>
4.1.3	<i>Consciência social.....</i>	<i>120</i>
4.1.4	<i>Motivação para as atividades.....</i>	<i>123</i>
4.2	Valores e objetivos.....	126

4.2.1	<i>Valores emancipatórios</i>	129
4.2.2	<i>Julgamento ético</i>	133
4.3	<i>Ação social e relações ambientais</i>	137
4.3.1	<i>Valores emancipatórios</i>	139
4.4	<i>Socioeconômica</i>	148
4.4.1	<i>Geração de renda</i>	148
4.4.2	<i>Diversidade de formas de atividades</i>	153
4.4.3	<i>Pluralidade de princípios econômicos</i>	158
4.4.4	<i>Alianças e Apoio</i>	168
4.5	<i>Ambiental</i>	171
4.5.1	<i>Processos de desenvolvimento das atividades</i>	172
4.5.2	<i>Ações Ambientais</i>	175
5	Considerações finais	184
5.1	Indicações para novos estudos	191
6	Bibliografia	192
APÊNDICE	199

1 Introdução

1.1 Contextualização do tema e caracterização da pesquisa

Ao longo do século XX, a sociedade experimentou um desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes na história. Os avanços nos meios de comunicação e transporte reduziram as distâncias, interligando as pessoas em qualquer parte do planeta. O fenômeno da globalização promoveu a integração dos recursos e mercados, reforçando a idéia de uma “sociedade centrada no mercado” (Guerreiro Ramos, 1989) e um mercado de trabalho, no sentido moderno do termo, como a forma predominante de produção de bens e serviços.

Nessa sociedade centrada no mercado, o critério econômico se torna o padrão da existência humana, legitimando o mercado como a força modeladora da sociedade como um todo, ultrapassando, portanto, a questão econômica e abrangendo aspectos sociais, culturais e políticos (GUERREIRO RAMOS, 1989). Neste contexto, o trabalho voltado para o mercado passa a ser uma das principais idéias-fundadoras da sociedade moderna ocidental. Um conjunto de valores e crenças é atrelado à natureza do trabalho como forma simbólica concreta da construção dos alicerces moralizantes e racionalizáveis, transformando o mercado como o motor de todo sistema econômico e social.

Assim, a referência dessa sociedade centrada no mercado é legitimada pela razão instrumental¹. Nesta lógica, as ações humanas são fundamentadas pelo cálculo utilitário de conseqüências (Guerreiro Ramos, 1989) e os valores humanos passam a ser entendidos como valores econômicos. Neste sentido, o mercado é entendido como a solução dos problemas econômicos, levando a sociedade a trabalhar em função do mercado, transformando-o no único fator ordenador de todos os aspectos da vida em sociedade.

No entanto, a adoção de um único fator de ordenação para vida humana leva a relações duais entre os que fazem parte do mercado de trabalho e os que não fazem, gerando espaço das atividades não formais sob a ótica do mercado. Estas atividades informais se caracterizam por não serem regularizadas, pela ineficiência ou ausência de lucratividade

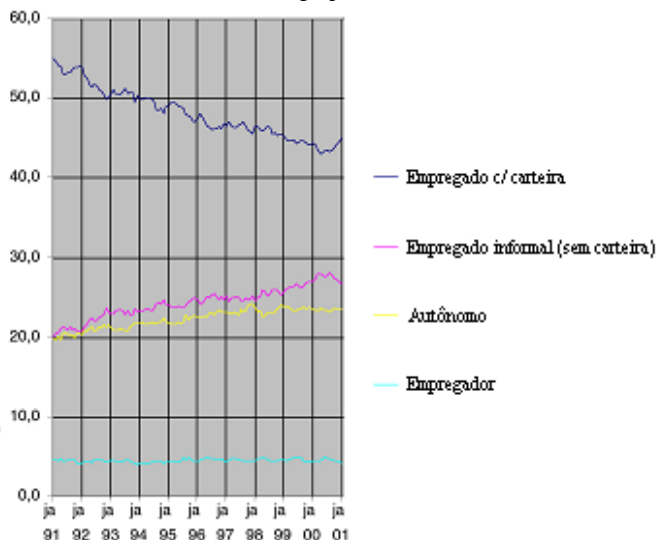
¹ Razão instrumental é definida por Weber (1991) como a escolha racional dos meios para chegar a fins determinados, tendo como base o cálculo utilitário de conseqüências.

que, em geral, não são codificadas, mensuradas ou avaliadas através de indicadores econômicos e sociais de um país. Toledo (1991) exemplifica

... são informais os vendedores ambulantes e os limpadores e guardadores de carro, os vendedores de frutas, legumes e guloseimas que desde a madrugada, fazem cada dia transações clandestinas, mobilizando altas somas em dinheiro, com amplas margens de lucro sem estarem legalmente registrados ou pagarem qualquer tipo de imposto. São informais, também, as microempresas unipessoais ou com alguns empregados assalariados sem registro em carteira e conseqüentemente sem nenhum recolhimento de contribuições sociais. Também são parcialmente informais as grandes, médias e pequenas empresas, formalmente constituídas - nacionais e estrangeiras - que reduzem custos contratando mão de obra em caráter precário, como são informais ou semi - formais estas mesmas empresas que comercializam a maior parte de seus produtos através de sistemas como venda direta ou vendas em redes sob a modalidade de consignação sem emissão de fatura. São informais os profissionais liberais e autônomos que prestam serviços que são remunerados sem recibo. Toledo, A. - La economía informal “amortiguadora” de la crisis peruana ; 1991, p.p. 87,88

No Brasil, as noções de formalidade e informalidade no campo do trabalho começaram a serem construídas durante as décadas de 1930 e 1940, na Era Vargas, com a formalização das relações de trabalho sedimentado, sobretudo, por leis federais e por contratos coletivos que foi crescente até os anos 80 (NORONHA, 2003). No entanto foi a década de 90 que representou a ruptura no movimento crescente de formalização do trabalho. Desde então, o mercado informal (ou subemprego) tem sido percebido com a evidência da queda dos trabalhadores com carteira assinada. Segundo dados do IBGE (2002), a proporção de empregados sem carteira cresceu 8,1%: de 20%, em janeiro de 1991, para 28,1%, em janeiro de 2001; ao mesmo tempo, a proporção de empregados com carteira decresceu 12,8%, conforme gráfico 1.

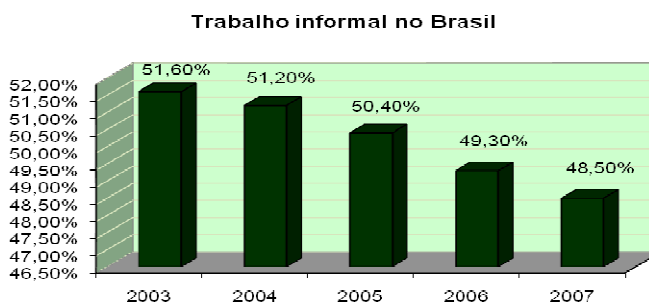
Gráfico 1 – População empregada (15 anos ou mais) por posição na ocupação (%)



Fonte: IBGE (2002)

A continuidade dessa tendência de crescimento do trabalho informal é verificada até o ano de 2005. A partir de então, observamos um pequeno decréscimo da informalidade no país, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 – Mercado informal no Brasil



Fonte: IPEADATA (2008)

Esses dados podem representar que o aumento das atividades informais é somente um refúgio para absorver a mão-de-obra do mercado formal. Todavia, não podemos esquecer que existem questões aparentemente desprezadas pela lógica do mercado, como auto-realização, autonomia e felicidade que só encontram espaço quando o mercado não é o fator ordenador da vida humana em pessoas que vivem e buscam concretizar seus objetivos de vida baseados em visões distintas de mundo através de múltiplas formas, considerando o mercado como parte de suas vidas e não o centro delas.

Em suma, essas as pessoas “fazem coisas”, despendem energia em conquistas individuais ou coletivas, na busca de sua sobrevivência ou somente para viverem com prazer e dignidade junto a seus pares, familiares e amigos. Seja nas grandes cidades, na zona rural ou em pequenas comunidades, as pessoas se estruturam em organizações de diversos formatos, usam seu tempo em atividades para alcançarem suas realizações. E essas organizações interagem e podem influenciar levando um determinado contexto político, social e econômico a se reconfigurar.

Esta diversidade que emerge na sociedade, desconsiderada pela teoria organizacional e econômica tradicional, precisa ser pesquisada e estudada como uma alternativa a lógica do mercado. Neste sentido, a ciência social contribui com Guerreiro Ramos, dentre outros autores, que em 1981 já visualizava uma sociedade onde a diversidade de formas de ocupação por parte dos indivíduos fosse grande o suficiente para que estes tivessem a liberdade e autonomia para decidirem as atividades que estivessem de acordo com seus objetivos de vida.

Guerreiro propõe uma sociedade de múltiplos enclaves, onde o mercado é apenas um dos enclaves onde se desenvolvem atividades humanas. Este pensamento é denominado pelo autor como *paradigma paraeconômico*, fundado na racionalidade substantiva onde os valores se sobrepõem aos fins e que, portanto, caminha na direção oposta da racionalidade instrumental. O paradigma apresentado por Guerreiro reconhece a diversidade de formas de associação de vida humana e os tipos organizacionais que dão suporte a essas formas. Neste contexto, o autor descreve a *fenonomia* como um tipo organizacional pertencente ao paradigma com uma pequena estrutura em que seus membros buscam a realização e satisfação longe das regras do mercado.

Neste caminho apontado por Guerreiro Ramos, outros autores seguiram seus estudos como Serva (1996) que ao relacionar a teoria de Guerreiro com a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas elaborou um quadro de análise que listam as categorias e caracterizam os

elementos da racionalidade substantiva e da instrumental, indicando a predominância do tipo de racionalidade nos processos organizacionais. A partir de então, o modelo proposto por Serva passou a ser utilizado por vários autores em seus estudos sobre racionalidade substantiva, como Matta (1998), Fraga (2000), Pinto, Reis (2001) entre outros, até os dias atuais.

A partir da década de 90, a concepção da *economia plural* surgiu nas discussões das abordagens econômicas reforçando a crítica de Guerreiro sobre a centralidade do mercado na vida em sociedade. Resgatando o conceito da economia substantiva de Polanyi (1957), que tem como base os três princípios de regulação econômica – redistribuição, reciprocidade e intercâmbio, a economia plural reconhece os diversos setores da economia, articulando os aspectos econômicos com os sociais e ecológicos (SAUVAGE, 1996).

Diante dessa exposição, questionamos: que características encontramos nas formas organizacionais em que a lógica do mercado não predomina como as fenomenias? Que atividades desenvolvem? De que modo? Por quais motivos? De que forma estas organizações se articulam? É possível contextualizá-las na abordagem de uma economia plural?

Na busca das respostas para nossos questionamentos encontramos o estudo de Rogério Tonet (2004). Seu trabalho que foi pioneiro na análise das fenomenias identificou as relações entre as fenomenias, racionalidade, economia plural e desenvolvimento local na feira de artesanato Largo da Ordem em Curitiba-PR, demonstrando que a fenomenia se caracteriza como uma alternativa viável de melhoria de condição de vida no contexto do desenvolvimento sustentável e de libertação do trabalho regido pelo mercado fundado na razão instrumental.

Observando a relevância do estudo de Tonet (2004), buscamos responder as questões levantadas anteriormente focando a relação entre a fenomenia e elementos da economia plural. Neste sentido, propomos a aproximação entre o paradigma paraeconômico e a economia plural com uma análise de dimensão territorial a fim de promover um avanço da abordagem científica sobre o fenômeno no campo da gestão.

Para viabilizar o estudo, o recorte espacial escolhido foi o município de Paulo Lopes, no Estado de Santa Catarina que chama a atenção pela existência de organizações baseiam suas atividades em princípios sustentáveis, como agricultura orgânica, piscicultura orgânica e educação ambiental.

Paulo Lopes faz parte de mesorregião da Grande Florianópolis e compõe a microrregião de Florianópolis, fazendo limites com os municípios de Garopaba, Imaruí, Imbituba, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Martinho. A ocupação do local se deu no século XVIII, com a vinda do Coronel Paulo Lopes Falcão e de famílias açorianas e madeirenses. As terras foram cultivadas com a ajuda dos índios Carijós que habitavam as proximidades, e, mais tarde, com a ajuda dos escravos. Em 8 de abril de 1890, o governador Lauro Severiano Muller, criou a freguesia de Paulo Lopes e em 1892 instalou o primeiro Cartório de Paz. Apesar de ter sido registrado com este nome, por força da quantidade de olarias, a localidade foi chamada de Olaria por muitos anos. O município foi criado em 21 de dezembro de 1961, pela lei n. 804, por desmembramento de Palhoça. A fundação de Paulo Lopes foi em 30 de dezembro de 1961.

Desde 1975, seus limites territoriais abrigam uma parte da maior unidade de conservação do Estado, o Parque da Serra do Tabuleiro (PEST), sendo que hoje em dia possui 87.405 hectares de uma rica e variada fauna e flora. Da área de cerca de 450 km² de Paulo Lopes, o Parque Serra do Tabuleiro ocupa 65% do território, por este motivo o parque tem grande destaque no município do ponto vista como símbolo de preservação da natureza.

Em 1978 ocorreu a inauguração da primeira sede administrativa do parque, na Baixada do Massambu em Palhoça. A declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação das áreas de terras para implantação do Parque se deu em 1979. Ao longo dos anos de 1980 e 1981, foram indenizadas áreas em um total de 10.565,32 ha, perfazendo 12% da área do Parque. Após casos de anexações e desanexações a Unidade passou a abranger uma área total de 87.405 ha, cuja declaração de utilidade pública foi reforçada em 1982 pelo Decreto nº 18.766. A partir de 1995, através do Projeto Microbacias, a discussão com relação ao Parque tomou impulso, tendo como evento marcante um seminário com as comunidades do entorno, ocorrido em 1997, e que resultou na criação do Conselho Intermunicipal para a Implantação do Parque (FATMA 2002).

Seu zoneamento foi realizado em 2000 e uma série de documentos com informações e discussões do diagnóstico Sócio-Econômico e da Dinâmica dos Recursos Naturais foi produzida. O Parque é gerenciado pela FATMA (Fundação do Meio Ambiente) e qualificado como maior UC de proteção integral do Estado de Santa Catarina. No entanto, o PEST ainda não possui plano de manejo. A descontinuidade das ações, pressões adversas, indefinições e a carência de recursos financeiros, humanos,

administrativos e políticos geraram um descrédito e revolta das comunidades do entorno frente ao Parque, que passou a ser visto como um obstáculo opressor, criando uma identidade negativa com a comunidade local (FATMA, 2002). Apesar da criação do parque como unidade de conservação ter ocorrida em 1975, sua implantação só será concretizada com a elaboração do plano de manejo e participação efetiva das comunidades do entorno em ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Atualmente, o município tem uma população de aproximadamente 7.000 pessoas, sendo 60% considerada urbana e 40% rural. Sua densidade demográfica é baixa na ordem de 13,8 hab/km², em razão da porcentagem territorial ocupada pelo Parque da Serra do Tabuleiro (IBGE, 2008). Tem uma boa infra-estrutura, pois praticamente 100% dos domicílios tem acesso a água encanada e a energia elétrica e 90% tem serviço de coleta seletiva. Dentre os índices de desenvolvimento humano (IDH)² 2000, educação, longevidade e renda³ que compõe o IDH – municipal, o IDH (M) de educação e longevidade apresentam níveis altos conforme classificação do PNUD⁴, sendo respectivamente 0,803 e 0,830. Já o IDH-renda é de 0,644 considerado de nível médio. Em relação a distribuição de renda entre os indivíduos que reflete a desigualdade existente na região, medido através do índice de GINI⁵, Paulo Lopes apresenta o número de 0,42, sendo o 4º município melhor posicionado entre os 293 do Estado de Santa Catarina (PNUD, 2000). No entanto, cabe ressaltar que a baixa desigualdade não significa que se trata de um município rico. Em relação aos dados dos empregos formais, no município a população ocupada entre 20 e 60 anos é de 1305 habitantes, representando apenas 40% da população total (IBGE, 2007), ou seja, 60% da pessoas não são contabilizadas pelas estatísticas oficiais.

² **IDH-M:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. É obtido pela média aritmética simples de três subíndices referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade) Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda).

³ **IDH-M Educação:** Subíndice do IDH-M relativo à Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola convertidas em índices

IDH-M Longevidade: Subíndice do IDH-M relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer

IDH-M Renda: Subíndice do IDH-M relativo à dimensão Renda. É obtido a partir do indicador renda per capita.

⁴ Nível: 0,0 a 0,499 - Baixo; 0,5 a 0,799 - Médio; 0,8 a 1,0 - Alto

⁵ Índice de GINI: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Neste território situado fora dos grandes centros urbanos e com um caráter conservacionista devido ao PEST, buscamos as organizações que desenvolvem atividades econômicas com princípios sustentáveis a fim de viabilizar a execução da pesquisa e responder a pergunta que norteará este estudo: **a dinâmica das fenomenias contribui para formação da economia plural em uma dimensão territorial?**

1.2 Objetivo Geral

Considerando o problema de pesquisa desta dissertação, tem-se o seguinte objetivo geral: Analisar as ações das fenomenias em seus processos de gestão para formação de uma economia plural no município de Paulo Lopes.

1.3 Objetivos Específicos

- a) Verificar a existência e caracterizar as fenomenias, identificando elementos da razão substantiva na gestão, seus principais desafios e suas inovações;
- b) Identificar os princípios de comportamento econômico das fenomenias de forma a contribuir para uma economia plural;
- c) Refletir sobre as relações entre as fenomenias e a economia plural, buscando indicativos a fim de contribuir com uma abordagem econômica condizente com os rumos do desenvolvimento.

1.4 Justificativa

Conforme discutido anteriormente, a lógica do mercado predomina em nossa sociedade. No entanto, as análises econômicas demonstram que é uma lógica excludente. Para se ter uma idéia, no Brasil o percentual do trabalho informal no período de 2000-2007 foi de 51,1% (OCDE, 2008). Diante deste cenário, parece-nos que o modelo adotado pela economia tradicional não abrange todas as possíveis formas de ocupação e

tampouco a teoria organizacional atual aborda sistemas que incluam a importância da autonomia e emancipação dos indivíduos.

No campo teórico, um primeiro passo foi dado por Rogério Tonet (2004). Sua pesquisa foi realizada na feira de artesanato Largo da Ordem em Curitiba-PR e verificou as relações entre as fenomenias, racionalidade, artesanato e desenvolvimento local, como alternativa viável de melhoria da condição de vida, de libertação do trabalho regido pelo mercado fundado na razão instrumental como referência central. Neste sentido, seu trabalho reconheceu a economia plural, a valorização da capacidade e a habilidades dos atores sociais, a cultura local, os recursos e a vocação da região como uma alternativa razoável para enfrentar a crise atual.

A partir do estudo de Rogério Tonet (2004), esta dissertação, no campo teórico, busca o aprofundamento das discussões sobre formas alternativas de ocupação, formas organizacionais como as fenomenias e a pluralidade econômica através da aproximação do paradigma paraeconômico e a economia plural. Neste sentido, justifica-se também, por contribuir no avanço dos estudos no campo na gestão para uma abordagem teórica condizente com um desenvolvimento mais humano, sustentável e justo.

Para a viabilização do campo da pesquisa, o município de Paulo Lopes surge como objeto deste estudo. Nesta localidade, observa-se um crescente número de organizações que baseiam suas atividades em princípios sustentáveis. Este contexto constitui o cenário adequado para estudar e analisar as características das organizações, seus processos de gestão e suas lógicas de ação dentro do contexto da economia plural. Nesta direção, as fenomenias e a economia plural nos indicam um caminho distinto das que estão vigência e que obedecem as leis do mercado.

Investigar de que forma ocorrem na prática a gestão dessas organizações e, desta forma, relacionar as fenomenias e a economia plural parece uma pequena contribuição deste trabalho que justifica sua realização. O esforço metodológico deste trabalho pode ainda contribuir na elaboração de projetos e de políticas públicas para o desenvolvimento. Além disso, dar continuidade a estudos como o de Serva (1996) e Tonet (2004) que examinaram a racionalidade na gestão de organizações produtivas. Aqui, destaca-se a relação entre a racionalidade nas fenomenias e a economia plural e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

1.5 Estrutura da dissertação

A presente dissertação está estruturada em seis partes, sendo que a primeira apresenta a introdução, relatando o contexto da problemática que envolve o tema desta dissertação, os objetivos geral e específicos e a justificativa teórica e prática e as questões para realização deste trabalho.

A segunda parte é dedicada à apresentação da fundamentação teórica, onde estão as definições e as discussões sobre os dois principais blocos teóricos de que trata esta dissertação: a *economia plural*, que contempla os conceitos e definições que fundamentam a abordagem como a economia substantiva; o *paradigma paraeconômico*: que apresenta a definição do modelo, contendo os tipos organizacionais de Guerreiro Ramos, os tipos de racionalidades: substantiva e instrumental, além do modelo que será utilizado na análise dos dados. No final desta parte será apresentada uma noção sobre a abordagem territorial e o desenvolvimento territorial sustentável que discorrerá sobre as questões que envolvem as noções sobre território, as diversas concepções sobre o desenvolvimento como a sustentabilidade.

A terceira parte descreve a metodologia e o delineamento para realização desta pesquisa. A quarta parte é reservada para a análise dos dados coletados em campo e por fim na quinta parte são apresentadas as considerações finais e a seguir as referências bibliográficas.

2 Fundamentação Teórica

2.1 A perspectiva de uma economia plural

A obra de Karl Polanyi apresenta a estrutura conceitual para se repensar o lugar da economia na sociedade. Sua noção de economia substantiva nos ajuda a refletir sobre a emergência contemporânea das formas de economia e a construção social de novos mercados. A seguir apresentamos a noção da economia substantiva de Polanyi e da economia plural.

2.1.1 *A economia substantiva*

Filho de pais húngaros, Karl Polanyi nasceu na cidade de Viena no ano de 1886. Estudou Filosofia e Direito em Budapeste e Viena. Após o envolvimento com a Revolução Húngara de 1919, exilou-se na Áustria. Quando da expansão do fascismo⁶, Polanyi procurou refúgio em Londres, entre 1933 e 1947, onde passa sua estada concentrando seus esforços sobre sua própria visão do que seria a economia, o que culmina com a publicação em 1944 de “A Grande Transformação”, considerada sua principal obra. Um dos conceitos mais visíveis em sua obra é a observação da economia como um processo institucionalizado. No ano de 1947 muda-se para a América, passando a lecionar na Universidade de Columbia. Karl Polanyi veio a falecer em 1964.

Para Polanyi (1957), o conceito de economia que herdamos parte do princípio de que os meios são escassos, pois da relação do homem com a natureza apenas se evidenciarão os recursos necessários a subsistência primeira. O modo em que despenderá seus esforços, e, portanto o uso de sua racionalidade, refere-se então à maneira pela qual o homem irá procurar maximizar esta sua relação com a natureza. A ação racional é definida como a escolha dos meios em relação aos fins, o que, portanto permite uma análise de escolha racional não apenas sobre meios

⁶ Na Áustria durante o período de 1933-1938, foi proclamado o regime fascista quando Dollfuß dissolveu o parlamento e estabeleceu uma ditadura clerical-fascista, com base no Partido Social Cristão, que durou até a Áustria ter sido incorporada na Alemanha através do Anschluss Austro-fascismo (PAYNE, 1995).

ou sobre fins, mas sobre a relação meios-fins (POLANYI, 1957). Se a escolha, no entanto, passa a ser determinada pela insuficiência de meios, a lógica da ação racional passa a conceber essa variante da teoria chamada pelo autor de economia formal.

O sentido de economia formal, então, implica na concepção de que todos os meios são raros, sendo a escolha determinada por essa escassez. Para que a escassez determine uma escolha, é necessário que os meios sejam explorados de várias formas. Neste sentido, a economia formal é caracterizada pela lógica, em que as regras se definem a partir das escolhas dos agentes (POLANYI, 1957). No entanto, o autor atribui a palavra economia outro significado: o sentido substantivo, distinto do sentido formal.

Para Polanyi (1957), o sentido substantivo origina-se na relação de dependência do homem frente à natureza e aos seus semelhantes para que esse possa assegurar sua sobrevivência. O autor remete ao intercâmbio entre o homem e seu ambiente natural e social, sendo este intercâmbio o meio com que o homem pode satisfazer a suas necessidades materiais.

A origem do conceito substantivo advém da economia empírica. Uma definição central da obra de Polanyi (1957) é da observação da economia como um processo institucionalizado de interação entre o homem e seu ambiente que se traduz pelo fornecimento contínuo de meios materiais permitindo a satisfação das necessidades. Portanto, a satisfação das necessidades é material se ela implica o uso de meios materiais para satisfazer fins. Karl Polanyi (1957, p. 244) afirma: “a economia humana é então *embedded* e englobada e nas instituições econômicas e não econômicas. (...) O importante é levar em conta o aspecto não econômico”.

Em A Grande Transformação (1944/1980) Polanyi demonstra que até o final do século XVIII encontramos em todas as sociedades o sistema econômico imerso no sistema social. Assim, anteriormente à nossa época nenhuma economia era controlada por mercados. Embora a instituição mercados estivesse sempre presente na história humana, "seu papel era apenas incidental na vida econômica" (POLANYI, 1980, p.59). "Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca, pela autoridade social" (p. 80).

Neste sentido, Polanyi afirma que a troca e o escambo nunca foram os determinantes da vida humana. As outras esferas da vida social junto com a economia influenciavam na estruturação da vida em sociedade. A

partir deste princípio é sustentada a idéia de que “o sistema econômico é dirigido por motivações não econômicas”. Conforme os estudos de Polanyi, o ganho e o lucro não foram os impulsionadores da economia nas sociedades anteriores ao mundo capitalista, assim a economia de mercado é algo novo e único na história, isto é, nenhuma outra sociedade anterior a nossa foi controlada pelo mercado auto-regulável através dos preços e “embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica” (POLANYI, 1980, p. 59).

Nas sociedades pré-capitalistas, não existia a noção de lucro nem de barganha individual, ao contrário, o que se verificava era um esforço para assegurar a sobrevivência do conjunto de seus membros, como forma de preservar os laços sociais que os identificava enquanto coletividade, isto é, a esfera econômica servia ao interesse social, não ao econômico de forma autônoma.

... a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais; ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos (POLANYI, 1980, p. 61).

A garantia dos meios materiais para a satisfação das necessidades nestas sociedades não modernas se dava através de dois princípios de comportamento: a reciprocidade e a redistribuição que eram colocados em prática através de padrões institucionais: a simetria e a centralidade.

O princípio da *reciprocidade* pressupõe uma relação simétrica, podendo ser percebido sobre o nível individual ou em grupo, da mesma forma com que pode compreender as relações de dádiva/dom⁷, pressupondo certa proximidade entre os atores, onde quanto maior esta proximidade, maior a possibilidade de uma relação de reciprocidade ser mais bem efetivada. As práticas de reciprocidade se consolidam, portanto, em relações que passam a tomar caracteres de regulação e equilíbrio econômico.

⁷ Para a noção de dádiva ver a obra de Marcel Mauss.

Já o princípio da *redistribuição* submete a existência de um centro, dentro da esfera, pois é definido como o movimento de apropriação de um centro a seu exterior. Desta forma, subentende a presença de uma figura de regulação, legitimada pelo costume ou de modo legal, a qual corresponde a tarefa de redistribuir o que lhe foi apropriado, pois lhe fora concedido este direito.

Um terceiro princípio chamado de *domesticidade* consiste na produção para uso próprio do grupo, cujos excedentes poderiam ser vendidos, e daí derivaria o princípio do *intercâmbio* (POLANYI, 1980). Este princípio remete aos movimentos de troca assim como os do mercado. Pressupõe, então, a existência de uma economia baseada em valores, com preços estabelecidos, ou mesmo, pesos de troca definidos. A permuta, a barganha e a troca são princípios de comportamento que dependem da existência do padrão de mercado para a sua efetivação. Polanyi (1980) argumenta que a permuta estaria para o padrão de mercado assim como a reciprocidade está para o padrão simétrico de organização, e a redistribuição para a centralização, porém o padrão de mercado é o único capaz de criar uma instituição específica, o mercado.

Os mercados adquiriram maior importância no século XVI, contudo, ainda não foi suficiente para o padrão de mercado controlar a sociedade. Durante muitos séculos a troca e a permuta conviveram com importância reduzida em relação aos princípios de reciprocidade e redistribuição, isto se verificou principalmente devido à proteção exercida pelas cidades (POLANYI, 1980). No século XIX, a consolidação da economia de mercado teve a peculiaridade de transformar toda a organização instituída, já que, pela primeira vez na história, “ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 1980, p. 72).

Karl Polanyi esclarece que, originalmente, mercado é o lugar onde se compram, em pequenas quantidades e a preços estabelecidos, os artigos de primeira necessidade. A transformação dos mercados locais (os quais são, fundamentalmente, mercados de vizinhança) em uma economia de mercado auto-regulável (fazendo surgir o mercado moderno, simples mecanismo de oferta-demanda regulado por preços flutuantes) foi o resultado da intervenção do Estado e da expansão do comércio exterior, o qual progressivamente penetrou nos mercados locais, e não da evolução progressiva destes para o âmbito nacional e internacional.

O mercado auto-regulável pressupõe que a ordem na produção e na distribuição de bens e serviços é assegurada apenas pelos preços. A produção é determinada pelo lucro daqueles que a organizam, lucro este

que depende dos preços; já a distribuição dos bens é feita através dos rendimentos, que também são determinados pelos preços. Na visão de Polanyi (1980), para assegurar a existência de uma economia de mercado deve-se incluir o trabalho, a terra e o dinheiro que são elementos essenciais à indústria. Estes três elementos também devem ser organizados em mercados, porém esta organização em mercados é perigosa, já que o trabalho, a terra e o dinheiro não são mercadorias.

Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. [...] A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. (POLANYI, 1980, p. 181).

O autor atribuiu para os elementos trabalho, terra e dinheiro a denominação de mercadorias fictícias, e assim, seria através desta ficção que os mercados reais seriam organizados. Portanto, não deveria ser permitido nenhum comportamento ou entendimento que viesse a comprometer o funcionamento dos mecanismos de mercado “nas linhas de ficção da mercadoria”. Ora, não seria possível, porém, admitir que apenas o mecanismo de mercado regulasse o destino dos seres humanos e da natureza de forma completa, as conseqüências para tal postulado seriam desastrosas para a sociedade.

Neste sentido, o estudo de Polanyi se constitui em um suporte para enfrentar o economicismo, através de uma perspectiva plural da economia, tendo em vista que se trata de uma abordagem que propicia a construção de novas formas de produção, de consumo e de relações de trabalho a fim de superarmos os graves desafios contemporâneos da nossa civilização.

2.1.2 *A Economia Plural*

A economia plural é uma abordagem da economia real que parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos variados e assumem formas institucionais igualmente diversas (LAVILLE, 2009). A concepção da economia plural decorre da crítica ao caráter redutor da economia de mercado, a qual valoriza apenas as atividades caracterizadas pela modernidade e tecnologia, pela concentração e competitividade, com destaque a economia de escala. O trabalho de referência é de Karl Polanyi (1957), em que lançou as bases da "concepção substantiva da economia." Nesta concepção, vimos que a economia é um processo institucionalizado, sujeito às normas sociais. A idéia da economia de mercado como um processo de regulação autônomo, distinto do tecido social, é uma característica da sociedade moderna, e por isso não pode servir de referência para a análise histórica dos processos econômicos.

Lévesque (2009) afirma que a economia social e solidária⁸ que se inscreve no trinômio mercado - Estado - sociedade civil contribui para concepção de uma economia plural quando se fundamenta na pluralidade de princípios e de recursos econômicos. As iniciativas da economia social e solidária geralmente emergem do voluntariado e da doação, mas para perenizar sua oferta de bens ou serviços precisam mobilizar recursos oferecidos pelo poder público ou então dispor de recursos mercantis sem fins lucrativos. Desta forma, a economia social e solidária se insere em um contexto plural duplamente, ou seja, do ponto de vista de uma pluralidade de princípios (troca mercantil, reciprocidade, redistribuição) e também de uma pluralidade de recursos: recursos mercantis, recursos não-mercantis (ajuda financeira dos poderes públicos) e recursos não-mercantis e não-monetários (voluntariado), conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Pluralidade econômica de recursos e princípios

	Recurso mercantil e princípio do mercado	Recurso não-mercantil e princípio da redistribuição	Recursos não-mercantil e não-monetário e reciprocidade
Coordenação	Preço (equivalente) Horizontalidade e	Mandato, regras	Intercâmbio de informação

⁸ Economia social e solidária remete àquelas atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem a democracia econômica associada à utilidade social. Pode-se agregar o conceito de solidariedade e, concretamente, a hibridização de recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários. Essas iniciativas econômicas são organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (PASSET, 2009).

	sem obrigação	Verticalidade e obrigação (direito)	Horizontalidade e engajamento
Princípio de regulação	Concorrência	Coerção (solidariedade fria)	Cooperação (solidariedade de proximidade)
Escolha	“Escolhido entre os seus”	Democracia Representativa	Democracia Participativa
Insatisfação	Saída	Voz	Lealdade
Racionalidade	Instrumental	Instrumental	Axiológica (valor)

Fonte: Lévesque (2009) a partir de Polanyi e Hirschman

A abordagem da economia plural evidencia a necessidade de repensar a economia e de construir novas formas de produção, de consumo e relação de trabalho. Sauvage (1996) afirma que a complexidade da sociedade atual e a necessidade de religar a economia a uma perspectiva social e ecológica mais ampla tornam inoperante uma visão unidimensional, baseada apenas na noção de mercado. Esta visão parece eficiente em um plano microeconômico, mas por seu caráter exclusivo, tende a esterilizar todo um potencial de criação de riquezas e de emprego contido em outras formas de regulação que não correspondem à sua lógica reducionista.

Os estudiosos adeptos desta concepção econômica que abrange diversas formas de regulações vêm ganhando força desde 1947, logo após a II Guerra Mundial, quando um grupo de intelectuais, pesquisadores e professores universitários liderados por Edgar Milhaud, então professor da Universidade de Genebra fundaram o Centro Internacional de pesquisas e informações sobre a economia pública, social e cooperativas – CIRIEC, sendo este o primeiro centro de pesquisas neste área no mundo. A iniciativa teve como objetivo fomentar a geração de conhecimento científico e a troca de informações entre cientistas e demais profissionais dedicados ao aperfeiçoamento de organizações públicas, organizações não governamentais e de cooperativas. Por 10 anos, o CIRIEC esteve sediado em Genebra. No ano de 1957, a sua sede central foi transferida para a Universidade de Liège, na Bélgica, onde se encontra até o presente. Desde a sua criação, o CIRIEC vem formando uma rede entre as diversas seções nacionais que foram criadas que atingem hoje o

número de dezesseis localizadas nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Eslovênia, Espanha, França, Grécia, Itália, Japão, Portugal, Suécia, Turquia e Venezuela. Este foi o movimento na busca de uma sociedade mais justa através do equilíbrio entre as dimensões econômica e social, que se tornaram cada vez mais forte a partir da década de 70, com o advento dos movimentos ecológicos e posteriormente com a idéia da sociedade civil atuante. Busca de soluções para os problemas que os governos já não conseguem resolver, por falta de recursos ou por falta de vontade política.

Em 1994, a OCDE, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico realizou um seminário, no qual participaram vinte representantes de diferentes países de seu quadro, pelo Serviço de Desenvolvimento Territorial no quadro do Programa de Desenvolvimento Econômico e Criação de Empregos no Nível Local, sob o tema da economia plural. Este evento se inseriu no programa de trabalho mais global que visou estudar e promover uma economia melhor adaptada ao desenvolvimento humano. Em 1996, como resultado do seminário foi lançado o livro: “Reconciliando o econômico e o social: através da economia plural”, uma coletânea que conta com vários autores, expoentes no assunto. Sauvage (1996), em ensaio que inicia o referido livro, descreve como as discussões sobre o assunto devem ser desenvolvidas, por exemplo, em relação ao reconhecimento de outros tipos de atividade econômica além daquelas decorrentes da economia globalizada, de onde decorre a noção de economia plural. Neste contexto, Sauvage indaga: “Pode-se admitir uma variedade de modos de funcionamento econômico criadores de riquezas e sobretudo de empregos, além do modelo dominante cuja lógica levada a extremos comporta graves ameaças ao tecido social de nossos países?” Na visão do autor, é preciso valorizar a diversidade das formas de atividades econômicas devido a derrocada do modelo econômico atual e, neste contexto, enumera as externalidades negativas que pela sua amplitude pareceu conduzir a “falência” deste sistema:

- a) desemprego generalizado;
- b) redução de salários;
- c) aumento da pobreza;
- d) êxodo rural e desertificação de algumas zonas

Estas mazelas do capitalismo tardio parecem estar alastrando-se pelo mundo em velocidade crescente.

Diante destes fatos, Sauvage (1996) considera redutora a idéia de um paradigma econômico centrado no mercado, ressaltando que sua intenção não é em absoluto apresentar um paradigma que representa a antítese do mercado, mas sim, ampliar esta noção redutora que coloca o mercado, ou a economia, acima dos interesses da sociedade. O autor coloca em discussão em que termos, ou eixos, um paradigma alternativo deve ser considerado:

- a) *Recolocação da economia em seu lugar*: propondo uma articulação entre o econômico, o social e o ecológico, pois entende que este tripé conduziria a um jogo de soma positiva, ao contrário do atual.
- b) *(re-) Enraizamento da ciência econômica*: superando o distanciamento atual da ciência econômica da realidade social do homem, que deixa de lado aspectos relevantes em favor de estudos baseados no mercado. São ainda invasivas as tentativas teóricas de generalizar modelos sem considerar o patrimônio cultural, artístico e histórico das regiões.
- c) *A economia plural*: através da diversificação das atividades econômicas e da ligação da economia a uma preocupação ecológica e societal. O potencial, segundo Sauvage, em termos de criação de empregos e de desenvolvimento que o trabalho tem como criador de identidade e coesão social, é desperdiçado no atual modelo. O aumento da variedade de tipos de atividade enriqueceria a gama de ações possíveis para o alcance deste desenvolvimento.

A diversidade é uma característica fundamental da economia plural. Ela remete a um enfoque aberto, não dicotômico, ao passo que a economia neoclássica utiliza classificações duais (mercantil x não mercantil; formal x informal; pública x privada). Assim, a variedade dos tipos de atividades soma-se a variedade de combinações entre elas, o que certamente complica a análise, mas enriquece a gama de possibilidades de ações (SAUVAGE, 2006). Segundo esta orientação, Sauvage (1996, p. 4) considera essencial a reabilitação do setor mais simples da economia: a economia de “subsistência” e a economia de mercado local. Assim, relaciona as formas de atividades da economia de subsistência:

- a) *A economia doméstica/familiar* de autoprodução, que não dá lugar à trocas nem separa o consumo da produção. Essa

- economia permanece dominante nos países do III Mundo e representa ainda 50% do PIB dos países da OCDE.
- b) *As trocas não-monetárias de proximidade* (donativos, escambo). A perda dessa dimensão é certamente um dos fatores de exclusão nos países ricos, os quais substituíram essa solidariedade natural por uma “proteção social” anônima e que, não valorizando a gratuidade, rejeitam aquilo que não é rentável.
 - c) *As atividades mercantis informais*, na medida em que seu caráter subterrâneo traduz sua ausência de rentabilidade nas condições atuais da legislação. Elas permanecem aquém das regras do jogo do mercado, embora sendo sempre mercantis.
 - d) *As microempresas*, individuais ou coletivas, que asseguram aos seus membros uma renda de “sobrevivência”: pequenos *métiers*, feiras, artesanato, pequeno comércio. São atividades que se manifestam como não rentáveis nas condições normais de salários e de nível de vida e que não obstante proporcionam uma inserção profissional e social a pessoas pouco competitivas no mercado de trabalho ou que rejeitam ser assalariadas.

Sachs (2003) concorda que a simples dicotomia formal/informal não serve para explicar ou medir a economia real. Na visão do autor, no Brasil seria um problema a própria medição destes aspectos, devido a diversidade de metodologias, seja do IBGE ou da Organização Internacional do Trabalho ou do Ministério do Trabalho. Outra dificuldade, também apontada é a não inclusão nos cálculos governamentais do trabalho doméstico, ou de vendedores ambulantes, de trabalhadores em tempo parcial, sacoleiras, revendedores de cosméticos, vigilantes que não trabalhem em empresas formais, e de outras diversas formas. Esta distorção ocorre até mesmo devido aos objetivos dessas pesquisas, normalmente orientadas pela visão estreita do mercado.

Para Sachs (2003), os múltiplos critérios adotados no Brasil complicam ainda mais a solução deste impasse. A própria definição de informalidade é diversa: para o Ministério do Trabalho, o setor informal é formado pelo universo das empresas não registradas, e, portanto não se sabe quantas existem. Para o IBGE (2002), o setor informal são atividades não-agrícolas, mas que produzem bens e serviços, com até cinco empregados em áreas urbanas, descontada a produção de subsistência e o autoconsumo. Diante deste dilema, Sachs (2003) corrobora com Sauvage (1996) sobre a necessidade de valorizar os setores mais simples da economia e propõe uma classificação em quatro

modos de produção que coexistem atualmente, incluindo a economia de mercado:

- a) *Economia doméstica*: está fora do mercado e é muito difícil de medir. Incluiria também os minifúndios de subsistência e os trabalhadores que constroem casas para uso próprio por exemplo.
- b) *Economia proto e pré-capitalista*: comumente chamada de economia informal, são as atividades organizadas na forma de empresas. É o trabalho que ocorre na linha divisória entre a economia doméstica e a de mercado.
- c) *Economia capitalista de mercado*: formado pelas empresas. É preciso distinguir as pequenas e médias empresas das grandes empresas e do Estado, pois se tratam de formas diferentes de organizações em sua essência.
- d) *Economia solidária*: onde estariam as ONG's, as empresas autogestionárias, associações e cooperativas.

Sauvage (1996) ainda aponta a necessidade de apoiar e legitimar estas atividades não convencionais, nos níveis conceitual e institucional, como forma de reforçar e ampliar a presença destas propostas na sociedade. Pensando na operacionalização da presença de atividades alternativas, propõe formas de apoio, que incluiriam:

- a) *Integração à dinâmica do desenvolvimento territorial*, respeitando as especificidades culturais e da organização social da localidade.
- b) *Uma nova engenharia dos projetos*, onde a assistência técnica à criação de atividades e formação dos atores sirva à maturação do terreno local. Esta engenharia deve promover a articulação entre as lógicas de ação que normalmente são vistas como estanques, isoladas: a econômica, a social, a cultural e a ecológica.
- c) *Busca de fontes de financiamentos*, (i) mobilizar recursos mercantis, públicos e não monetários, (ii) através da formação de Fundos Éticos e Solidários ou de aportes financeiros de empresas tradicionais, que buscariam a contrapartida sob forma de incentivos fiscais do governo e (iii) financiamento estatal direto, segundo os serviços prestados à comunidade, que poderia ser avaliado segundo a atividade, por exemplo, a recolocação no mercado de trabalho de um desempregado ou os cuidados com o meio ambiente geram uma economia ao Estado que, então poderia subvencionar estas atividades de forma mais econômica

que este próprio.

De forma complementar, França Filho afirma:

“... - uma economia mercantil - fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica reciprocitária;

- uma economia não mercantil - fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;

- uma economia não monetária - fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por M. Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele do dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é de perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigado, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 05).

Com efeito, esta tipologia representa comportamentos que, apesar de econômicos, não estão fundados apenas no mercado. Andion (2003, p. 66) ilustra a relação entre as esferas sociais (mercado- Estado-sociedade civil) no contexto da economia plural na figura 1.



Figura 1 Interação entre as esferas da economia plural

Fonte: Andion, 2003, p. 66.

O grande desafio se constitui na promoção de uma economia mista, que comporta combinações diversas entre os tipos de atividades. A valorização e o incentivo a uma economia caracterizada pela combinação entre os três pólos resultam em uma pluralidade de iniciativas sociais de caráter econômico, que geram riqueza, empregos e fortalecem a coesão social.

No entanto, parece pouco viável falar em economia plural em uma sociedade centrada no mercado. O reconhecimento da diversidade de formas de ocupações e formas organizacionais é necessário para efetividade da pluralidade das atividades econômicas. Além disso, a racionalidade predominante nessas organizações precisa ser diferente da lógica instrumental do mercado, ou seja, deve ser baseada nos valores. Estes aspectos serão comentados a seguir, com a apresentação da teoria de Guerreiro Ramos.

2.2 Sociedade Multicêntrica e o Paradigma Paraeconômico

A proposta de uma nova concepção de sociedade apresentada por Guerreiro Ramos é fundamentada principalmente pela crítica de que a

sociedade atual tem no mercado sua principal referência e que esta dimensão única não é suficiente para abarcar todas as possibilidades de vida humana associada.

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), sociólogo brasileiro, dedicou grande parte de sua vasta obra ao estudo das organizações. Após 30 anos de pesquisa e reflexão, dez livros publicados e numerosos artigos disseminados em inglês, espanhol, francês e japonês, Guerreiro Ramos publica em 1981 seu último livro, *A nova ciência das organizações - uma reconceituação da "riqueza das nações"*, onde expressa o desenvolvimento maior do seu pensamento sobre a vida humana associada em geral e, em particular sobre a administração e a análise organizacional.

O ponto de partida para as análises de Guerreiro Ramos é a constatação de que a sociedade, a partir da Revolução Industrial, tornou-se uma sociedade unidimensional, que faz uso dos valores do mercado como sendo a única referência para todas as atividades humanas. A expressão “sociedade centrada no mercado” é utilizada diversas vezes por Guerreiro Ramos no decorrer da sua análise. Segundo Guerreiro,

nenhuma sociedade, no passado, esteve jamais na situação da sociedade desenvolvida centrada no mercado de nossos dias, na qual o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva exercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle. Em sociedade alguma do passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 114).

Observamos a influência direta dos trabalhos de Polanyi no pensamento de Guerreiro Ramos.

... aquilo que o campo da economia e, mais especificamente, o campo da antropologia econômica referem presentemente como sendo teoria substantiva, é apenas subsidiário a esta análise. [...] Karl Polanyi, fundador da teoria econômica substantiva, assinala que os conceitos formais, extraídos da dinâmica específica do mercado, na melhor das hipóteses são válidos como

instrumentos gerais de análise e formulação dos sistemas sociais apenas numa sociedade capitalista, durante um período em que o mercado esteja relativamente livre da regulação política. [...] Polanyi corretamente afirma que, uma vez que a economia sempre esteve ‘engastada’ na sociedade, a sociedade capitalista tem que ser entendida como um caso excepcional e não como um padrão para avaliar a história econômica e social (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 28).

Guerreiro Ramos parece inspirar-se em Polanyi ao utilizar o termo *substantivo* para empreender as novas bases para ciência social (teoria substantiva da vida humana associada), e para a teoria das organizações (abordagem substantiva das organizações) que, como discutiremos mais adiante, tem sua sustentação na noção da racionalidade substantiva.

O autor aponta os pontos básicos que delimitam a “teoria substantiva da vida humana associada”:

- a) Os critérios para a ordenação das associações humanas são racionais, isto é, evidentes por si mesmos ao senso comum individual, independentemente de qualquer processo particular de socialização;
- b) Uma condição fundamental da ordem social é a regulação política da economia;
- c) O estudo científico das associações humanas é normativo: a dicotomia entre valores e fatos é falsa, na prática, e, em teoria, tende a produzir uma análise defectiva;
- d) A história torna-se significativa para o homem através do método paradigmático de auto-interpretação da comunidade organizada. Seu sentido não pode ser captado por categorias serialistas de pensamento;
- e) O estudo científico adequado das associações humanas é um tipo de investigação em si mesmo, distinto da ciência dos fenômenos naturais, e mais abrangente que esta (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 29).

Guerreiro Ramos (1989) ao elaborar a teoria substantiva de vida humana associada propõe uma sociedade de muitos centros, ou

“multicêntrica”, na qual o mercado deixa de ser a referência totalizante onde tudo pode ser resumido pelo seu valor em moeda ou sua utilidade e se constitui apenas como um dos enclaves possíveis. O autor tem a idéia de uma sociedade onde os indivíduos podem escolher entre diversas possibilidades de busca da auto-realização, por meio de vários padrões possíveis de interação social onde predomina o enfoque substantivo da organização que se caracteriza pelas seguintes considerações:

- a) Os limites da organização deveriam coincidir com seus objetivos. Nessa conformidade, a delimitação organizacional está, primordialmente, interessada na delimitação das fronteiras específicas da organização econômica. [...] Isso quer dizer que as organizações econômicas, tendo exigências próprias que não coincidem, necessariamente, com aquilo que é requerido pela boa qualidade da existência humana em geral, devem ser consideradas como pertencentes a um enclave conceitual e pragmaticamente limitado, dentro do espaço vital humano;
- b) A conduta individual, no contexto das organizações econômicas, está, fatalmente, subordinada a compulsões operacionais, formais e impostas. Assim sendo, o comportamento administrativo é intrinsecamente vexatório e incompatível com o pelo desenvolvimento das potencialidades humanas;
- c) A organização econômica é apenas um caso particular de diversos tipos de sistemas microsociais, em que as funções econômicas são desempenhadas de acordo com diferentes escalas de prioridades. A importância do comportamento administrativo diminui, quando se parte de sistemas sociais planejados para a obtenção de lucro e se caminha no sentido de sistemas sociais mais adequados à satisfação humana;
- d) Uma abordagem substantiva da teoria organizacional preocupa-se, sistematicamente, com os meios de eliminação agindo sobre as atividades humanas nas organizações econômicas e nos sistemas sociais em geral.

Em outras palavras, tal abordagem reconhece, por sua própria natureza, o comportamento administrativo constitui atividade humana submetida a compulsões operacionais. Todavia, essa abordagem está interessada em meios viáveis de redução, e mesmo de eliminação, de descontentamentos e com o aumento da satisfação pessoal dos membros das organizações econômicas;

- e) As situações em que os seres humanos se defrontam com tópicos relativos à própria realização adequadamente entendidas, têm exigências sistemáticas diferentes daquelas que atendem aos contextos econômicos [...] Para proporcionar esses lugares adequados, precisamos começar formulando uma tipologia de interesses humanos e dos correspondentes sistemas sociais onde tais interesses possam ser propriamente considerados como tópicos do desenho organizacional (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 135).

Guerreiro Ramos apresenta a idéia de uma sociedade, denominada *Sociedade Multicêntrica*, na qual os indivíduos podem escolher entre uma diversidade de possibilidades de busca da auto-realização. Na direção da construção deste modelo de sociedade, o autor lança um novo paradigma, ao qual chamou de *Paradigma Paraeconômico*, que se caracteriza por confrontar a idéia da economia como centro de vida humana associada.

... o padrão paraeconômico parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há discontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais. Segundo, nesse espaço social, só incidentalmente o indivíduo é um maximizador da utilidade e seu esforço básico é no sentido da ordenação de sua existência de acordo com as próprias necessidades de atualização pessoal. Terceiro, nesse espaço social, o indivíduo não é forçado a conformar-se inteiramente ao sistema de valores de mercado. São-lhe dadas oportunidades de ocupar-se, ou mesmo de levar a melhor sobre o sistema de

mercado, criando uma porção de ambientes sociais que diferem uns dos outros, em sua natureza, e deles participando. Em suma, o espaço retratado pelo padrão é um espaço em que o indivíduo pode ter ação adequada, em vez de comportar-se apenas de maneira que venha a corresponder às expectativas de uma realidade social dominada pelo mercado (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.141-142).

A representação gráfica do paradigma paraeconômico é apresentada na figura 2.



Figura 2- Paradigma Paraeconômico
Fonte: GUERREIRO RAMOS (1989)

A compreensão da representação do paradigma paraeconômico, inicialmente, abrange duas dimensões nas quais os tipos de organizações enquadram-se: a orientação individual e comunitária e quanto à prescrição e ausência de normas.

- a) *Orientação Individual e Orientação Comunitária*: a auto-realização do indivíduo pode ser buscada em vários tipos de ambientes convencionais, onde o tamanho da comunidade, em

número de pessoas pode variar, sendo alguns grandes ou de moderado tamanho e outros de pequenas dimensões.

- b) *Prescrição e ausência de normas*: a prescrição de normas ou a ausência destas acabará por condicionar a auto-realização do indivíduo, por estar diretamente ligada a sua autonomia. Existe uma relação inversamente proporcional entre o nível prescritivo de determinada organização e as oportunidades de realização pessoal. Isso parece evidente em ambientes altamente normatizados, notadamente as burocracias. A prescrição de normas na maioria das vezes significa a restrição de ação do indivíduo, reduzindo a possibilidade de escolha pessoal. Guerreiro Ramos (1989) cita a superorganização e sua consequência, a despersonalização do indivíduo totalmente imerso no mercado.

A superorganização a que se refere Guerreiro Ramos é a operacionalização exacerbada da sociedade moderna, em que cada objeto ou pessoa tem uma finalidade específica, ou seja, uma função. Decorrente da superorganização da sociedade está a despersonalização do indivíduo, o qual deve moldar-se ou conformar-se as funções esperadas dele. Muito embora a prescrição de normas seja necessária em uma vida moderna complexa, o excesso acaba por limitar as possibilidades e opções individuais.

Na busca da ampliação das possibilidades de formas organizacionais, Guerreiro Ramos propõe algumas formas de associação da vida humana de modo a oferecer um leque diversificado de opções. No entendimento do autor, nestes tipos organizacionais que serão apresentados a seguir, as pessoas poderiam buscar sua realização pessoal, sustento, dinheiro, entre outros objetivos de acordo com suas necessidades e objetivos próprios.

Neste sentido, Guerreiro Ramos (1989) apresenta a *anomia e motim*; a *economia*; a *isonomia*; a *fenonomia* e o *isolado*. No entanto, conforme lembra o autor, estes tipos organizacionais são tipos ideais e, como tal, não serão encontrados em sua forma pura na sociedade, coexistindo na maioria das vezes como formas mistas. Assim, apresentamos os tipos organizacionais apontados pelo autor.

a) *Anomia e motim*

A anomia é descrita por Guerreiro Ramos como sendo uma situação em que a vida social desaparece. O termo é baseado em *Anomie*, termo utilizado por Durkheim para definir a condição dos indivíduos que

vivem à margem da sociedade, sobrevivendo sem normas ou compromissos e sem objetivos pessoais. Quando esta ausência de normas é observada em grupos, dá o nome de motim e caracteriza-se pela falta o senso de ordem social.

b) Economia

As economias, como conceito interno do paradigma proposto é o tipo de organização com objetivos claros de produção de bens e/ou serviços. São as empresas modernas, concebidas pelos preceitos de produção e produtividade largamente aplicados e estão inseridas em um ambiente competitivo regido pelo mercado. Neste ambiente, certamente predomina uma racionalidade baseada na utilidade e resultados e o modelo de organização está próximo da burocracia conforme descrita por Weber.

Diante do exposto, identifica-se que estes tipos organizacionais têm como característica a prestação de serviços ou o fornecimento de bens em que a influência dos clientes é mínima ou inexistente no tocante ao planejamento ou execução das atividades. A eficiência é o sustentáculo de suas atividades e pode ser medida com objetividade através dos lucros auferidos ou avaliada segundo um cálculo do tipo custo/benefício. Desta forma, as economias podem assumir grandes dimensões em tamanho, medido segundo os recursos disponíveis (como humanos, instalações, materiais) e sua complexidade de acordo com a diversidade de operações, produtos e atuação em diversos mercados, por exemplo.

Devido à alta especialização e à grande normatização, a difusão das informações é regulada, tanto no ambiente interno como no externo à organização, seguindo os interesses organizacionais e até mesmo pessoais nos mais diversos níveis da economia. Guerreiro Ramos (1989, p. 148) aponta a difusão das informações nas economias como sendo “o principal fator da lei de ferro da oligarquia, da lei de Parkinson, do princípio de Peter, da errônea localização de metas, e assim por diante”.

As economias são formadas por trabalhadores assalariados, empregados, denominados por Guerreiro Ramos de detentores de empregos, avaliados segundo suas qualificações profissionais para o desempenho das atribuições e atividades para as quais foram contratados. Neste contexto, as decisões que definem suas carreiras seguem as regras do mercado que, por consequência, direcionam suas vidas pessoais.

Neste sentido, Guerreiro Ramos (1989, p. 148) observa o poder das

economias sobre os indivíduos na sociedade e afirma que “o mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social. Na sociedade centrada no mercado, as economias são livres para modelar a mente de seus membros e a vida de seus cidadãos, de modo geral”.

c) *Isonomia*

A isonomia se baseia na democracia grega e representa os grupos de iguais. É apresentada por Guerreiro Ramos, como sendo as associações, cooperativas e outros tipos de grupos, formais ou informais, em que os indivíduos podem buscar a sua realização pessoal.

Nas isonomias, as prescrições são mínimas e o objetivo principal é realização pessoal dos membros. Estas prescrições são estabelecidas por consenso, depende do comportamento e das relações interpessoais dos indivíduos participantes e o sucesso deste tipo de associação, pode ser observado pela boa convivência no grupo. Neste contexto, a liberdade dos associados para desenvolver as atividades compensadoras é altamente autogratificante, sendo a própria participação e o relacionamento social generoso a principal compensação de sua atividade.

Assim, as motivações estão ligadas às vocações pessoais, e não por aptidões ditadas pelo mercado. A ocupação distingue-se do trabalho e do emprego, no sentido em que a recompensa básica está na realização daquilo que está sendo feito; o lucro ou renda eventual é considerado um efeito colateral da atividade, tornando-se pouco relevante a preocupação com conceitos como produtividade ou maximização da utilidade. De uma forma geral, segundo Guerreiro Ramos (1989) uma isonomia deve se basear em relações interpessoais primárias, o que leva a uma limitação em suas dimensões, sob pena de aumentar de tamanho, gerando relações de segunda, terceira ou quarta ordem, e acabar por tornar-se uma burocracia.

Assim, a isonomia como “tipo ideal” é uma comunidade em que todos participam da tomada de decisões, sendo que a autoridade é atribuída em conformidade com a natureza dos assuntos e as habilidades de cada um. É o *locus* da convivência humana, a sociedade dos iguais, onde todos têm vez e voz e podem com grande grau de liberdade buscar sua forma de conseguir a realização pessoal que, cada vez mais, passa a fazer parte do mundo social de hoje.

d) *Fenonomia*

A fenonomia é um sistema social, em que um indivíduo ou um

pequeno grupo de no máximo cinco pessoas que se reúnem de forma razoavelmente estável ou esporadicamente, de forma a permitir aos seus membros o máximo de suas opções pessoais em um ambiente com mínimas prescrições.

Neste sentido, trata-se de um ambiente no qual a liberdade de expressão ocorre em maior intensidade, através da liberação da criatividade, segundo as escolhas pessoais das atividades (plena autonomia). As escolhas dos membros das fenomenias são automotivadas, o que denota o alto grau de comprometimento e a seriedade com o trabalho, por considerarem a importância do mesmo. A rotina de trabalho escolhida livremente pelo membro é importantíssima para a boa consecução do trabalho, assim como a disciplina. “Para desempenhá-las com sucesso, os indivíduos precisam desenvolver programas e regras operacionais próprios, jamais permitindo a si mesmo agir caprichosamente” (GUERREIRO RAMOS, 1989, P. 152).

O membro da fenomenia busca principalmente sua realização pessoal e sua liberdade de escolha, sua autonomia. No entanto isso não o leva a um isolamento social, do abandono da sociedade; pelo contrário, desenvolve uma consciência social apurada, visando tornar os outros indivíduos sensíveis quanto às várias possibilidades e às várias experiências que estão camufladas na sociedade de mercado. Neste sentido, o resultado econômico das atividades em fenomenias ocorre incidentalmente, pois não é esta a maior motivação que leva os membros a empreender determinado trabalho. As possíveis valorações econômicas dos resultados são efeitos colaterais⁹ à satisfação do indivíduo com a atividade. Neste contexto, Guerreiro Ramos (1989, p.157) afirma que as fenomenias “são cenários sociais protegidos contra a penetração do mercado” e que estas “desafiam o sistema de mercado”.

Na visão de Guerreiro Ramos,

... há muitas pessoas normalmente envolvidas em atividades que qualificam como fenomenias e este é, por exemplo, o caso da mulher e do marido habilidosos, que reservam sistematicamente um canto da casa para planejar e produzir tapetes, cerâmica, pintura, bem como o das oficinas dos

⁹ A rigor, colateral é correr ao lado, em paralelo, ou ainda, fato secundário. No texto apresenta-se “efeito colateral” como um efeito concomitante ao efeito principal. No caso das fenomenias o efeito principal esperado é a satisfação pessoal e o resultado financeiro ocorre paralelamente a este.

artistas, escritores, jornalistas, artesãos, inventores e assim por diante, que trabalham por conta própria (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 152).

e) O isolado

O isolado é o indivíduo, que contrariamente ao anômico, que não têm normas, está comprometido com uma norma, criada por ele e que para ele é única, considerando o mundo como um ambiente incontrolável e sem solução. O isolado encontra um lugar em que pode viver segundo esta crença principal. Apesar dos paranóicos poderem ser enquadrados nesta categoria, todavia nem todo isolado é necessariamente um caso clínico como este. O autor enquadra os empregados não participantes e os cidadãos que escondem suas convicções sistematicamente como integrantes deste tipo de organização.

Na visão de Guerreiro Ramos (1989, p. 177), a operacionalização destes cenários organizacionais se dá com a “análise e planejamento de sistemas sociais em que as economias são apenas uma parte do conjunto da tessitura social”, em oposição ao enfoque centrado no mercado como propõe a teoria substantiva da vida humana associada. Isso exige formas organizacionais suficientemente diversificadas, como as isonomias e fenonomias, para permitir que seus membros cuidem de suas vidas de acordo com seus critérios intrínsecos, ou seja, é necessária uma nova abordagem das organizações que Guerreiro Ramos (1989) denominou de “abordagem substantiva das organizações”.

Por sua vez, essa nova abordagem trata de uma redefinição da teoria das organizações. No entendimento de Serva (1996) em termos gerais, há duas grandes tarefas a se fazer,

a primeira residindo numa análise que pudesse conceber os elementos epistemológicos de variados cenários organizacionais, e a segunda seria o desenvolvimento de um tipo de análise organizacional livre de padrões distorcidos de linguagem e conceptualização. Para a execução de tais tarefas, seria de suma importância rever os chamados “pontos cegos da teoria organizacional corrente”, a saber, o reexame da noção de racionalidade, a não distinção sistemática entre os significados substantivo e formal da organização, a falha compreensão do papel da interação simbólica e, por fim, a visão mecanomórfica da atividade produtiva do homem (SERVA, 1996, p. 124-125).

O autor ainda resume em cinco pontos básicos a proposta da “abordagem substantiva das organizações” de Guerreiro Ramos, a saber:

- a) Uma vez que as necessidades humanas são variadas e, portanto atendidas por múltiplos cenários sociais, é possível categorizar e formular as condições operacionais singulares de cada cenário social;
- b) Apenas limitadas necessidades humanas são atendidas pelo sistema de mercado, o qual determina um tipo próprio de cenário social, marcado pela comunicação operacional e critérios instrumentais. O *comportamento administrativo* é uma conduta humana condicionada por imperativos econômicos;
- c) Diferentes categorias de tempo e espaço vital são correlacionadas a diferentes cenários organizacionais, assim a categoria de tempo e espaço vital dos cenários econômicos é um caso particular entre outros;
- d) Diferentes sistemas cognitivos referem-se a diferentes cenários organizacionais. Portanto, as regras de cognição pertencentes ao *comportamento administrativo* constituem também um caso particular de uma epistemologia multidisciplinar face aos diversos cenários organizacionais;
- e) Diferentes cenários sociais requerem enclaves distintos no tecido social, ainda que hajam vínculos que os interrelacionem. Tais vínculos constituem ponto central do interesse de uma abordagem substantiva do planejamento dos sistemas sociais.

Assim, a teoria substantiva da vida associada e a abordagem substantiva das organizações têm suas bases em uma racionalidade que valorize a psique humana, que Guerreiro Ramos denomina racionalidade substantiva. A noção da racionalidade substantiva parece essencial para compreensão da obra de Guerreiro, em particular, para a melhor compreensão dos tipos ideais: isonomia e fenonomia. Neste sentido, na próxima seção abordaremos as discussões relacionadas à racionalidade até chegarmos ao conceito de racionalidade substantiva e as consequências para teoria organizacional.

2.3 Discussões sobre racionalidade

As questões da racionalidade permeiam as discussões filosóficas há muito tempo. Guerreiro Ramos, em sua obra, introduz essa questão como tema central de seu trabalho, para o autor, “a razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações. Ela prescreve como os seres humanos deveriam ordenar a sua vida pessoal e social” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.23).

O autor faz um resgate histórico da concepção de razão, na filosofia e nas ciências. Inicialmente, aborda a noção de razão em Aristóteles, exemplificando o pensamento clássico grego e o compara com a noção “moderna”. Para Aristóteles, a razão ressalta o importante papel do julgamento ético para as ações racionais humanas. Assim, compreende um prisma muito mais amplo que Hobbes, abarcando as diversas “disposições” para as artes, ciências, filosofia. Com Hobbes, no entanto, a razão é limitada ao cálculo, suas conseqüências e resultados.

Guerreiro Ramos identifica que o século XVII foi o período histórico em que iniciou uma mudança drástica do conceito de razão, apontando Thomas Hobbes como o primeiro a conceber a conceituação de forma clara e sistemática “moderna” de razão. No entanto, foi com o movimento iluminista, nos séculos XVII e XVIII, que a concepção da razão moderna foi definida com a sistematização da ciência, assim, o tema passou a ser discutido uma nova perspectiva e ganhou grande impulso.

O ideal iluminista é apoiado na confiança do poder da razão e na capacidade humana de reorganizar a sociedade de acordo com princípios racionais, libertando os homens da adesão cega aos preconceitos, mitos e superstições que dão sustentação às diferentes formas de opressão (DEPRUN, 1984). Libertar o homem da ignorância acabou favorecendo o uso da razão sobre os mitos e a cultura tradicional. Segundo Oliveira (1993), a idéia dos iluministas era revolucionária e de libertação das pessoas, através da libertação do homem da ignorância, dos mitos, fortalecendo o saber e o uso da razão como instrumento emancipatório. Libertar o homem equivale a torná-lo consciente de sua realidade e responsável pelo seu próprio destino. A razão iluminista, da forma como fora concebida originalmente, conduziria, portanto, a humanidade à autonomia e à autodeterminação.

No entanto, Oliveira (1993) ressalta que o saber idealizado pelos iluministas acabou por direcionar-se para a ciência e a técnica, em detrimento do potencial emancipatório que carregava. A este fenômeno

Weber, outro autor de importância nos estudos sobre racionalidade, chamou de “desencantamento do mundo” que, para alguns, transparece erroneamente como “desilusão”, mas na verdade, no sentido dado pelo pensador alemão, é desencantamento, como desmistificação, o triunfo da razão sobre a magia.

Em sua obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber (1987) apresenta o aspecto do pragmatismo ocidental associado a uma ética religiosa como um sistema civilizatório. A racionalidade que se desenvolvia não se limitava ao campo meramente econômico e alcançava o campo político social e cultural a partir de uma ética e moral próprias. Dentro desse aspecto, Weber tem a preocupação com o processo de racionalidade que se constituiu entre os séculos XVI e XVIII na Europa com base no aspecto da institucionalização e da ação racional como conjuntura estrutural da sociedade ocidental, que se caracteriza como gestora de fenômenos culturais universalizados. O desenvolvimento e reconhecimento da ciência como validade hegemônica de conhecimento é prova e exemplo que poderia ser citado para justificar tal afirmação.

A civilização ocidental apresenta como intrínseca ao seu desenvolvimento uma racionalidade técnica e administrativamente burocrática, constituindo um fenômeno peculiar em sua formação. Dentro dessa concepção o capitalismo é um dos fatores de maior significação na constituição do desenvolvimento ocidental que ocorre da forma mais racionalizada possível, na lógica da modernidade. Isso é importante para que se possa perceber a forma como Weber analisa o capitalismo ocidental como um fenômeno do racionalismo hegemônico.

Para Weber (1987), o espírito capitalista era na verdade um processo civilizatório presente na história antes mesmo do desenvolvimento capitalista ocidental. Porém, é apenas com o capitalismo moderno ocidental que se pode perceber uma lógica racional ordenada e um direito formal e normativo, que constitui de forma sistemática a estruturação e o desenvolvimento dessa nova lógica de lucro acumulativo. No centro dessa lógica cultural, o “trabalho” é fundamentado como o sentido da existência do homem, aplicado indiscriminadamente a todas as categorias dos indivíduos. Ou seja, o homem está ligado direta e intensamente na sua relação com o trabalho em suas ocupações especializadas, possibilitando assim uma produção tanto qualitativa quanto quantitativa nas relações sociais de produção, o que caracteriza nesse sentido um trabalho racionalizado que torna compatível tempo e produção qualificada, associados a lucratividade e acumulação.

Em outra obra *Economia e Sociedade*, Weber (1991) diferencia a racionalidade em quatro tipos, entre eles a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. No entanto, parece claro em sua análise a perspectiva da racionalidade instrumental/ funcional. Na visão do autor, a racionalidade instrumental supõe a escolha racional dos meios para chegar a fins determinados, sendo o cálculo utilitário de conseqüências em última análise. Essa lógica se enraizou peculiarmente no ocidente moderno, caracterizando-se como o instrumento que determina a ordenação com características formais, baseado no conceito de burocratização e administração para o alcance da máxima eficiência. E ainda está presente de forma predominante no mundo atual e em forma extrema nas organizações burocráticas que sustentam a sociedade capitalista.

No entanto, a análise de Weber é alvo de críticas de alguns autores, como Guerreiro Ramos e Habermas. Para Guerreiro Ramos,

os resultados atuais da modernização, tais como insegurança psicológica, a degradação da qualidade de vida, a poluição, o desperdício à exaustão dos limitados recursos do planeta, e assim por diante, mal disfarçam o caráter enganador das sociedades contemporâneas. A autodefinição das sociedades industriais avançadas do Ocidente como portadoras da razão está sendo diariamente solapada e é, na realidade, tão largamente desacreditada que se fica a imaginar se a legitimação de tais sociedades, exclusivamente à base da racionalidade funcional, continuará, dentro em pouco, encontrando neste mundo quem acredite nela (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 23).

A crítica de Guerreiro Ramos enfatiza a falta de opção da análise weberiana sobre o assunto e a ter fundamentado seus estudos apenas na racionalidade formal/instrumental:

Na verdade, ele foi incapaz de resolver essa tensão empreendendo uma análise social do ponto de vista da racionalidade substantiva. De fato, a *Wertrationalität* é apenas, por assim dizer, uma nota de rodapé em sua obra, não desempenha papel sistemático em seus estudos. Se o fizesse, a

pesquisa de Weber teria tomado um rumo completamente diferente. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 5-6).

A análise de Serva (1996) ressalta duas passagens sobre a crítica de Habermas aos conceitos weberianos de racionalidade. A primeira diz respeito à tentativa de Weber de universalizar as suas considerações através do processo “universal de desencantamento”, quando analisa a história das grandes religiões. A segunda crítica, apesar de reconhecer uma maior amplitude no trabalho sobre a racionalidade em Weber, aponta que este apega-se apenas à razão com relação a fins para orientar quase a totalidade de seu trabalho.

Neste sentido, Guerreiro Ramos resgata os estudos concernentes à racionalidade elaborados pelos estudiosos da chamada “Escola de Frankfurt” que se dedicaram em criticar este tipo de racionalidade instrumental que passou a ser dominante na atualidade, visando demonstrar que a noção de racionalidade enquanto cálculo utilitário de consequências é fruto de uma mudança operada no contexto do conhecimento ocidental. Tal mudança teria determinado o tipo de ciência social dominante atualmente e deve ser analisado à luz da história, o que significa promover a análise empírica da materialização e evolução histórico-sociais das chamadas “estruturas de racionalidade” (SERVA, 1996).

No trabalho de Guerreiro Ramos (1989) fica evidente a relevância dos estudos da racionalidade no âmbito das ciências sociais e, por consequência, nos estudos organizacionais. Sua análise do conceito de razão é imediatamente acompanhada pela constatação crítica: a assunção do mercado como dimensão central e ordenadora, tanto da ciência social como da vida humana em geral na sociedade ocidental moderna. Por isso, diferentemente de Weber, que baseou sua análise na razão instrumental/funcional, Guerreiro Ramos escreveu sua teoria com base na razão substantiva.

Guerreiro Ramos utiliza o termo *substantivo* e afirma que racionalidade substantiva, diferentemente da racionalidade instrumental, é aquela racionalidade inerente à psique humana, num claro resgate do pensamento clássico, em especial o pensamento aristotélico (SERVA, 1996).

A racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique humana deve ser

considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral, da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular (Guerreiro Ramos, 1989, p. 23).

A racionalidade substantiva, enquanto força ativa na psique humana, guarda estreitas relações com o senso comum, pois se origina do exercício de um senso da realidade comum a todos os indivíduos, em todos os tempos e em todos os lugares. A racionalidade substantiva habilita o indivíduo a ordenar a sua vida eticamente, gerando ações, através do debate racional, que buscam concretizar um equilíbrio dinâmico entre a satisfação pessoal e a satisfação social, como também atingir a auto-realização pela concretização de suas potencialidades humanas (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Em Guerreiro Ramos, o conceito de racionalidade substantiva faz parte de sua construção teórica alternativa gerada a partir de uma revisão crítica das teorias e axiomas da “velha ciência das organizações”. Esta ciência, na visão do autor, estaria impregnada em uma visão ingênua e utilitarista dos fins sociais, pois foi desenvolvida com base unicamente na racionalidade instrumental, que apesar de servir muito bem para privilegiar a eficiência nos resultados de planejamento e gestão de organizações produtivas, apresenta limitações epistemológicas, que impedem sua aplicação em contextos menos impregnados pela lógica de mercado e fins sociais estritamente econômicos. Como alternativa é proposto um câmbio e uma ampliação dos pressupostos nos quais se embasam esta ciência, restrita atualmente ao universo econômico da existência humana.

No cenário proposto por Guerreiro Ramos, há uma visão de mundo baseada na razão substantiva, onde acreditamos que seja clara a percepção da *finitude* e esgotamento dos recursos culturais e ambientais e na necessidade da busca de condições de *perduração* “física, humana e social”.

Guerreiro Ramos não teve tempo hábil para colocar em prática seus estudos teóricos. Um ano após o lançamento de sua grande obra “A nova ciência das organizações”, o autor veio a falecer, deixando adormecidas as pesquisas sobre o assunto. Somente na década de 90, Maurício Serva retomou o tema e pesquisou na prática a racionalidade

substantiva, apresentando sua tese de doutorado sobre as organizações substantivas em 1996, na Fundação Getúlio Vargas (EAESP).

Maurício Serva, retomando os estudos de Guerreiro Ramos, elaborou uma pesquisa sobre as organizações que apresentam indícios de predominância da racionalidade substantiva, denominadas organizações substantivas. No estudo, Serva (1996) analisou organizações da cidade de Salvador (BA) do setor de serviços, sendo uma escola infantil, uma clínica de psicoterapia e uma clínica de psicologia, a partir de um modelo desenvolvido pelo autor. Utilizando a observação participante, Serva elaborou um quadro de análise, através do qual é possível constatar empiricamente a predominância da racionalidade substantiva na prática administrativa das organizações.

A abordagem substantiva das organizações proposta por Guerreiro Ramos é apresentada por meio de um discurso teórico, elaborada em alto grau de abstração. Este fato é caracterizado como um *impasse* para concretização dos estudos da racionalidade substantiva na prática organizacional (SERVA, 1997[b]). Para resolver o *impasse* Serva (1997[b]) constatou que era necessário complementar a abordagem de Guerreiro Ramos com uma teoria de ação e usou a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas (1987 e 1989) em uma perspectiva de complementaridade para dar condições de realizar os estudos.

Com base nos trabalhos de Guerreiro Ramos e Habermas, Serva (1997[a], p. 22) define a ação racional instrumental como “ação baseada no cálculo, orientada para o alcance de metas técnicas ou finalidades ligadas a interesses econômicos ou poder social, através da maximização dos recursos disponíveis”. E seus elementos constitutivos são:

- a) *Cálculo*: projeção utilitária das conseqüências dos atos humanos;
- b) *Fins*: preocupação com metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento do poder);
- c) *Maximização de recursos*: busca da eficiência e da eficácia máximas, no tratamento de recursos disponíveis: humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou de tempo;
- d) *Êxito e resultados*: preocupação com o alcance em si mesmo de padrões, níveis, estágios, situações, considerados como vencedores em processos competitivos em uma sociedade centrada no mercado e no lucro;
- e) *Desempenho*: valorização de performances individuais elevadas na realização de atividades, com ênfase em projeções utilitárias;
- f) *Utilidade*: consideração de que o caráter utilitário deva ser a base das interações entre os indivíduos ou grupos;

- g) *Rentabilidade*: medida de retorno econômico dos êxitos e resultados pretendidos;
- h) *Estratégia interpessoal*: influência planejada de um indivíduo sobre outro indivíduo ou grupo, a fim de atingir resultados previamente estabelecidos, com base na antecipação de reações ou sentimentos frente a estímulos e ações planejadas.

Já a ação racional substantiva é definida por Serva (1997[a], p. 22) como a “ação orientada para duas dimensões: na dimensão individual, que se refere a auto-realização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, que se refere ao entendimento, na direção da responsabilidade e satisfação sociais”. E os elementos que constituem a ação racional substantiva, na visão do autor, são:

- a) *Auto-realização*: descrita como um conjunto de processos de concretização do potencial inato do ser humano, que se complementa pelo alcance da satisfação individual;
- b) *Entendimento*: forma pela qual os indivíduos estabelecem acordos e consensos racionais, sempre mediados por processos de comunicação livre, de onde decorrem atividades comuns coordenadas, ao amparo de sentimentos de responsabilidade e satisfação social;
- c) *Julgamento ético*: processos decisórios baseados em emissão de juízos de valor do tipo bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado, que se dão através do estabelecimento de um debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos em suas interações com os demais membros do grupo;
- d) *Autenticidade*: são interações e relacionamentos interpessoais estruturados em torno de sentimentos como integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos;
- e) *Valores emancipatórios*: preocupação e observância de valores que levem ao aperfeiçoamento do grupo, na direção do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito às individualidades, da liberdade, do comprometimento e da integração com o ambiente interno e externo, presentes tanto nos indivíduos que compõem o grupo, quanto no próprio contexto normativo do grupo;
- f) *Autonomia*: é a condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações, sem que estejam condicionados por coações ou pressões exercidas por outros indivíduos.

Na continuidade de seus estudos, Serva (1997[a]) propõe um modelo de análise da base ação racional nos processos organizacionais que pode ser substantiva e/ou instrumental, visto que, para o autor, ambas as racionalidades co-existem nos processos organizacionais, contudo nas ações existe uma predominância de uma racionalidade. O modelo com os processos organizacionais e os tipos de racionalidade é apresentado no quadro 2.

Quadro 2 - Modelo de análise dos processos organizacionais e racionalidade

Processos Organizacionais	Racionalidade Substantiva	Racionalidade Instrumental
Hierarquia e normas	Entendimento Julgamento ético	Fins Desempenho Estratégia interpessoal
Valores e objetivos	Auto-realização Valores emancipatórios Julgamento ético	Utilidade Fins Rentabilidade
Tomada de decisão	Entendimento Julgamento ético	Cálculo Utilidade Maximização recursos
Controle	Entendimento	Maximização recursos Desempenho Estratégia interpessoal
Divisão do trabalho	Auto-realização Entendimento Autonomia	Maximização recursos Desempenho Cálculo
Comunicação e Relações interpessoais	Autenticidade Valores emancipatórios Autonomia	Desempenho Êxito/Resultados Estratégia interpessoal
Ação social e Relações ambientais	Valores emancipatórios	Fins Êxito/Resultados
Reflexão sobre a organização	Julgamento ético Valores emancipatórios	Desempenho Fins Rentabilidade
Conflitos	Julgamento ético Autenticidade Autonomia	Cálculo Fins Estratégia interpessoal
Satisfação individual	Auto-realização Autonomia	Fins Êxito Desempenho
Dimensão simbólica	Auto-realização Valores emancipatórios	Utilidade Êxito/Resultados Desempenho

Fonte: Serva (1996)

A proposta de aplicação deste modelo em algumas organizações produtivas busca contribuir para o preenchimento de uma lacuna nas ciências das organizações, qual seja: a de (i) detectar indicadores, (ii) mapear indicadores predominantes, e (iii) identificar a intensidade de racionalidade substantiva e instrumental em organizações a fim de dar aplicabilidade a teoria desenvolvida por Guerreiro Ramos.

Em seus estudos, Serva (1996) aplicou o modelo acima em três organizações. Os dados foram analisados de acordo com a intensidade com que cada um dos indicadores apresenta a racionalidade substantiva, em uma graduação que vai da total ausência da racionalidade substantiva até uma avaliação do processo organizacional como sendo plenamente substantiva. Ao final do estudo de todos os processos foi possível identificar, através das médias alcançadas em cada processo, a predominância ou não da racionalidade substantiva. Serva (1996) propõe a utilização de um *continuum* para situar e demonstrar visualmente o grau de racionalidade encontrado em cada processo, ou através das médias destes do resultado da análise em uma organização inteira.

Após a publicação da pesquisa de Serva (1996), muitos autores realizaram seus estudos sobre a racionalidade das organizações, conforme o quadro 3. A continuidade dos trabalhos com o tema indica a caracterização de um novo campo de estudos no Brasil.

Quadro 3 Estudos sobre Racionalidade pós-Serva (1996)

Autor	Objeto de estudo/ Produto científico	Instituição/ Orientador/Ano
Wilson Silva da Matta	UNIMED Bahia / Dissertação mestrado	UFBA Wellington Martins 1998
Marcelo Fraga	Muri – Linhas de Montagem (RS) / Dissertação mestrado	UFRGS Francisco de Araujo Santos 2000
Wagner Pinto	A Fundação “A” é uma fundação empresarial aberta, de direito privado. Atua nas áreas: educação, cultura, saúde e assistênciasocial / Dissertação mestrado	FGV/RJ Fernando Guilherme Tenório 2001
Liliane Gnocchi da Costa Reis	CEDAC – Centro de ação comunitária (ONG) FASE/ Dissertação mestrado	EBAPE/FGV Fernando Guilherme Tenório 2001

Marcelo Almeida	Empresa Alfa do setor metal-mecânico ABC Paulista, fundada 1989; Empresa Beta do setor construção Civil, sede em São Paulo, fundada em 1990 / Dissertação mestrado	PUC/RJ Sérgio Proença Leitão 2002
Simone Boch Dorneles	BRUSCOR Ind.com. cordas e cadaços Ltda. / Dissertação mestrado	UFSC Eloise Livramento Dellagnelo 2003
Daniel Pinheiro	AFECE – Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial / Dissertação mestrado	UFPR Maurício Serva 2003
Fábio Vizeu Ferreira	Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro (PR) / Dissertação mestrado	UFPR Maurício Serva 2004
Rogério Silveira Tonet	Feira de Artesanato do Largo da Ordem (PR) / Dissertação mestrado	UFPR Maurício Serva 2004
Newton Manoel de Andrade Barreto	CACC Durval Paiva (RN) / Dissertação mestrado	UFRN Washington J. de Souza 2004
José Carlos Valeriano	Coopervale (MG) / Dissertação mestrado	FEAD – Minas Fernando Coutinho Garcia 2006
Marcos Fadanelli Ramos	Estudo de caso em três ONGS (nome não divulgado) / Dissertação mestrado	UNB Bernardo Kipnis 2006
Daniele Mudrey	Uni-Yôga, Ponta Grossa (PR) e São José (SC) / Dissertação mestrado	UNIVALI Sérgio Luís Boeira 2006
Paulo Gracílio da Silva	A Associação Casas do Servo Sofredor Mosteiro Monte Carmelo (PR) / Dissertação mestrado	PUC/Curitiba Maurício Serva 2007
Lessandra Severo Eugênio Pedrozo	Citricultura Orgânica na região do Vale do Caí (RS) / Artigo revista RAM (SP)	Revista RAM/Mackenzie n° 2, 2008
Osório de Carvalho Dias	Racionalidades subjacentes às ações de responsabilidade social corporativa em empresas do setor elétrico brasileiro / Dissertação mestrado	UNB Janann Medeiros 2010
Miriam	Casa de apoio a criança com câncer Durval Paiva / Dissertação mestrado	UFRN 2009

De acordo com o exposto, percebemos que o paradigma paraeconômico proposto por Guerreiro Ramos que reconhece diversos tipos organizacionais, como a fenonomia, e tem como base a racionalidade substantiva apresenta pontos convergentes com a abordagem da economia plural. A partir disso, estabelecemos as conexões entre os dois eixos teóricos principais deste trabalho no próximo tópico.

2.4 Conexões entre a economia plural e o paradigma paraeconômico

No estudo elaborado por Tonet (2004), o autor estabeleceu as ligações entre o paradigma paraeconômico, a economia plural e o desenvolvimento sustentável unindo os pontos comuns entre as teorias a fim de verificar as relações existentes entre as fenomenias, economia plural e desenvolvimento local. Tendo como referência o caminho percorrido por Tonet (2004), propomos estabelecer as conexões entre o paradigma paraeconômico e a economia plural para verificar se a dinâmica das fenomenias contribui para formação da economia plural na dimensão territorial e com isso sinalizar possíveis contribuições da interligação dessas duas linhas de pensamento para as teorias do desenvolvimento sustentável.

Identificamos a existência de pontos convergentes entre as duas teorias e seus autores e listamos: a crítica à redução da economia ao mercado; as formas alternativas de ocupação; a diversidade de tipos organizacionais; a preocupação ecológica e a racionalidade baseada em valores. Estes pontos contribuíram para elaboração do quadro de análise que conduziu o trabalho de campo desta dissertação e demonstramos cada um dele a seguir.

a) Crítica à redução da economia ao mercado

O primeiro ponto comum entre os dois eixos teóricos, o paradigma paraeconômico e a economia plural é a crítica ao mercado como centro da sociedade atual, servindo de referência, razão e objetivo na vida dos indivíduos em sociedade.

Guerreiro Ramos critica ferrenhamente a “sociedade centrada no mercado”. Para o autor, somente na sociedade moderna o mercado tem o papel central na vida dos indivíduos. “Em sociedade nenhuma do

passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 114). Na visão do autor, um novo paradigma deve considerar o mercado apenas como um enclave dentro de uma realidade social.

Os adeptos da economia plural tecem suas críticas taxando de redutoras o paradigma dominante baseado no mercado, como direção de todos os esforços da sociedade. Polanyi (1980) afirma o sistema econômico é dirigido por motivações não econômicas e que os mercados até o século XIX, tinham menor importância em relação a outros princípios de regulação como a redistribuição e a reciprocidade. Laville (2009) e Lévesque (2009) reforçam a importância de princípios plurais de regulação econômica. Sauvage (1996) corroborando com Guerreiro Ramos também apresenta o mercado como um dos eixos do paradigma tendo em vista que sua idéia não representa uma antítese do mercado, mas uma alternativa para colocação da economia em seu devido lugar, ampliando a noção redutora que coloca o mercado acima dos interesses da sociedade. Desta forma, a economia seria um meio para o desenvolvimento e não o fim.

Cabe a ressalva de que o paradigma paraeconômico e a economia plural não defendem a extinção do mercado. As duas linhas teóricas vêem o mercado como um importante meio de regulação social através das trocas de valores mercantis. A grande crítica é a exacerbação dos valores de mercado norteando a vida humana associada.

Guerreiro Ramos (1989) defende que a sociedade multicêntrica não pode prescindir da notória eficiência do mercado, e que este é um enclave legítimo da sociedade que, no entanto, deve ter seu tamanho e sua influência drasticamente reduzida. O autor dá indicativos sobre importância da articulação entre mercado, Estado e sociedade civil ao reconhecer que em sua análise não discutiu profundamente o papel do Estado na implementação e administração dos sistemas sociais. No entanto, legitima a relevância do Estado no paradigma que propôs.

Um Estado apto a controlar o tipo de sociedade visualizado pela nova ciência, embora exibindo características regulatórias, não será um interventor socialista. Em lugar disso, será um articulador de sistemas sociais, cuja missão é garantir que os mesmos se completem funcionalmente. De que maneira, institucionalmente, irá ele desempenhar

esse papel, constitui matéria para investigação ulterior (GUERREIRO RAMOS, 1989, P. 197).

A abordagem da economia plural fortalece a idéia da necessidade da articulação entre a sociedade civil, o Estado e o mercado para uma ordenação mais justa da sociedade, conforme quadro de Andion (2003) já apresentado. Corroborando com este pensamento, Sauvage (1996), considera a economia uma ciência limitada que se distanciou da realidade social do homem. Defende que a economia deve levar em conta a dimensão social e a ecológica sendo que o Estado tem um papel importante na regulação da economia no sentido de favorecer a diversidade de tipos organizacionais, conduzindo assim “a um jogo de soma positiva, ao contrário da situação atual.”

Diante do exposto, observamos que as duas linhas de pensamento rejeitam a redução a economia ao mercado e indicam um caminho de liberdade e autonomia para sociedade que é sintetizado nas palavras de Marcuse (1969)

Escolher livremente dentre uma grande variedade de mercadorias e de serviços não é ser livre, se para isso controles sociais devam pesar sobre minha vida de labor e de angústia, e se para isso devamos ser alienados. E se o indivíduo renova espontaneamente as necessidades impostas, isso não quer dizer que ele seja autônomo, prova apenas que os controles são eficazes (MARCUSE, 1969, p. 23).

b) Formas alternativas de ocupação

Novas formas de ocupação é uma proposta apresentada nas duas abordagens teóricas. A noção de economia plural que remete a uma abordagem aberta, não dicotômica tem neste assunto sua bandeira. Essas novas formas podem ocorrer através do reconhecimento das múltiplas formas de articulação da sociedade e das atividades que outrora não eram consideradas economicamente importantes, em especial da economia de subsistência. Sauvage (1996) cita a economia doméstica, as trocas não monetárias, as atividades mercantis informais e os microempresários. Neste sentido, a variedade de combinações considerada pela economia plural enriquece a gama das possibilidades de ação, diferentemente da economia com base no mercado que utiliza classificações dualistas (economia mercantil/não mercantil, formal/informal, pública/privada)

excludentes.

Em concordância com o efeito negativo da classificação dual, Sachs (1986) utiliza os termos “de mercado” e “fora de mercado” das atividades e comenta:

As ocupações não diretamente vinculadas ao mercado têm, na satisfação das necessidades, um papel de primeiro plano, inclusive nas sociedades industriais. Será preciso recordar que, por volta de 1960, o trabalho da mulher no lar ocupava, na França, cerca de 45 bilhões de horas por ano, contra 44 bilhões de horas para o conjunto das atividades profissionais da população ativa? A mulher do lar fornecia em, média 4.500 horas de trabalho por ano contra 2.500 horas de duração média do trabalho profissional (Fourastié, 1962, p. 126). Por sua vez, uma estimativa feita nos Estados Unidos avaliava, para 1965, o trabalho fora-do-mercado em 295 bilhões de dólares comparados com a renda nacional de 455 bilhões (Scitovsky, op. cit., p. 102). Quaisquer que sejam as reservas que se possam fazer a este tipo de estimativas (a que preço avaliar as produções fora-do-mercado?) e, a fortiori, às estimativas do valor monetário do tempo de lazer (estimado em 627 bilhões de dólares para o mesmo ano), elas indicam uma ordem de grandeza e, desde logo, assinalam o caráter tendencioso dos escritos econômicos consagrados às sociedades industriais, os quais, contrariamente à literatura antropológica e ao corpo de literatura interessado nas economias rurais, não se ocupam, por assim dizer, do fora-do-mercado ou, o que é pior, tentam apreendê-lo como uma extensão da teoria do mercado (Sachs, 1986, p. 60).

Guerreiro Ramos (1989) defende que as pessoas ao invés de serem detentores de empregos, tenham uma ocupação. A ocupação segundo o autor, “é a prática de esforços livremente produzidos pelo indivíduo em busca de sua satisfação pessoal” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 130). São as atividades que podem ter finalidade econômica ou não, mas que principalmente estão ligadas no interesse do indivíduo naquela atividade. O autor ao idealizar o paradigma paraeconômico reforça a importância de reconhecer formas de ocupação desprezadas pelo mercado, como: as

atividades domésticas, as atividades de subsistência, as atividades voluntárias, entre outras.

c) Diversidades de tipos organizacionais

A pluralidade das formas de ocupação se reflete nos tipos organizacionais propostos pelos autores das duas teorias. Conforme já vimos, a economia plural tem como base na sua abordagem a diversificação das formas de organização social com a articulação da sociedade civil, do Estado e do setor privado. Existe ainda o espaço para articulações intermediárias entre estas esferas, como as redes e parcerias, constituindo uma economia mista. Neste sentido, a economia plural, além de abrigar as diferentes organizações mercantis, é um local fértil para as formas organizacionais alternativas, as ONG's, as associações, as cooperativas, os sindicatos, os movimentos sociais.

O paradigma paraeconômico, por sua vez, arquitetado por Guerreiro Ramos apresenta várias formas organizacionais (anomia, economia, isonomia, fenonomia e isolado). A diversidade de sistemas sociais é extremamente importante para a concretização do modelo, pois cada qual tem o intuito de oferecer um ambiente adequado às várias possibilidades de ocupação nos diversos setores da economia por parte dos indivíduos, sejam estes sistemas complexos como as economias ou extremamente simples como as fenomenias.

d) Preocupação Ecológica

Nas questões relacionadas ao meio ambiente também observamos a preocupação por partes das duas abordagens teóricas. A preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais aparecem claramente no discurso da economia plural. Sauvage (1996) considera em sua proposta de um paradigma alternativo a articulação entre a economia, o social e o ecológico, entendendo que este tripé conduzirá a uma soma positiva. Na visão do autor, a diversificação das atividades econômicas é uma forma de ligar a economia a uma preocupação ecológica e societal. Neste contexto, entendemos que as organizações de cunho social e ambiental são importantes na formação de uma economia plural.

Guerreiro Ramos lembra que

nos séculos pré-modernos, a prosperidade material e a riqueza eram resultados de feitos humanos, mas tais feitos representavam transações inteligentes com a natureza como ela era dada. As necessidades

do homem eram consideradas limitadas e a produção de bens deveria ser obtida através da colaboração do homem com os processos que a própria natureza gerava, e não pela escalada sistemática desses processos, mediante implementos tecnológicos e sem consideração dos imperativos termodinâmicos da natureza (Guerreiro Ramos, 1989, p. 34).

Guerreiro Ramos (1989) enfatiza esta preocupação com a evidente aceleração do processo extrativo predatório dos recursos naturais e com a conseqüente degradação do meio ambiente, pois para o autor "... a produção é igualmente uma questão moral, em razão de seu impacto sobre a natureza como um todo. Na realidade a natureza não é um material inerte; é um sistema vivo, que só pode perdurar a medida na que não se violem os freios biofísicos impostos aos seus processos de recuperação" (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 199).

e) Racionalidade baseada em valores

Por fim, as duas linhas teóricas discutidas têm ainda como ponto comum a necessidade de uma nova lógica, diferente das regras utilitaristas estabelecidas pelo mercado. Conforme já demonstrado, a proposta do paradigma paraeconômico se fundamenta em um tipo alternativo de racionalidade - a substantiva - que contrapõe a racionalidade instrumental que gera organizações doentias (GUERREIRO RAMOS, 1989). O autor busca nos pensadores clássicos a concepção de que a racionalidade substantiva está associada ao senso comum, por isso é inerente ao indivíduo. E que através do debate racional busca sua satisfação pessoal e emancipação.

[...] uma teoria substantiva da vida humana associada é algo que existe há muito tempo e seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos [...], harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão razão substantiva. [...] Uma descoberta fundamental, resultante da herança de pensadores clássicos, é de que o debate racional, no sentido substantivo, que constitui a essência da forma política de vida, e também requisito essencial para o suporte de qualquer vida humana associada,

em seu conjunto (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 27)

A economia plural também aponta para uma lógica diferente da lógica do mercado. A economia plural prega a diversidade das atividades humanas, mesmo que sejam sem finalidades econômicas, como a doação e o voluntariado, atividades que não seriam viáveis numa lógica estritamente mercantil ou pública (SAUVAGE, 1996). Como vimos, no quadro apresentado por Lévesque (2009) os tipos de racionalidade que permeiam os princípios de regulação (mercado, redistribuição e reciprocidade) podem ser equiparados aos utilizados por Guerreiro Ramos. Assim, a racionalidade axiológica (valor) equivale à racionalidade substantiva. No entanto, observamos que a racionalidade axiológica não predomina nos três princípios. Por este motivo, neste estudo das fenomenias no contexto da economia plural analisaremos a predominância do tipo da racionalidade nos processos de gestão destes tipos organizacionais.

Diante do exposto, acreditamos ainda que as duas linhas teóricas direcionam para a valorização do ambiente local, adotando o território como referência. Observamos que ambas as teorias incluem as atividades de subsistência, como as domésticas e informais em seus paradigmas e estas atividades ocorrem em âmbito local, gerando, como afirma Sauvage (1996), a necessidade de uma “passagem à economia de mercado local”. Neste contexto nos parece oportuna a abordagem territorial como espaço de desenvolvimento das dinâmicas sociais.

2.5 A abordagem territorial

A noção de território está ligada à inscrição espacial, temporal, social, política e cultural, constituindo-se como palco central das dinâmicas do desenvolvimento participativa e sustentável. A interação com o local dá origem a novas formas de condução do desenvolvimento relativamente autônomo, onde a ênfase é colocada no dinamismo do espaço concebido num território (ANDION, 2003).

Peccquer (2006) acrescenta que a dinâmica territorial tem forte relação com o estatuto do território que serve de suporte a essa dinâmica. Para facilitar o entendimento, o autor atribui duas definições sobre o território: *território dado* e *território construído*. O *território dado* é a

porção de espaço que é objeto de observação. Defini-se como pré-existente e analisa-se o que acontece. É estabelecido *a-priori*, onde não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição. Trata-se, geralmente, do território institucional (PECCQUER, 2006). O *território construído* é resultado do processo de construção dos atores. A mobilização dos atores sociais é a parte essencial desta definição. “O território não é postulado; é constatado *a-posteriori*. Isto quer dizer que o território construído não existe em qualquer lugar, por isso alguns espaços dominados por leis exógenas da localização não são territórios” (PECCQUER, 2005, p. 13).

No contexto de território construído, o espaço deixa de ser estrutura estática ou um simples contorno geográfico não resulta de um corte para fins administrativos, mas da interação entre sociedade e o ambiente. Neste sentido, conforme Carrière e Cazella (2006, p.33), o território “é o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais”. Uma unidade que dispõe de recursos ativos, específicos e não transferíveis de uma região para outra. Para Peccqueur (2005), os recursos e ativos são os principais mecanismos de territorialização que vão condicionar o tipo de desenvolvimento de um local e que permite um território diferenciar-se em relação a outro. O ativo é um fator “em atividade”, quer dizer, valorizado no mercado. O recurso, diferentemente, do ativo, constitui uma reserva, um potencial latente que se pode transformar em ativo se as condições de produção ou a criação de tecnologia permitir. Para o autor, a variável território busca nas condições de elaboração dos recursos à montante e na expressão do trabalho formando um sistema territorial.

O sistema territorial de atores pode adotar diversas formas, como os distritos industriais, sistemas produtivos locais e *clusters*. Um distrito industrial pode ser descrito como um grande complexo produtivo, no qual a coordenação das diferentes fases e o controle da regularidade de seu funcionamento são submetidos, ao mesmo tempo, pelo jogo automático do mercado e a um sistema de sanções sociais aplicado pela comunidade (BECATTINI, 1999).

Os sistemas produtivos locais (SPL) permitem integrar as esferas econômica, cultural e institucional, tornado essas regiões competitivas. Algumas características desses sistemas são apontadas a seguir (COCCO, GALVÃO, SILVA, 1999):

- a) *Estreitamento das relações existentes entre produção e território*, fortalecimento da organização de pequenas e médias empresas em rede no território;

- b) *Construção de redes materiais e cognitivas capazes de internalizar as inovações tecnológicas nos processos de aprendizagem*, reforçando formas originais de cooperação e da inscrição das atividades econômicas nas relações sociais;
- c) *Empreendedor coletivo*, que passa a intermediar nas funções sociais, administrativas e políticas da produção.

Por sua vez, o conceito de *cluster* foi definido por Porter (2000, p. 254)

a cluster is a geographically proximate group of interconnected companies and associated institutions in a particular field, linked by commonalities and complementarities. Clusters also often involve a number of institutions, governmental and otherwise, that provide specialized training, education, information, research, and technical support (such as universities, think tanks, vocational training providers); and standards-setting agencies. The geographic scope of a cluster can range from a single city or state to a country or even group of neighboring countries.

Na visão de Peccquer (2005), a noção de cluster parece relativamente vaporosa, e aplicando-se a escalas de espaços muito variáveis. De qualquer forma, algumas características da economia dos territórios baseadas nestes sistemas de produtos são destacadas por Peccquer:

- a) *A sociedade e a comunidade estão em equilíbrio*: a economia territorial revela a porosidade da relação comercial relativamente ao resto das relações sociais, o que anuncia a fecundidade da noção de ancoragem territorial;
- b) *A historicidade e a memória coletiva são as marcas do funcionamento e organização desses sistemas produtivos*: sendo características marcantes desses sistemas no processo de construção social de um capital cognitivo coletivo;
- c) *A existência das relações de reciprocidade no âmbito territorial*, esse tipo de relação enraíza-se na identidade social dos agentes econômicos, pressupondo que esse sentimento de identificação

seja estendido ao ambiente de proximidade dos agentes. Assim, a reciprocidade é construtiva dos processos de territorialização.

Estas características reforçam a concepção de que a formação de um território exige a organização e a cooperação dos atores locais, caracterizando-se por um processo intencional e não natural. Neste contexto, estratégias específicas nos níveis organizacionais e institucionais são importantes para mobilizar e valorizar os recursos territoriais (ANDION, 2007). Algumas estratégias são mencionadas pela autora:

- a) Fortalecimento das redes formais e informais, monetárias e não monetárias que se formam em um território ao longo do tempo;
- b) Valorização da memória, cultura, identidade, dos recursos naturais e das instituições locais, como elementos não transferíveis e não mercantis que podem fornecer um importante diferencial nos processos de desenvolvimento;
- c) Promoção da inovação na técnica e nas formas de organização do trabalho e das relações de produção;
- d) Disseminação dos aprendizados e inovações, bem como a criação de barreiras de entrada que permitam a manutenção do diferencial competitivo do sistema;
- e) A concepção de uma cesta de bens e serviços territorializada, resultando de uma associação positiva de bens e serviços públicos e privados;
- f) A capacidade dos atores locais de produzir e criar regras, considerando o quadro institucional existente, que permitam contribuir com os processos de desenvolvimento (ANDION, 2007, p.72).

A perspectiva territorial acena para uma nova forma de desenvolvimento que se baseia na constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico, ou seja, um desenvolvimento que “designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECCQUER, 2005, p. 12). Trata-se de uma construção de um espaço que só pode ser concebida como dinâmica quando inserida a dimensão temporal.

Diante do exposto nos parece que o território no sentido construído pode se constituir em solo fértil para a diversidade de formas organizacionais em todos os setores da economia, como podemos inferir a partir das abordagens da economia plural e do paradigma paraeconômico, bem como em terreno para construção de caminhos para um desenvolvimento mais sustentável de nossa sociedade.

2.6 O caminho para desenvolvimento territorial sustentável (DTS)

Neste tópico, vamos apontar uma possível direção que a perspectiva da economia plural e do paradigma paraeconômico em uma dimensão territorial pode contribuir para uma concepção de desenvolvimento mais sustentável. Abordaremos uma breve retrospectiva das concepções sobre desenvolvimento até as discussões atuais sobre sustentabilidade que servirá também de fundamento para as considerações que faremos ao final deste trabalho.

2.6.1 Modelo fordista e pós-fordista

No decorrer do século XX, gostaríamos de destacar dois períodos que caracterizaram os caminhos do desenvolvimento: o fordismo e o pós-fordismo.

O modelo fordista teve a sua origem nos EUA e no pós-guerra irradiou-se para o mundo e tem como principal característica um regime de acumulação intensivo, com consumo em massa e produção voltada basicamente para o consumo interno (LIPIETZ, 1991). O fordismo aliou organização do trabalho que combinava os princípios tayloristas à mecanização, à pesquisa e desenvolvimento e à organização racional do trabalho. Na realidade, o modelo consolida a proposta de Ford que era de uma sociedade baseada no consumo de massa e para isso deveria haver condições para tal (HARVEY, 1993).

A linha de montagem automática facilitaria o aumento da produtividade, do lazer e conseqüentemente o consumo. Ford acreditava em um poder corporativo poderia regulamentar a economia como um todo. Essas características proporcionaram ao fordismo uma rápida elevação do investimento e do consumo per capita, tendo em vista que os

ganhos de produtividade eram distribuídos entre o crescimento de capital e salário real. Assim, a regulação desse regime de acumulação, que privilegiou a escala nacional, estabelece-se na própria regulação salarial, ou seja, existem forças que controlam o crescimento simultâneo da demanda e da produção (LIPIETZ, 1991).

Outro pilar importante do fordismo foi a incorporação da regulação econômica keynesiana que constituiu uma estabilidade considerável do regime de acumulação:

... o Estado teve que assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder temo mais mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base do poder da expansão do pós-guerra (HARVEY, 1993, p. 115).

Em síntese, o período fordista funcionou muito bem com a estabilidade nas relações de trabalho; as relações amenas entre bancos e firmas; o controle da moeda pelo Banco central e a participação importante do Estado na regulação econômica. Contudo, a dinâmica deste modelo apresentou suas fissuras a partir do fim dos anos 60. A produtividade, capitaneada pelo taylorismo, perdeu o seu fôlego. O poder aquisitivo dos trabalhadores crescia num ritmo maior enquanto as taxas de lucros caíam. Paralelamente a isso, tanto o Japão como a Europa Ocidental, já haviam se recuperado economicamente e a sua produção industrial gerava excedentes, favorecendo as exportações. Na visão de Lipietz (1991) a crise do fordismo se deu em duas vertentes: uma nacional, com a crise do modelo de produção, provocando um desequilíbrio quanto à oferta; e uma internacional, com a competitividade internacional, o que gerou a crise quanto à demanda.

O processo de crise do sistema fordista de produção desencadeou uma série de experiências que visavam dar um “novo ânimo” ao sistema capitalista. Este período denominado pós-fordismo ou a acumulação flexível é marcado pela contraposição parcial ao paradigma fordista; ou

seja, uma posição contrária à rigidez estabelecida neste regime de acumulação. O processo de produção foi flexibilizado, desarticulando parte do que existia até então, conforme ressalta Harvey (1993)

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados de trabalho, dos produtos e padrões. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas tais como, a Terceira Itália, Flandes, vários vales e gargantas de silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados (HARVEY, 1993, p. 176).

Esta nova dinâmica capitalista provocou uma grande rearticulação em todos os níveis sociais e econômicos, com novos formatos nas relações de trabalho e estruturas industriais. Exemplo disso foi o que aconteceu na região conhecida como Terceira Itália (centro e nordeste) que despertou interesse de estudiosos por apresentar um modelo baseado no modo de produção de distritos industriais. Suas características são bem distintas do tradicional sistema fordista e propiciam crescimento econômico, conciliando as questões sociais, políticas e culturais e inserindo a noção do território nas discussões sobre o desenvolvimento (COCCO et al, 1999).

Nos distritos italianos se identificou uma relação entre a produção e o território, a questão da cidadania e um novo perfil empresarial (COCCO et al, 1999). A relação entre território e produção é muito estreita e o lugar da produção deixou de ser a fábrica e passa a se referenciar na cidade (território). Este tecido socioterritorial contribuiu para a construção de uma rede material e cognitiva capaz de internalizar as inovações através de formas originais de cooperação (COCCO et al,

1999). No caso italiano, o território desenvolveu de forma otimizada a função de integrador social (GURISATTI, 1999).

Assim, a produção no território assume um caráter público em que o papel do cidadão tem forte relação com a cadeia de produção. A participação de todos é estimulada nos distritos porque o trabalhador pode controlar parte da produção e medir a melhoria das próprias capacidades profissionais (GURISATTI, 1999). Neste sentido, as relações sociais de produção também favorecem a autonomia das redes de produção. E, neste contexto, surge um novo tipo de empresário, denominado por Negri (1999) como “empresário político”, cuja função não está mais diretamente ligada à organização do trabalho e sim à mediação para reunir as condições sociais, administrativas e políticas para produção. Suas ações são transversais no sentido de atuar como um multiplicador das sinergias espontâneas que determina a intensidade da cooperação social do trabalho (NEGRI, 1999).

Diante da caracterização dos distritos italianos, Cocco et al (1999) afirmam que a condução do desenvolvimento deste “modelo” varia de acordo com o contexto espacial e temporal, sendo necessário analisar as condições favoráveis (recursos) do território. Diferentemente do modelo fordista, a dinâmica territorial passa pelo contexto histórico e cultural dos atores, assim sua base não leva em consideração somente a mensuração de variáveis econômicas como taxa de juros, salários, inflação, déficit público e câmbio, muito menos nos contornos geográficos ou nas estatísticas populacionais.

No entanto, a partir dos anos 70, a idéia de um crescimento de econômico sustentável ganha força e uma nova dimensão foi incorporada na temática sobre o desenvolvimento: a dimensão ambiental. A partir de então, a sustentabilidade passou a fazer parte das discussões na busca do rompimento da dicotomia entre desenvolvimento e meio ambiente.

2.6.2 *A sustentabilidade e o desenvolvimento*

A perspectiva de desenvolvimento que predominou durante os séculos XIX e XX como sinônimo de progresso e crescimento econômico provocou relações duais e desiguais como países pobres e países ricos, Norte e Sul, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Além disso, em relação às questões ambientais a busca pelo crescimento sem limites não respeitou a capacidade limitada dos recursos naturais desencadeando uma

crescente degradação ambiental causando impactos ecológicos e sociais. Isso em razão a perda gradativa da capacidade dos ecossistemas de absorver os distúrbios e de se manter como sistemas dinâmicos e continuar gerando bens e serviços ambientais, ou seja, a resiliência dos ecossistemas (VIEIRA, 2005).

A resiliência é entendida como a capacidade intrínseca de um sistema em manter sua integridade no decorrer do tempo, sobretudo em relação a pressões externas (HOLLING, 1996). A principal característica de um sistema resiliente é sua flexibilidade e capacidade de perceber – ou eventualmente criar – opções para enfrentar situações imprevistas e pressões externas. A perda da resiliência pode levar os ecossistemas a patamares próximos de seus limites, causando uma mudança de um estágio de equilíbrio para outro, aumentando a margem de imprevisibilidade do sistema, chegando inclusive ao colapso e não renovar-se (VIEIRA, 2005).

A preocupação com as mudanças na dinâmica ambiental começou a ser difundida com o surgimento de um movimento ambientalista global, constituído por uma série de atores como organizações e grupos que lutam pela proteção ambiental; agências governamentais encarregadas desta proteção; grupos de cientistas que pesquisam temas ambientais; gestão de recursos e processos produtivos de algumas empresas voltadas para eficiência energética e redução da poluição (LEIS, 1999).

Nos anos 70, ocorre a institucionalização do ambientalismo com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Estocolmo 72 – sobre meio ambiente (MONTIBELLER-FILHO, 2001). Em Estocolmo, as abordagens centrais estiveram voltadas aos aspectos políticos, sociais e econômicos, onde as recomendações passaram a ser mais realistas e mais próximas da vida e da qualidade da vida humana (MAIMON, 1992).

A proposta apresentada no relatório “Os Limites do Crescimento”, encomendado pelo Clube de Roma, sobre a possibilidade de uma crise planetária caso não fosse operadas mudanças profundas nos padrões de crescimento e estilos de vida, sugerindo a determinação de limites ou até o crescimento zero foi questionada. É o começo de uma mudança de percepção sobre a dicotomia entre meio ambiente e economia. O discurso de incompatibilidade entre preservação ambiental e crescimento econômico passa a dar espaço a novas concepções de desenvolvimento de forma integrada.

Neste contexto, surge o conceito de ecodesenvolvimento disseminado por Sachs (2007) a partir de 1974. Na visão do autor o

ecodesenvolvimento é uma concepção alternativa para o desenvolvimento que pressupõe outro padrão de relação sociedade-natureza e sugere o aprendizado de um padrão pautado pela relação de simbiose co-evolutiva com a natureza. Vieira (2005) concorda com Sachs reforçando que a o enfoque do ecodesenvolvimento que reintegra o homem a natureza:

[...] o ecodesenvolvimento pode ser visto como uma tentativa de focalizar a relação sociedade natureza de uma perspectiva sistêmica consistente. Sua motivação central equivale a uma reestruturação pela base dos padrões vigentes de relacionamento entre sistemas sociais e ecossistemas, visando instituir um efetivo jogo de soma positiva. Sua linha de crítica à dicotomia antropocentrismo biocentrismo baseia-se no princípio de co-evolução, acima esboçado. Este princípio, aplicado a uma teoria da internalização da dimensão ambiental nos sistemas de planejamento do desenvolvimento regional e urbano, estipula que homem e natureza não se encontram tão separados como a filosofia ocidental e os enfoques tradicionais de governo haviam suposto (VIEIRA, 2005, p. 342)

Uma reflexão sobre a interação entre os sistemas sociais e naturais é necessária para convergir na busca de novas formas de entendimento da dinâmica adaptativa das sociedades contemporâneas na direção do ecodesenvolvimento. Dessa forma, essa abordagem indica uma mudança de orientação nas discussões entre economia e meio ambiente, promovendo um estilo de desenvolvimento baseado em um conjunto interdependente de princípios normativos e éticos. Neste sentido, o ecodesenvolvimento inclui a satisfação das necessidades sociais básicas e na promoção da equidade e não apenas no crescimento econômico; a participação da sociedade civil organizada e o fomento à autonomia das comunidades locais, atribuindo aos atores locais a capacidade de co-gerenciar de forma prudente os recursos disponíveis; a prudência ecológica e a superação da ideologia economicista (SACHS, 2007).

O ecodesenvolvimento é compatível com o equacionamento das desigualdades sociais, com a descentralização política e com a gestão prudente dos recursos naturais. Em síntese, redefine a relação entre desenvolvimento e ambiente buscando a reciprocidade entre meio ambiente e sociedade com uma postura ética fundamental, a saber, o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais prementes que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida de toda população

(comprometimento sincrônico), com a possibilidade de reprodução da vida com qualidade para as gerações que sucederão (comprometimento diacrônico) (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

Este estilo de desenvolvimento apresenta um novo enfoque participativo de planejamento e gestão, no qual suas estratégias devem ser norteadas pelos princípios de equidade social, prudência ecológica e eficácia econômica. Tem-se que, a promoção de meios de vida sustentáveis deve se tornar a linha mestra da estratégia de desenvolvimento e não pode ter sucesso sem a participação das comunidades locais.

A partir dessa configuração geral, Sachs (2002) elabora as cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Cada uma é apresentada a seguir:

- a) **Sustentabilidade Social:** diz respeito ao processo que leve a redução das diferenças sociais e considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, “abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais” (SACHS, 2002, p. 25).
- b) **Sustentabilidade Econômica:** defini-se pela alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. A eficiência econômica deve ser avaliada mais por fatores macrossociais do que pela lucratividade microempresarial.
- c) **Sustentabilidade Ecológica:** está ligada à ampliação da capacidade do planeta terra de utilização do potencial dos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém um nível mínimo de deterioração dos mesmos, permitindo a natureza encontrar novos equilíbrios através de processos de utilização que obedeçam seu ciclo temporal.
- d) **Sustentabilidade Espacial** pressupõe evitar a excessiva concentração geográfica das populações. Busca uma relação harmoniosa entre urbano e rural.
- e) **Sustentabilidade Cultural** está relacionada à busca das raízes endógenas do caminho da modernização, respeitando as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Na visão de Sachs (1997), a sustentabilidade significa transformar o desenvolvimento numa soma positiva com a natureza, propondo com base no tripé: justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. A qualidade social é medida pela melhoria do bem-estar das populações despossuídas e a qualidade ecológica pela solidariedade com as gerações futuras.

Para avançar na direção do ecodesenvolvimento baseado nos princípios de sustentabilidade citados anteriormente, algumas tendências universais como: o crescimento através da desigualdade, baseado na economia de mercado descontrolada; a dualização das sociedades contemporâneas, com o fenômeno da exclusão social exigem mudanças para alcançarmos um estado de equilíbrio dinâmico. Sachs (2007) afirma que são necessárias estratégias de transição com duração de pelo menos 30 anos para que as diferenças existentes entre Norte e Sul em relação aos modos de vida, riqueza, capacidades tecnológicas e problemas sociais exigirão metas diversificadas, porém convergentes para os distintos blocos de países. Neste sentido, o longo processo das estratégias de transição depende, em parte, da habilidade e do engajamento de todos na concepção e na implementação de suas próprias estratégias nacionais, regionais e locais, elaboradas sob medida levando em conta suas especificidades naturais, culturais, socioeconômicas (SACHS, 2007).

A ciência e tecnologia aparecem como uma variável importante para acelerar ou retardar esse período de transição. A produção de uma nova geração de tecnologias que respeitem o meio ambiente, como a biotecnologia, contribui para aumentar a produtividade da biomassa e para ampliar a gama de suas contribuições para alimentação, produção de energia e vários produtos industriais, garantindo a eficácia econômica, visto que não dependeremos de recursos não renováveis, como o petróleo. Além disso, a criação de empregos decentes na zona rural permitirá uma redefinição nas relações entre cidade e campo, conduzindo ao equilíbrio no desenvolvimento urbano e rural (SACHS, 2005). O autor ainda comenta sobre o Brasil, em especial, sobre o favorecimento do desenvolvimento de uma civilização moderna da biomassa, com suas dimensões continentais, a diversidade de ecossistemas, com clima tropical úmido e semi-árido, subtropical e temperado e a disponibilidade de solos cultiváveis. Para isso, é necessário investir em estratégias de ecodesenvolvimento regionais, com uma eficaz gestão participativa dos recursos naturais, harmonizando objetivos sociais com prudência ecológica com soluções economicamente viáveis (SACHS, 2007).

Nos anos 80, a crise socioambiental manifesta de forma contundente a falência dos pressupostos do desenvolvimento como processo conduzido pelo Estado, de maneira centralizada, planejada e tecnicista, o que amplia a discussão sobre a inserção das dimensões sociais e ambientais nas questões sobre o desenvolvimento. Nos fins da década de 80 aparece o adjetivo sustentável para qualificar um novo tipo de desenvolvimento. A expressão desenvolvimento sustentável tem influência anglo-saxônica (*sustainable development*) e foi utilizada primeiramente pela União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN). Na conferência mundial sobre a conservação e o desenvolvimento da IUCN (1986), o conceito de desenvolvimento sustentável foi colocado como novo paradigma baseado nos princípios, a saber (MONTIBELLER-FILHO, 2001):

- a) Integrar conservação da natureza e desenvolvimento;
- b) Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;
- c) Perseguir equidade e justiça social;
- d) Buscar a autodeterminação local social e respeitar a diversidade cultural;
- e) Manter a integridade ecológica.

O Relatório Brundtland ¹⁰, publicado em 1987, posteriormente chamado de *Nosso Futuro Comum*, retoma o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo como: “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (p. 9). Esta concepção foi difundida, passando a configurar como eixo central nos debates internacionais e em organismos de pesquisas multinacionais (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

Neste conceito emergente de desenvolvimento sustentável são identificados dois conceitos-chave:

- a) *Conceito de necessidades*, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- b) *A noção das limitações* que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

¹⁰ O Relatório Brundtland é oriundo do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983, sob proposição da Assembléia Geral das Nações Unidas. Este é um dos documentos fundadores do conceito de desenvolvimento sustentável.

No relatório *Nosso Futuro Comum*, aponta-se a pobreza como uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais, afirmando que isso decorre do modelo econômico praticado nos países desenvolvidos. Ele aborda algumas características sobre desenvolvimento sustentável, a saber:

Meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados. O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as conseqüências da destruição ambiental. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito (p.40).

... O Desenvolvimento Sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de confiança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. (...) em última análise, o Desenvolvimento Sustentável depende do empenho político (p.10).

... tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas por todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim, o Desenvolvimento Sustentável é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações 'em desenvolvimento, mas também pelas industrializadas (p.40).

De uma forma geral, o desenvolvimento sustentável pode ser concebido a partir de um conjunto de sustentabilidades sintetizadas no trinômio: eficiência econômica, eficácia social e prudência ambiental. Ou ainda, como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

Este conceito se popularizou na década de 90, durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 92 – Rio-92. Além da difusão e ampliação de interesses de diferentes atores nas questões sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Rio-92 trouxe algumas definições importantes sobre o tema, como: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21; criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável no âmbito das Nações Unidas (ANDION, 2007). De fato, no nível conceitual, houve um avanço na Rio-92 com o estabelecimento de metas e objetivos do desenvolvimento sustentável. Contudo, no que diz respeito aos meios e procedimentos, ou seja, a prática do desenvolvimento ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se transforme em um modelo realista (LEIS e VIOLA, 1996).

No sentido das ações para alcançar a sustentabilidade, Sachs (1997) afirma que as estratégias de desenvolvimento sustentável não podem ser impostas de cima para baixo. Elas devem ser concebidas e aplicadas em conjunto com a população, ajudadas por políticas eficazes de responsabilização. Para tanto é preciso encontrar um novo tipo de parceria entre todos os atores concernentes, assim como uma nova redistribuição do poder entre Estado, empresas e terceiro setor. Além disso, Sachs (2002) afirma que é preciso ultrapassar a barreira de um mercado sem restrições, pois a sustentabilidade é incompatível com essa força que gera graves problemas sociais.

Aqui reside o espaço de complementariedade entre as noções de território e sustentabilidade para uma nova concepção de desenvolvimento: o desenvolvimento territorial sustentável, que surge a fim de evitar uma visão de desenvolvimento que considera os aspectos culturais, históricos e sociais apenas como recursos ou capitais unicamente e que confunde o desenvolvimento com o fortalecimento da economia centrada no mercado (SERVA, ANDION, LÉVESQUE, 2006).

2.6.3 *A construção do DTS*

O desenvolvimento territorial sustentável é um conceito em construção a partir de um esforço conjunto de estudiosos de diversos países. No ano de 2007, por exemplo, em Florianópolis, no I Colóquio

Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável se reuniram pesquisadores reconhecidos no cenário nacional e internacional para estimular o debate sobre a integração progressiva do conceito de *desenvolvimento territorial*. No Brasil, o tema vem sendo efetivado, de certa forma, à margem da tomada de consciência do agravamento da crise socioambiental com o conceito do *ecodesenvolvimento*, entendido como um novo enfoque de planejamento e gestão participativa apoiado no paradigma sistêmico. Além disso, o evento buscou a discussão sobre os pré-requisitos de viabilidade de um programa de longo fôlego de pesquisas comparativas sobre a problemática do *desenvolvimento territorial sustentável* em nosso país (CIDTS, 2007).

O DTS se baseia na interligação da dimensão da sustentabilidade e do território. Nesta direção, a sustentabilidade busca reintegrar as variáveis ambientais nos processo de desenvolvimento, articulando as questões econômicas, as formas de organização da produção e o uso dos fatores produtivos. Já a dimensão do território se caracteriza como o palco central das dinâmicas do desenvolvimento que inscreve os aspectos sociais, políticos e culturais. (ANDION, 2007). A autora reconhece ainda uma terceira dimensão que visa descrever e compreender as dinâmicas do desenvolvimento a partir das ações colocadas em prática pelos atores sociais. Dessa forma, o conceito emerge na interligação destas três dimensões a fim de equilibrar as ações de maneira sustentável em um território.

Dentro dessa discussão sobre o desenvolvimento realizada até a noção do DTS, parece-nos bastante inspiradora a inserção da perspectiva da economia plural e do paradigma paraeconômico no debate. Conforme já exposto, o desenvolvimento baseado na sustentabilidade de um território precisa reconhecer outras formas de regulação das atividades econômicas, novas formas de ocupação e de organizações, bem como da articulação da economia e ecologia, colocando a economia em seu lugar, ou seja, como meio para o desenvolvimento e não como um fim. Neste sentido, acreditamos em algumas pistas que podem contribuir na construção da base teórica do DTS, na direção de uma concepção econômica e organizacional que compreenda as diversas ações econômicas em um território, não somente aquelas que obedecem as regras do mercado. Este caminho parece ser o mais viável quando falamos em um desenvolvimento justo e igualitário.

Depois de apresentada a base teórica necessária para empreender a pesquisa, o passo seguinte é a definição da metodologia adequada para produzir os dados necessários a análise dos conceitos e fenômenos de

forma consistente. Neste sentido, o caminho a ser percorrido para realização deste estudo é apresentado no próximo tópico.

3 Metodologia

A metodologia visa definir os procedimentos, métodos e técnicas adotados para conduzir a pesquisa científica. Segundo Tomanik (1994, p. 153) “(...) é uma seqüência de procedimentos, mais ou menos padronizada, que é eficaz para a realização de determinado tipo de investigação”. Mattar (1999, p. 66) afirma que a metodologia é “o conjunto de métodos, técnicas e instrumentos utilizados em cada etapa do desenvolvimento do trabalho”.

Vale ressaltar que definir a metodologia de uma pesquisa significa escolher como se pretende investigar a realidade. Neste sentido, Roesch (1999, p. 86) afirma que “o método não significa o instrumento de coleta ou a análise de dados, mas é algo mais abrangente”, visa explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente o seu processo, posição corroborada por Bruyne et al (1977, p. 29) que define metodologia como a “... lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, que não se reduz a uma metrologia...”.

3.1 Especificação do problema

Conforme visto na introdução desta dissertação, o problema que norteia esta pesquisa é o seguinte:

A dinâmica das fenomenias contribui para formação de uma economia plural em uma dimensão territorial?

Será a partir deste problema e dos objetivos de pesquisa apresentados nos item 1.2 e 1.3 que todas as diretrizes da metodologia da pesquisa serão delineadas.

3.2 Delimitação da pesquisa

Neste tópico pretende-se elucidar a forma como esta pesquisa será desenhada, isto é, de que maneira o fenômeno em questão será investigado, detalhando os aspectos da natureza e tipo de pesquisa, bem como o modo que as informações serão levantadas e analisadas.

3.2.1 *Delineamento da Pesquisa*

Diversas técnicas podem ser utilizadas para a busca da resposta de um problema de pesquisa. Cabe ao pesquisador estabelecer as técnicas mais adequadas para condução da sua investigação científica. Nesta pesquisa, em um primeiro momento foi realizado um estudo exploratório que teve como finalidade proporcionar ao pesquisador um conhecimento mais profundo sobre determinado assunto. Gil (1994) afirma que as pesquisas exploratórias têm o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de um determinado fato. Nesta pesquisa, o caráter exploratório ocorreu no município Paulo Lopes. Nesta primeira fase, realizada de 13 a 24 de julho de 2009, buscou-se identificar as organizações das categorias em análise, ou seja, as fenomenias de diversos setores da economia que desenvolvem produtos ou serviços sustentáveis.

A técnica principal utilizada na segunda fase desta pesquisa foi o estudo de campo. Este tipo de estudo é uma técnica de pesquisa utilizada para se ter um aprofundamento das questões propostas, abrangendo o estudo sobre uma determinada comunidade ou região, em aspectos de estrutura social. Gil (1999) argumenta que o estudo de campo ao analisar, por exemplo, uma comunidade, ao invés de preocupar-se com a distribuição demográfica dos moradores, pode revelar a influência do poder local ou formas de associação desses moradores, isto é, abrange uma ótica qualitativa. Como este estudo tem como base uma análise territorial e envolve a dinâmica da comunidade local, faz-se necessária uma pesquisa empírica em um espaço delimitado, que no caso foi o município de Paulo Lopes, justificando-se a escolha do estudo de campo como técnica de pesquisa.

Em relação ao método para o tratamento do problema de pesquisa, neste estudo de campo predominará um caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador maior interação com o fenômeno em estudo, segundo Chiazzotti (1998), os dados são coletados através de

interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes e analisados a partir do significado que dão aos seus atos e reações. Nesta abordagem, o pesquisador participa, compreende e interpreta as informações coletadas visando descrever a complexidade de determinado problema e, portanto, entender as particularidades do fenômeno em estudo em um maior grau de profundidade (RICHARDSON, 1999). Assim, em um estudo qualitativo, valoriza-se o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. Visando a compreensão ampla do fenômeno que está sendo analisado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados (GODOY, 1995)

Por se tratar de um fenômeno social, esta pesquisa será classificada como *ex-post-facto*, ou seja, trata-se de um tipo de pesquisa não-experimental, na qual não haverá possibilidade de manipulação das variáveis pelo autor, isto é, o fenômeno estudado já se manifestou, sendo necessária a criação de inferências sobre a relação entre as variáveis (GIL, 1999).

Não haverá especificação de corte temporal, pois como o problema trata da dinâmica das fenomenias na perspectiva da economia plural, a referência histórica tem relevância para compreensão das relações e das formas de regulação das atividades das organizações. Desta forma, não se restringirá informações em função do tempo. Por fim, o nível de análise desta pesquisa será organizacional, abrangendo aspectos que se encontram nas fenomenias e suas relações no contexto de uma economia plural no município de Paulo Lopes.

3.2.2 *Unidade de Análise*

Neste estudo de campo, as unidades de análise foram as organizações que apresentam características das fenomenias descritas por Guerreiro Ramos (1989) localizadas no município de Paulo Lopes, que desenvolvem atividades com princípios sustentáveis. Sob a ótica da economia plural que pressupõe a articulação entre economia e ecologia, a causa da preservação da natureza dessas organizações nos indica uma possível relação de identidade e satisfação dos indivíduos com a atividade, constituindo um lugar perene para o predomínio da racionalidade substantiva.

Nestas formas organizacionais denominadas fenomenias, conforme já vimos, caracterizam-se por um pequeno grupo de pessoas, no máximo 5, sendo muitas vezes composto por apenas uma ou duas pessoas, como foi o que identificamos nas organizações em Paulo Lopes. Por este motivo, na maioria das organizações foram entrevistados o representante principal, conforme a breve caracterização a seguir:

Sítio Dom Natural - micro empresa familiar, produz alimentos orgânicos. Seu representante principal é o proprietário Glaico Sell, agrônomo formado pela Universidade Federal de Santa Catarina que se dedica à produção agroecológica há mais de 20 anos. Glaico foi secretário de agricultura do município por duas vezes, atuou na Associação dos Apicultores do Vale do Rio D'Uma (APIVALE) e no Instituto Consultor Social. Atualmente, é conselheiro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). Pessoa bastante ativa na comunidade atua em Paulo Lopes há 14 anos.

Instituto Passarim – Organização não governamental criada para administrar a Reserva Particular P N Passarim cuja missão é assegurar a integridade do ecossistema da região. O representante da organização é o casal Christopher e Luciane. Christopher é americano e consultor financeiro. Luciane é natural de Minas Gerais e bacharel em turismo. Conheceram-se e casaram-se nos Estados Unidos. Quando decidiram morar no Brasil em 2000, escolheram a cidade de Paulo Lopes para construir seu lar e sonho de proteger a natureza. Em 2002 transformaram sua propriedade na Reserva Passarim (RPPN) e em 2007 criaram o Instituto, no qual dedicam seu tempo de forma integral. Christopher é o presidente e Luciane faz o trabalho de secretaria e comunicação institucional.

Instituto Harmonia na Terra - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com a missão de promover ações educativas ambientais. É representado pelo casal Guilherme e Patrícia. O casal, natural de São Paulo, decidiu em 1999 buscar um lugar mais tranquilo para viver. Com o apoio de Glaico, encontraram um sítio e fundaram o Instituto. Guilherme é formado em artes cênicas e Patrícia em pedagogia. Dedicam-se praticamente de forma integral nas atividades do Instituto, sendo a Patrícia a presidente e o Guilherme o tesoureiro.

Piscicultura Panamá – micro empresa familiar, produz e comercializa alevinos criados de forma orgânica. Seu representante é o proprietário Juan Esquivel. Juan é natural do Panamá, doutor em piscicultura e, além do trabalho na Piscicultura Panamá, é professor da Unisul. Atua no Brasil desde 1990 e em Paulo Lopes há 8 anos. Junto

com o Glaico, fundou o partido PT no município e foi candidato a vereador nas eleições de 2008, no entanto não foi eleito.

Produção de leite familiar – produção familiar informal para produção de leite orgânico. Seus representantes são o senhor Nivaldo, a esposa Terezinha e sua filha Lena. A família com sete filhas é nativa de Paulo Lopes e vivenciou a época de extrativismo de madeira na região até a criação do Parque da Serra do Tabuleiro (PEST). O senhor Nivaldo é ex-extrativista e passou para a produção de leite orgânico com o apoio de Glaico e duas filhas que trabalham na propriedade. É filiado ao PT, em conjunto com Juan e Glaico.

Alambique Dom Bueno – organização informal para o cultivo de cana de açúcar orgânica. Seu único representante é o senhor Abrelino, natural do Rio Grande do Sul. Morou em Florianópolis por muitos anos até sua aposentadoria. Em 1992, comprou um sítio em Paulo Lopes e iniciou a produção de cana de açúcar orgânica em 1993, com o apoio de Glaico. Construiu o alambique devido ao seu interesse na produção artesanal de cachaça, transformando no seu *hobbie*. Foi secretário de agricultura do município de Paulo Lopes, ajudou a fundar a associação dos agricultores deste município e atualmente é presidente da Associação de Desenvolvimento das Microbacias (ADM) do Rio D'uma que faz parte do projeto Microbacias II da Epagri.

Fazenda Zuck – micro empresa familiar, produz alimentos orgânicos. Seus representantes são os proprietários, o senhor Valdir e seu filho Evandro. Naturais do oeste do Estado de Santa Catarina, o senhor Valdir iniciou a produção orgânica em Paulo Lopes em 1996. Evandro, que é bacharel em turismo, trabalhou na área até 2001 quando então passou a trabalhar junto com seu pai na propriedade.

A escolha das organizações foi de forma intencional, a fim de caracterizar as fenomenias no contexto da economia plural em Paulo Lopes. É importante salientar que neste caso não existe a pretensão de representatividade do universo que será estudado (RICHARDSON,1999).

3.3 Coleta e Tratamento dos dados

3.3.1 Dados Primários

Os dados primários foram coletados, principalmente, através do método de entrevista. As entrevistas do tipo semi-estruturadas são aquelas que “partem de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e

hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto das novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). As entrevistas semi-estruturadas são privilegiadamente importantes para os estudos qualitativos em ciências sociais, já que ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Nesta pesquisa, as entrevistas foram realizadas com os representantes das organizações que compõem as unidades de análises já citadas. Durante o período de 04 de agosto de 2009 a 15 de dezembro de 2009 foram agendadas pelo menos duas visitas em cada organização que duraram de 6h a 8h, nas quais se oportunizaram, além da realização da entrevista, o conhecimento da dinâmica das atividades desenvolvidas nas organizações.

Esta forma de coleta de dados requer uma prévia preparação do roteiro básico para obter as informações desejadas. Sobre o roteiro ou “guia”, Richardson (1999, p. 212) observa que “o pesquisador conhece os aspectos que deseja pesquisar, e com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista”. Quanto à elaboração do roteiro da entrevista, Richardson (1999) sugere que o pesquisador formule uma quantidade de perguntas, agrupando de acordo com os temas de que trata a entrevista e por fim, faça uma seleção definitiva, formulando os temas que serão tratados. Para as entrevistas deste trabalho foi desenvolvido um roteiro (apresentado no apêndice 1) separado por temas na dimensão organizacional: características das fenomenias e processos organizacionais e na dimensão da economia plural: socioeconômico e ambiental, conforme será descrito no decorrer deste capítulo.

A realização da entrevista é um momento muito importante da pesquisa, pois é o momento em que o pesquisador se depara com o fenômeno em estudo. Triviños (1987, p.147-152) explica como deve proceder a entrevista. O autor enumera as questões preliminares à entrevista: (i) *propósito da entrevista e do trabalho*: o informante deve estar ciente do propósito e dos objetivos da entrevista, da forma mais explícita possível, pois isto favorece com que a entrevista siga de modo espontâneo e amigável; (ii) *o registro e o horário da entrevista*: o autor ressalta a importância da gravação da entrevista, que deve ser acompanhada por anotações, mas, antecipadamente o entrevistador deve pedir permissão para tanto. O horário da entrevista, assim como sua provável duração, além do local onde deverá acontecer. A duração e o

horário são importantes para que o investigador possa planejar o tempo, assim como, demonstrar respeito pelo tempo do informante. (iii) *necessidade de rapport na entrevista*: uma atitude do entrevistador que possa estabelecer um ambiente harmônico, de simpatia e confiança é importante para atingir a profundidade do “espírito” do informante sobre o fenômeno em estudo. (iv) *tipos de perguntas*: apesar de existirem várias tipologias, o autor classificou as perguntas em: descritivas; explicativas imediatas; interrogativas imediatas; conseqüências; avaliativas; hipotéticas; categoriais. Neste trabalho, as recomendações observadas pelo autor foram seguidas, sendo que no momento da pesquisa exploratória foi conversado pessoalmente com todos os entrevistados explicando os objetivos da pesquisa. O prévio agendamento das visitas foi feito através de contato telefônico ou e-mail com no mínimo uma semana de antecedência. As perguntas elaboradas durante a entrevista foram do tipo interrogativas imediatas, de conseqüências e avaliativas, sendo as entrevistas realizadas durante as visitas as organizações.

O uso da entrevista semi-estruturada foi importante porque “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também, sua explicação e a compreensão de sua totalidade tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Assim, a análise coerente com a coleta qualitativa dos dados será baseada “nas produções verbais das pessoas envolvidas em determinadas situações e que comandam as ações que realizam” e que serão expressos em: “narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário” (TRIVIÑOS, 1987, p. 127-128).

Outra forma de coleta de dados primários foi a observação direta das organizações citadas anteriormente. Ao observar, procura-se apreender aparências, eventos e comportamentos. Neste sentido, as provas observacionais são úteis para fornecer informações adicionais sobre o fato em estudo, constituindo mais uma fonte de evidência em um estudo de campo (GIL, 1999).

A observação pode ser de caráter participante ou não-participante. Nesta pesquisa, foi utilizada a abordagem não-participante, na qual o pesquisador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho se comportando apenas como um espectador atento (GODOY, 1995). A observação foi realizada de forma assistemática, ou seja, sem um plano de observação ou fichas padronizadas, ocorrendo livremente no momento das visitas as organizações. A observação do local e das pessoas que fazem parte da organização foi importante para caracterização das fenomenias e

compreensão dos seus processos. Até mesmo a forma como ocorreu a visita e a entrevista são indicativos importantes na análise da dinâmica organizacional.

3.3.2 *Dados Secundários*

As informações secundárias são complementares e foram extraídas a partir de pesquisa documental, esta que, segundo Gil (1999), é importante e comumente integrante de pesquisas do tipo descritivas, que é o caso deste estudo. Os dados secundários referem-se às pesquisas anteriores, que de algum modo relacionam-se às variáveis em estudo e já estão disponíveis, em suas fontes incluíram: a) fontes de dados de empresas (em estudo); b) bancos de dados de organizações (governo, associações, agências de notícias); c) agências de pesquisas e d) dissertações e teses.

A lista de fontes secundárias que foram consultadas inclui: IBGE, Ministério do Trabalho, SEBRAE, IPEADATA, PNUD, EPAGRI, FATMA, Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, associações, cooperativas, ONG's existentes no município.

3.3.3 *Sistemática do método de levantamento*

Para elucidar o contexto da pesquisa e os métodos que serão utilizados para o levantamento de informações, apresenta-se o quadro 4, que expressa os objetivos específicos e o referente método que será empregado.

Quadro 4 - Sistemática do método de levantamento de informações

Objetivos da pesquisa	Método de levantamento de informações
Verificar a existência e caracterizar as fenomenias, identificando elementos da razão substantiva na gestão, seus principais desafios e suas inovações;	Informações secundárias (documental) Informações primárias (entrevistas/observação)
Identificar os princípios de comportamento econômico das fenomenias de forma a contribuir para uma economia plural;	Informações primárias (entrevistas/observação)
Verificar prováveis contribuições para o desenvolvimento territorial sustentável (DTS).	Informações primárias (entrevistas/observação)

Fonte: Elaborado pela autora

3.4 Categorias de Análise

A análise dos dados que foram levantados, principalmente os primários, foi realizada a partir de um conjunto de categorias analíticas e seus respectivos indicadores baseado na fundamentação teórica apresentada neste trabalho. Este conjunto constitui o quadro de análise que visa a orientação, validação e qualificação da análise a ser feita sobre as informações levantadas.

A proposta deste trabalho se caracteriza em verificar em uma dimensão territorial a dinâmica das fenomenias através da compreensão de suas características e da racionalidade predominante em seus processos organizacionais. A partir disso, contextualizá-las sob a perspectiva da economia plural por meio da análise dos aspectos socioeconômicos e ambientais das organizações em estudo.

Assim, os eixos teóricos centrais do quadro de análise são constituídos pela economia plural e o paradigma paraeconômico que contempla as fenomenias e pressupõe que neste sistema social predomina a racionalidade substantiva. Na base teórica apresentada anteriormente, identificamos os pontos comuns entre as duas abordagens: crítica à redução da economia ao mercado; formas alternativas de ocupação; diversidade de tipos organizacionais; preocupação ecológica;

racionalidade baseada em valores. Neste momento, resgatamos estes pontos para elaboração do quadro de análise.

Primeiramente, para melhor compreensão das categorias de análise associamos os pontos comuns em duas grandes dimensões: organizacional e pluralidade econômica, conforme o quadro 5.

Quadro 5 - Dimensões da análise

Conexões dos eixos teóricos	Dimensões de análise
Diversidade de tipos organizacionais	Organizacional
Racionalidade baseada em valores	
Crítica a redução da economia ao mercado	Pluralidade Econômica
Preocupação ecológica	
Formas alternativas de ocupação	

Fonte: elaborado pela autora

Assim, a dimensão organizacional diz respeito às novas formas organizacionais como proposto por Guerreiro Ramos (1989) no paradigma paraeconômico e aos processos organizacionais observados por Serva (1996), onde se manifestam as ações racionais dos indivíduos no âmbito interno das organizações e em suas relações com o meio externo. Já a dimensão pluralidade econômica abrange as questões voltadas para inserção das questões sociais na economia e a articulação entre ecologia e economia, considerando a pluralidade dos princípios econômicos.

Após a definição das dimensões de análise, chegamos às categorias de análise deste trabalho.

A dimensão organizacional é baseada no paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos (1989) que reconhece a diversidade de tipos organizacionais e valoriza sistemas sociais em que predominam a racionalidade substantiva, como é o caso das fenomenias. A caracterização desses tipos foi a partir de um conjunto de características levantadas na forma como são tratadas suas atividades para seus membros e pela identificação do predomínio do tipo de racionalidade substantiva, através dos processos organizacionais baseados no modelo desenvolvido por Serva (1996), conforme já apresentado na fundamentação teórica. No entanto, dentre os onze processos analisados pelo autor, foram selecionados dois processos por considerarmos que são os que apresentam maior relevância no que tange a dinâmica interna em sua essência do grupo e a forma como interagem com o meio externo. Assim,

temos as categorias: *fenonomias*; *valores e objetivos* e *ação social e relações ambientais*.

As *fenonomias* são pequenos sistemas sociais, com no máximo 5 participantes, conforme Guerreiro Ramos (1989), cuja principal característica é a liberdade de expressão e criatividade proporcionada aos seus membros, com o máximo de autonomia. Os participantes desempenham atividades prazerosas que lhe oferecem muita satisfação, com plena consciência que podem se constituir em uma opção alternativa à sociedade. Caracterizam-se, ainda, pela baixa formalização nos processos internos, como planejamento, hierarquia, funções e comunicação. A partir da definição do autor foram determinadas as características analisadas para identificação desta forma organizacional conforme são definidos e seguidos os processos (hierarquia, funções, planejamento, comunicação), a consciência da opção da atividade em relação à sociedade bem como os fatores que motivam seus membros para realizar suas atividades. As características são apresentadas no quadro 06:

Quadro 6 - Características das fenonomias

Características	Fenonomia
Grau de formalização	Baixo
Número de participantes	Até 5 pessoas
Consciência social	Forte
Motivação para as atividades	Auto-realização

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Guerreiro Ramos (1989).

Valores e objetivos – Esta categoria foi definida de acordo com o trabalho de Serva (1996, p. 311) e trata do “conjunto dos valores predominantes na organização, sua origem e formas de difusão. Objetivos do grupo. Processo de estabelecimento dos objetivos, formal ou não. Comunicação dos objetivos”. Os elementos utilizados para a análise desta categoria foram a auto-realização, os valores emancipatórios e o julgamento ético, conforme descritos a seguir. A partir destes elementos foi possível compreender se os valores e objetivos organizacionais estão fundamentados em uma base que predomina a racionalidade substantiva.

Ação social e relações ambientais – Outra categoria baseada no trabalho de Serva (1996, p. 313), na qual, são analisadas as “ações da

organização que marcam primordialmente a sua inserção no meio social. Importância, significado e singularidade da ação social. Congruência entre os valores professados, os objetivos estabelecidos e a ação social concreta. Relações com outras organizações da sociedade. Redes, conexões e integração interorganizacional”. O elemento principal para compreensão desta categoria foi o valor emancipatório nas ações e nas relações estabelecidas pelas organizações que nos indicaram a predominância da racionalidade substantiva neste quesito.

Os elementos característicos da racionalidade substantiva dessas categorias são apresentados por Serva (1996):

- a) *Julgamento ético*: processos decisórios baseados em emissão de juízos de valor do tipo bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado, que se dão através do estabelecimento de um debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos em suas interações com os demais membros do grupo;
- b) *Valores emancipatórios*: preocupação e observância de valores que levem ao aperfeiçoamento do grupo, na direção do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito às individualidades, da liberdade, do comprometimento e da integração com os ambientes interno e externo, presentes tanto nos indivíduos que compõem o grupo, quanto no próprio contexto normativo do grupo;
- c) *Auto-realização*: processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação.

Já a dimensão da pluralidade econômica tem como base na fundamentação da abordagem da economia plural exposta na base teórica deste trabalho, observamos que esta nos remete a inserção do social e busca a articulação das questões ambientais na economia, considerando diversificação dos setores da economia, dos tipos de atividades e dos princípios de regulação da economia. Assim, temos as categorias: socioeconômica e a ambiental.

Socioeconômica - a análise da categoria socioeconômica considera que a economia não pode ser reduzida ao mercado. Polanyi (1980 afirma que os mercados até o século XIX, tinham menor importância em relação a outros princípios de regulação como a redistribuição e a reciprocidade, por isso, para o autor, o sistema econômico é dirigido por motivações não econômicas e. Laville (2009) e Lévesque (2009) reforçam a importância de princípios plurais de regulação econômica. Corroborando com a idéia,

Serva, Andion e Lévesque, (2006), afirmam que uma economia plural é composta por múltiplas ordens de atividades econômicas que interagem entre si. Observamos a importância do reconhecimento de outros setores da economia, como é o caso da economia de “subsistência”. Assim, as diversas formas de atividades são apresentadas na classificação de Sauvage (1996): economia doméstica, trocas não monetárias de proximidade, atividade mercantil informal e microempresas foram verificadas a existência no dia a dia das organizações. A existência da pluralidade dos princípios de regulação econômica que fundamentam a abordagem da economia plural foi analisada nas relações econômicas estabelecidas pelas organizações de acordo com a forma de regulação do comportamento e dos recursos, conforme estabeleceu França Filho (2002). E assim, temos: princípio do mercado – com trocas mercantis; princípio da redistribuição – com trocas não mercantis e princípio da reciprocidade – com trocas não mercantis e não monetárias para análise do princípio de regulação econômica com base nas trocas dos recursos econômicos, conforme o quadro 07.

Quadro 7 - Princípios de regulação econômica

Princípios de regulação econômica	Recursos econômicos
Princípio do mercado	Recursos mercantis
Princípio da redistribuição	Recursos não mercantis
Princípio da reciprocidade	Recursos não mercantis e não monetários

Fonte: a autora a partir de Polanyi (1980) e França Filho (2002)

A integração do meio social nos aspectos econômicos proposto pela economia plural fez com que fossem observados os aspectos socioeconômicos que abrangem a geração de renda para os membros das organizações e as alianças, que se caracterizam pela cooperação formalizada, e o apoio, que se define pela cooperação informal, entre as organizações locais.

Ambiental - a categoria ambiental avalia a reinserção da ecologia na economia. Polanyi (1980) afirma que a economia substantiva tem


relação com a dependência do homem frente à natureza, onde o intercâmbio entre o homem e seu ambiente natural e social é para satisfação de suas necessidades. Neste sentido, Sauvage (1996) propõe em seu paradigma alternativo a articulação entre a economia, o social e o ecológico, entendendo que este tripé conduzirá a uma soma positiva. Na visão do autor, a diversificação das atividades econômicas é uma forma de ligar a economia a uma preocupação ecológica e societal. Neste contexto, as organizações de cunho social e ambiental são importantes na formação de uma economia plural. Assim, foi analisada a existência de preocupação com a natureza, com a adoção de formas de produção ecologicamente prudentes, através dos próprios produtos, nos processos para o desenvolvimento dos mesmos e nas ações que promovam a proteção ao meio ambiente.

Com a definição das categorias de análise, apresentamos no próximo tópico um quadro que auxiliará na análise dos dados.

3.4.1 Quadro de Análise

O quadro de análise, apresentado no quadro 08, sintetiza a integração dos eixos teóricos, suas dimensões de análise, as categorias analíticas e seus elementos característicos que servirão para a análise das informações coletadas no campo.

Quadro 8 - Quadro de análise

Eixos Teóricos	Conexão dos eixos	Dimensão de análise	Categorias de análise	Elementos
Economia Plural  CONEXÃO  Paradigma Paraeconômico	Crítica a redução da economia ao mercado	Organizacional	Fenonomias	Grau de formalização Número de participantes Consciência social Motivação para as atividades
	Formas alternativas de ocupação		Valores e objetivos	Auto-realização Valores emancipatórios Julgamento ético
	Diversidade de tipos organizacionais		Ação Social e Relações Ambientais	Valores emancipatórios
	Preocupação ecológica	Pluralidade Econômica	Socioeconômica	Geração de renda Diversidade de formas de atividades Pluralidade de princípios econômicos Alianças e apoio
	Racionalidade baseada em valores		Ambiental	Processos de desenvolvimento das atividades Ações ambientais

Fonte: elaborada por autora

Este quadro de análise reflete a conexão que propomos estabelecer entre o paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos (1989) e a economia plural. Na caminhada da construção deste quadro foi bastante inspirador o trabalho apresentado por Rogério Tonet (2004) que verificou as relações entre as fenomenias, a racionalidade substantiva e o desenvolvimento local tendo como base a conexão teórica entre o paradigma paraeconômico, a economia plural e o desenvolvimento local.

Com referência no caminho percorrido no trabalho pioneiro de Tonet, estabelecemos os pontos comuns entre o paradigma proposto por Guerreiro Ramos (1989) e a abordagem econômica de Polanyi (1980), Sauvage (1996), Laville (2009) e Lévesque (2009) e listamos: a crítica à redução da economia ao mercado; formas alternativas de ocupação; diversidade de tipos organizacionais; preocupação ecológica e racionalidade baseada em valores. A partir dos pontos comuns levantados, definimos as categorias: fenomenias, objetivos e valores e ação social e relações ambientais na dimensão organizacional e socioeconômica e ambiental na dimensão pluralidade econômica.

E com as categorias de análise descritas, realizamos a pesquisa empírica no município de Paulo Lopes a fim de verificar se a dinâmica das fenomenias contribui na formação da economia plural na dimensão territorial. Neste sentido, buscamos analisar as características das fenomenias, identificando elementos da razão substantiva na gestão, os princípios de comportamento econômico sob a perspectiva da economia plural e refletir sobre as relações entre as fenomenias e a economia plural no sentido de identificar possíveis pistas para contribuir com uma abordagem econômica condizente com os rumos do desenvolvimento.

Cabe ressaltar que os resultados deste trabalho apresentam suas limitações. Primeiro pelo fato de se tratar de uma pesquisa qualitativa, nossas análises e observações não representam uma generalização, restringindo-se exclusivamente ao contexto que envolve as organizações estudadas no município de Paulo Lopes, em razão do detalhamento da análise com a qualidade das informações. Segundo, refere-se ao aspecto de que este estudo tem a finalidade de resolver o problema de pesquisa enunciado por meio dos objetivos declarados, ou seja, as considerações e suposições adicionais precisam ser alvos de novas pesquisas, pois o estudo científico das fenomenias como base para a economia plural e o desenvolvimento foi iniciado por Tonet (2004) e retomado no presente trabalho. Por fim, pela originalidade do trabalho ao tratar o paradigma proposto por Guerreiro Ramos e pela economia plural acreditamos que

possa contribuir com os estudos sobre o tema no campo do desenvolvimento, no entanto, se faz necessária a ampliação e aprofundamento do conhecimento por meio de novas pesquisas que integre a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável nas discussões.

Desta forma, apresentamos o resultado da análise dos dados no próximo capítulo.

4 Apresentação e análise dos Resultados

Neste capítulo apresentamos as análises dos dados coletados nas entrevistas e nas observações realizadas nas organizações em Paulo Lopes, relacionando as respostas aos conceitos discutidos anteriormente na base teórica, tendo como base para análise o quadro apresentado no item 3.41. Nesta etapa da pesquisa, o estudo pioneiro sobre as fenomenias de Rogério Tonet (2004) foi uma grande contribuição, sendo nossa base de análise dos dados, em especial, sobre a relação entre as fenomenias, a racionalidade substantiva e a economia plural.

As duas dimensões da análise consistem: na *organizacional*, na qual identificamos e caracterizamos as organizações através das categorias analíticas: fenomenias, valores e objetivos e ações sociais e relações ambientais. E na *pluralidade econômica*, na qual buscamos caracterizar as organizações em estudo no contexto da economia plural através das categorias: socioeconômica e ambiental. Primeiramente, vamos empreender a análise das características das fenomenias e dos processos organizacionais. Logo a seguir, analisaremos a dimensão da pluralidade econômica.

4.1 Fenomias

Um dos objetivos centrais deste trabalho é o estudo das fenomenias como sistemas sociais possíveis de serem observados na sociedade atual. As fenomenias são pequenos cenários sociais nos quais os participantes têm grande autonomia sobre as atividades desenvolvidas. Nestes sistemas sociais, o ambiente possibilita a realização pessoal e a liberação da criatividade (GUERREIRO RAMOS, 1989). Representam um enclave importante para uma sociedade multicêntrica, onde vários tipos de organizações podem conviver, cada qual de acordo com os objetivos da associação de seus elementos.

Nestes ambientes, o empenho dos participantes só ocorre devido ao fato de trabalhar com atividades nas quais tem um interesse pessoal. Os participantes das fenomenias têm uma consciência da importância de seu trabalho e de sua presença dentro de sua comunidade e dos impactos que esta presença pode acarretar. Têm uma posição crítica sobre a sociedade, partindo para uma atividade alternativa não somente porque

são oportunidades de ocupação, mas também por buscar liberdade e autonomia. Sua consciência social é bem desenvolvida e são aptos a engajarem-se em projetos e/ou movimentos sociais, participando ativamente de sua comunidade, conforme afirma Guerreiro Ramos, 1989, p. 152: “Embora interessado em sua própria singularidade, o membro da fenomenia tem consciência social. Na verdade, sua opção não significa o abandono da sociedade, mas visa tornar outros indivíduos sensíveis quanto a possíveis experiências que são capazes de partilhar ou apreciar.”

Antes de analisarmos as características das fenomenias nas organizações em estudo, vamos apresentar cada uma para conhecermos quem são, o que fazem e como fazem.

a) Sítio Dom Natural

É uma microempresa familiar que produz hortaliças orgânicas e agroindustrialização principalmente doces, com a produção certificada pela rede Ecovida¹¹. Os proprietários são Glaico e Rosa Sell que estão desde 1995 em Paulo Lopes. A propriedade tem 10 hectares. Na organização, trabalham no dia a dia do cultivo de orgânicos 3 pessoas com carteira assinada (CLT) e na agroindustrialização a Rosa. O Glaico também trabalha no cultivo, mas dedica parte de seu tempo para as atividades administrativas da propriedade. Os filhos até o ano passado ajudavam no sítio, mas atualmente trabalham fora.

Boa parte da produção é comercializada na Feira da Lagoa em Florianópolis, cerca de 85% a 90%, para comercializar na barraca do sítio da feira da Lagoa, além dos produtos da propriedade, é comprada a produção de leite orgânico de um produtor de Paulo Lopes (Sr. Nivaldo) e 15 arrobas de bananas orgânicas por semana de um produtor do Morro dos Frutos. Glaico começou a comprar desse produtor tendo em vista que são bananais centenários e alguns bananais que estavam abandonados.

Distribuem também para alguns restaurantes da Lagoa, que os conhecem há anos e compram na própria feira os produtos orgânicos para o cardápio de sábado e domingo. Comercializam também na propriedade de segunda à quinta, na sexta não há atendimento, pois é o dia da colheita e preparação dos produtos para feira de sábado. Iniciou em 2009, a distribuição ainda tímida para uma rede de restaurantes em Florianópolis que começou a introduzir os orgânicos pelo menos uma

¹¹ Rede de certificação participativa de produtos agroecológicos que atua na região sul do Brasil.

vez na semana no seu cardápio.

Há pouco mais de um ano, a microempresa trabalha com a Cultivare de São Paulo. O Glaico realiza a atividade de contactar e organizar os produtores da região, transportadora para o envio de produtos semanais para esta empresa e recebe uma quantia mensal para custeio de telefone, transporte e pelo tempo de dedicação para esta atividade. A propriedade também participa de um projeto de piscicultura orgânica, coordenado pelo Juan da Piscicultura Panamá.

Atualmente, o Glaico está encabeçando um pequeno grupo de 5 pessoas que estão se associando, para montar uma unidade móvel de extração de mel. A idéia é ter um produto com certificação territorial e conciliar agregação de valor ao produto. Neste sentido, esse grupo está buscando a certificação de sabonete de mel e compostos de mel junto ao Ministério de Agricultura. O recurso para montar a unidade e iniciar a produção veio através de um deputado alemão que comprou uma propriedade em Paulo Lopes e deve fixar residência na cidade em breve. A formalização deste grupo se constituiu através de uma associação, a Apipraxes, apesar do receio do próprio Glaico com o termo

... a gente nem queria chamar de associação ou cooperativa por que a gente tá tão desanimado com esse termo que parece que dá azar. No meu entendimento está tudo errado sobre o que se faz de associação no Brasil. Geralmente, é um ou dois que trabalham que dispõem de tempo, recurso que lutam e os outros aproveitam e não há um entendimento claro de onde as pessoas querem chegar (Glaico).

Com a associação formalizada, o grupo começou a buscar a estrutura como logomarca, embalagem, bem como a própria produção.

Glaico faz parte do Conselho Regional da Biosfera e pretende filiar-se a Agreco (Associação dos agricultores ecológicos das encostas da serra geral) devido ao canal importante de trabalho que apareceu com um colega para produção com óleo de elementos, micro minerais e partir disso iniciar uma produção de produtos de linha de cosméticos e uma linha de medicamentos naturais. É membro da Associação Eco Feira, a qual ajudou a fundar e é organizadora da Feira da Lagoa da Conceição (Florianópolis) aos sábados pela manhã. Já foi filiado a Apivale (Associação dos apicultores de Vale do Duna).

b) Piscicultura Panamá



É uma pequena empresa familiar que iniciou suas atividades em 1996, com a vinda dos proprietários Juan Esquivel Garcia e Betina Muelbert Esquivel para Paulo Lopes. A decisão de ficar no Brasil foi durante o doutorado de Juan em São Paulo. A partir de então o casal começou a procurar um sítio que tivesse condições propícias para piscicultura em uma perspectiva de longo prazo, isto é, sem o uso do agrotóxico e com matizes para peixes grandes. Então encontraram o município e consideram ideal o local em função do parque devido a qualidade e quantidade de água.

E assim, o casal montou a Piscicultura Panamá que tem como atividade a reprodução, larvicultura e alevinagem de diversas espécies de peixes de água doce, com ênfase na produção de alevinos e pesquisa de espécies nativas. A comercialização de alevinos é realizada principalmente na região sul do Brasil, através de representantes comerciais. As espécies comercializadas são: Carpa comum; Carpa colorida; Carpa capim; Carpa cabeça grande; Pintado; Piracanjuba; Suruvi; Tilápia; Traíra; Curimbatá; Dourado; Jundiá; Mandi; Amarelo; Pacu e Piapara.

Juan e Betina coordenam as atividades da organização. As atividades operacionais são realizadas por um funcionário, um agrônomo e uma pessoa para limpeza, todos com carteira assinada (CLT).

A Piscicultura Panamá tem uma área de 43 hectares e está localizada a 9 km da sede do município de Paulo Lopes. Os 65 viveiros escavados, utilizados para a estocagem de reprodutores, alevinos e pesquisa, ocupam aproximadamente oito hectares de lâmina d'água. O laboratório tem uma área construída de 200m², onde são realizadas as atividades de reprodução e larvicultura dos peixes.

Outra atividade desenvolvida na propriedade é a pesquisa científica. Durante a época da safra de setembro a abril, muitos estagiários de várias partes do Brasil e do exterior participam do dia a dia da produção e das pesquisas que são desenvolvidas neste período. Para isso foi construído um alojamento que comporta até 10 estagiários que no começo era um barraco que foi melhorado aos poucos. As

instituições que já enviaram estagiários para a Piscicultura Panamá estão relacionadas abaixo:

Colégio Técnico de Toledo - Toledo - PR

Colégio técnico de Teotônia – RS

Colégios Agrícolas de Camboriú, Araquari e Sombrio - SC

Faculdade de Veterinária e Zootecnia da UNESP - Botucatu – SP

Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Maringá – PR

Faculdade de Zootecnia e Agronomia (FZEA) da USP – Pirassununga - SP

Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) - Rio Grande - RS

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Universidade do Contestado (UnC) – Canoinhas – SC

Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba – PR

Universidade Federal Rural do Pernambuco (UFRPE)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis - SC

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) - Tubarão - SC

Universidad Nacional Mayor de San Marcos – Lima - Peru

Universidad Ricardo Palma – Lima - Peru

Universidad del Llano – Villavicencio - Colômbia

Piscicultura Corrientes - Argentina

Atualmente, estão sendo desenvolvidas as seguintes pesquisas na propriedade:

a) Monitoramento da Ictiofauna do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Coordenador: Juan Ramon Esquivel Garcia

Parceiros: Associação de Desenvolvimento da Microbacia Rio das Cachoeiras; Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Sambaqui; Associação dos Rizicultores de Paulo Lopes e Região - ARIPAR; Associação dos Rizicultores do Vale do Rio D’uma e Região – ARIVALE; FATMA e Eletrosul.

b) Utilização de extrato de alho na alimentação do Jundiá (*Rhamdia quelen*)

Coordenador: Juan Ramon Esquivel Garcia

Parceiros: FAPESC/Unisul

Objetivo: controle de ictioftiríase

c) Larvicultura e Alevinagem do Pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*)

Coordenadora: Betina Muelbert Esquivel

Parceiros: FAPESC/Unisul

d) Caracterização da Estrutura Genética e o Desempenho Zootécnico de diferentes populações de (*Oreochromis niloticus*)

Coordenador: Rodolfo Petersen

Parceiros: MCT/SEBRAE/FINEP/Unisul

Objetivos: desenvolvimento de uma linhagem

e) Exigência Protéica e Níveis Substituição da Farinha de Peixe pelo Farelo de Soja em Dietas Práticas para Jundiá (*Rhamdia quelen*)

Coordenadora: Maude Regina de Borba

Parceiros: MCT/FINEP/Unisul

f) Cultivo e conservação de espécies de peixes da área de influência do reservatório da UHE Campos Novos/SC

Coordenador: Juan Ramon Esquivel Garcia

Parceiros: ENERCAN/FAEPESUL

A Piscicultura Panamá apóia também os graduandos, mestrados, doutorandos que estão fazendo suas pesquisas práticas e oferece o espaço da estação para aulas práticas. A idéia de Juan é de conciliar a produção de alevinos com uma instituição que faz pesquisa com espécies nativas.

Na organização tem um projeto em desenvolvimento que destacamos devido ao envolvimento com a comunidade local. Vinculado ao CNPq trata da piscicultura orgânica na agricultura familiar e consiste no incentivo da produção de alevinos de espécies nativas nas propriedades de agricultura familiar, favorecendo a melhoria de renda das famílias. Na verdade, na visão do Juan o projeto é muito mais abrangente

... é um de processo de aprendizagem sobre a piscicultura. O importante é melhorar o nível de conhecimento técnico e assim eles aprendem sobre o meio ambiente, a água. Nós damos cursos e palestras com professores. Eles aprendem a fazer ração, sobre nutrição pensando em toda a cadeia produtiva. Isso inclui toda uma

conscientização ambiental. Para que no futuro se possa montar cooperativas e associações com vários produtos para melhorar a renda da família e para que contribua na concepção da preservação do meio ambiente e que a pessoa comece a ver que o espaço que ele vive pode a longo prazo pode dar sustento a família. Seria uma forma dos jovens sintam que ficando aqui ele tem futuro. Porque em todo município existe um êxodo. É claro que é muito difícil, o projeto é muito pequeno. A cultura daqui é da caça e da pesca, com certeza não vamos conseguir que 100% da família não ficará aqui, mas com certeza teremos resultados positivos.

Atualmente, o projeto atende 30 famílias de Paulo Lopes e segundo Juan tem muitas famílias interessadas. No momento, não há recursos financeiros para atender mais, mas Juan afirma que está à procura de mais recursos, talvez em outro edital do CNPq.

c) Alambique Dom Bueno

É uma organização informal. Não tem constituição como pessoa jurídica. Dedicar-se a produção da cana-de-açúcar, que tem a certificação orgânica da rede Ecovida, e da cachaça artesanal desde 1993 enquanto o Sr Abrelino ainda residia em Florianópolis. Em 2000, quando veio em definitivo para Paulo Lopes conheceu Glaico que na época era secretário da agricultura e lidera o modo de cultivo orgânico no município. “Depois que conheci a forma orgânica, parei de trabalhar do modo convencional e hoje estou na linha orgânica por essa influência”.

Na verdade, o proprietário tem a atividade como hobby. Sua visão sobre o negócio

Eu tenho esse negócio que também gera emprego para algumas pessoas. Para mim isso é mais um hobby do que um negócio. O nosso produto (cachaça) tem um peso social. Porém eu consegui levar isso para outro lado. Do consumo desenfreado e irresponsável, esse produto não é para beber, apenas para degustar. Tem pessoas que não sabem a diferença de uma degustação de uma bebedeira (ABRELINO).

O processo de fabricação da cachaça é comum e todos os detalhes são considerados para que se tenha um bom produto. A cachaça leva entre 1 ano a 1 ano e meio para ficar pronta, por ano são fabricados 2 mil litros. Na opinião do Sr Abrelino este é um dos segredos do seu produto. “Respeito o tempo necessário de cada processo, não acelero nada. Isso é essencial para uma boa cachaça”. Na propriedade trabalha o Sr. Abrelino e mais um funcionário que não tem vínculo formal. A produção de cana é comercializada junto as garapeiras e a cachaça artesanal é na maioria comercializada na própria propriedade (90%) e em mais três locais em Florianópolis: Quintal da Ilha, Casa do vinho e Boutique da carne. No último ano, o Sr. Abrelino vem desenvolvendo o processo de fabricação de melado e está em estudo a produção do açúcar mascavo.

Atualmente, o Sr. Abrelino preside a Associação de Desenvolvimento de Microbacia do Campo D’uma (ADM Campo D’uma). O projeto Microbacias 2, da Epagri tem o foco em organizar as comunidades e o modo foi através de associações. A região da microbacia é delimitada pelo rio. A associação é um elemento jurídico do projeto Microbacias. No projeto tem ainda um elemento importante que é o facilitador que procurava promover o desenvolvimento das ações. Na percepção do Sr. Abrelino

...é um projeto de pequenos volumes de dinheiro que tem um efeito fantástico. Muitas coisas aconteceram, um banheiro, uma fossa, umas trocas de telhado que melhora o meio ambiente e auto-estima das pessoas, ajudando inclusive a segurar o homem no campo. Porque precisa produzir alimento. É aqui que precisa manter as pessoas no seu lugar.

O Sr. Abrelino foi presidente do Conselho Municipal por muitos anos, de 2000 até 2008. Durante este período algumas ações interessantes foram implementadas no município junto com a Epagri e a comunidade local. O Sr Abrelino destaca duas ações inovadoras: uma foi o leilão de gado, apesar do relevo, Paulo Lopes era uma região produtora. No Conselho foi criado o leilão, chamado de Remate que foi feito durante 3 anos. O Sr. Abrelino recorda que era uma grande festa, uma grande ação comunitária. No entanto, o evento acabou quando

houve uma tentativa de misturar isso com a política no governo que estava no poder na época.

A outra ação foi montar um box no Ceasa, dentro do pavilhão da agricultura familiar. Foi feito um grande esforço de mobilização em todo município para montar o box. Na visão do Sr. Abrelino

o problema do agricultor era a comercialização. Então, esse tal Box parecia que era a grande solução. Dentro de um grande mercado forte, dentro de Florianópolis, São Jose, achamos que não haveria erro. Mas isso não funcionou. Não dá para entender o motivo porque não funcionou. Alguns disseram que o lugar era ruim, mas isso não pode ser, o lugar era ótimo. A mais é a concorrência com os atacadistas, mas tudo bem eles são grandes e nós somos pequenos. Isso leva nos remete a uma outra questão que é a compreensão do produtor rural de participação. Porque todas as pessoas imaginavam que ir para o Ceasa ocorreria a venda. A imagem do Ceasa é de grandes vendas e o produtor rural familiar produz um pouco de ovos e esse pavilhão tinha a idéia de juntar esses poucos para transformar em um monte. Minha percepção é de que quem produz em pequena quantidade uma oportunidade é vender em conjunto. E então o box fechou.

Com estes episódios, o Sr. Abrelino resolveu sair do Conselho Municipal tendo em vista sua desilusão. “Isso me desiludiu muito também. Ta na hora de eu sair disso aqui também”.

d) Instituto Harmonia na Terra



É uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Foi fundado em 2004 por Patrícia e Guilherme. No entanto,

desde 2009, o Instituto também tem uma sede em Florianópolis. O casal que saiu de São Paulo em 1999 buscava o entendimento do significado socioambiental. E para isso, começaram um processo de desurbanização. O primeiro estágio foi em Florianópolis, onde aprenderam a construir, plantar, técnicas agrícolas e ecologia. Uma capacitação para viver no sítio. Durante a procura de terra, Paulo Lopes chamou a atenção do casal pelo perfil conservacionista, devido ao parque (PEST), muita área de mata e um ecossistema relativamente preservado. De acordo com Guilherme

Um município com baixa densidade e com boa reserva de água, floresta e ainda muito com o que fazer com a comunidade, uma comunidade que caça, que desmata o uso do agrotóxico. As pessoas que lidam com o agronegócio, com o arroz. Então isso precisa muito investimento, muito trabalho, principalmente por ter ainda todo esse patrimônio natural que tem no município. Acho que o fator mais importante pra gente ter vindo para cá pra Paulo Lopes, foi o Glaico que é um catalisador de gente. Então quando o Glaico soube que a gente estava procurando terra ele começou a procurar terra aqui em Paulo Lopes. Até que a gente viu uma terra que se encaixava relativamente bem dentro do que a gente queria (GUILHERME).

O casal conheceu Glaico em 2001 na feira da Lagoa da Conceição, em 2004 encontraram a terra para construção do sítio e em 2006 se mudaram definitivamente para Paulo Lopes.

O Instituto Harmonia na Terra tem como objetivos: a promoção da educação, em especial a ecopedagogia e a educação ambiental; produção e distribuição de materiais educativos; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção da sustentabilidade ambiental, econômica, social, política e ética; promoção da cultura e da arte; experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, serviços e trabalho; incentivo à justiça social e combate à pobreza; promoção da ética, da paz, da cidadania e dos direitos humanos; promoção do voluntariado.

Tem uma estrutura formal composta por uma diretoria com 4 pessoas com suas funções distribuídas em presidente: Patricia Pereira Abuhab; vice-presidente: Sandra Alves; secretária: Vera Longo e tesoureiro: Guilherme Blauth Bajesteiro, sendo que somente a Patrícia e o Guilherme residem e trabalham em Paulo Lopes. No entanto, durante a realização de projetos todos trabalham em conjunto desde a concepção e a equipe de execução aumenta de acordo com a exigência do projeto.

A atuação do Instituto se dá essencialmente através de projetos que podem ocorrer com uma demanda induzida, por ex.: um edital do ministério do meio ambiente. E também de parcerias com empresas privadas e cada empresa tem um foco de ação social e ambiental. No entanto, todos passam pelo processo educativo. Atualmente trabalham em três grandes frentes: uma de formação, a partir de cursos de agentes ambientais; outra é a produção de material pedagógico; e a terceira é o núcleo áudio visual para produzir áudios-visuais educativos e usar a mídia, como internet e a própria televisão. Para estas atividades existe um Núcleo de ecopedagogia que oferece ainda alguns programas, como curso de ecopedagogia; oficinas; ecologia para futuras gerações, todos com base em uma mediação pedagógica que envolve dialogicidade, sensibilizações ecológicas, planejamento participativo, atividades de arte-educação e jogos cooperativos, buscando integrar teoria e prática.

O principal foco dos programas do Núcleo são os profissionais de educação: professores, diretores, orientadores pedagógicos, funcionários de Secretarias de Educação, funcionários das escolas e ainda pais e membros das comunidades escolares. O Núcleo atende também comunidades de baixa renda e associações de profissionais ligados ao meio ambiente como pescadores, garis, catadores de materiais recicláveis e garis.

Atualmente, a Instituição tem um projeto do fundo estadual de meio ambiente que vai ser executado em Paulo Lopes, na microbacia do rio Duna. Consiste em um trabalho com os jovens, para que eles se tornem agentes ambientais, pois é necessário desenvolver algumas competências para que possa ser multiplicado nas escolas da microbacia. Este projeto pretende envolver o Instituto Passarim de Paulo Lopes, para levar os jovens nas trilhas da reserva.

Além dos projetos, o Instituto capta recursos financeiros com a comercialização dos materiais didáticos e com as doações dos 30 associados que tem no momento. Em 2010, pretendem realizar uma campanha para captação de recursos financeiros de pessoas físicas para

aumentar de rede de colaboradores e dar mais sustentabilidade para a instituição.

e) Instituto Passarim



É uma organização não governamental (ONG), fundada em 2007 por Christopher Clarke Simonds e Luciane Brandão Simonds junto com alguns amigos. A principal finalidade da ONG é preservar os recursos naturais da RPPN ¹² Passarim; motivar outros proprietários da região a criar RPPNs para ajudar a manter o corredor ecológico existente entre RPPN Passarim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (90.000 hectares) e promover e patrocinar cursos de educação ambiental, pesquisas científicas, e atividades relacionadas com o bem estar de todos os seres.

A Reserva Passarim teve seu início em 2002, quando Luciane e Christopher Simonds adquiriram 400 hectares de Mata Atlântica, em Paulo Lopes, Santa Catarina. Dois anos depois, 226 hectares desta área foram designadas como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), destinada à conservação dos recursos naturais e à educação ambiental. Neste sentido, os serviços ambientais e benefícios socioeconômicos proporcionados pela Reserva Passarim são: proteção da floresta – manter a qualidade do ar e combater o aquecimento global; proteção das nascentes – fornecer água para cinco famílias no entorno

¹² Reserva particular do patrimônio natural são áreas de conservação da natureza em propriedades privadas. Criadas por iniciativa do proprietário da área, reconhecidas pela Federação, a qual possui como princípio legal de manejo a proteção integral e o uso indireto dos recursos naturais. Seu objetivo é a proteção dos recursos ambientais representativos da região, onde só são admitidas atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer. Admitem-se também atividades econômicas, tais como apicultura, a venda de produtos artesanais e o ecoturismo, desde que desenvolvido dentro de parâmetros necessários à preservação, visando sempre a sustentabilidade. Tais atividades não devem comprometer a integridade dos recursos naturais ali protegidos. Proíbe-se qualquer tipo de extrativismo, caça, pesca, captura de animais, retirada de plantas, desmatamentos, queimadas e outros atos lesivos ao meio ambiente. São unidades de conservação de caráter permanente, o título de reserva é irrevogável.

da Reserva e abastecer o Rio Penha; proteção da biodiversidade – a Reserva faz parte de um grande corredor ecológico para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; manutenção da paisagem e educação ambiental – atrair escolas municipais e estaduais, educando professores e alunos para atividades nas trilhas, assim como os instrutores de terapias com abordagem holística, promovendo a paz entre os seres.

O Instituto Passarim tem uma estrutura formal composta por 4 pessoas, com funções distribuídas em: presidente: Christopher Clarke Simonds; vice-presidente: Jeanine Pinheiro da Silveira; tesoureira: Adilene Hensel Matias e secretária Luciane Brandão Simonds que reúnem na Reserva pelo menos uma vez ao mês. No entanto, as atividades diárias são realizadas por Christopher e Luciane que residem na reserva e contam com a colaboração de um funcionário. A ONG tem dois conselhos: um geral e um fiscal.

A arrecadação de recursos do Instituto é por meio de doações de parceiros e sócios. Atualmente tem 35 sócios e 10 colaboradores. No entanto, grande parte dos recursos vem dos Estados Unidos, onde existe uma segunda ONG, a Passarim Research. Nos últimos dois anos, o Instituto Passarim recebeu doações superiores a US\$ 35.000,00 através da ONG dos Estados Unidos. Outra forma de captação de recursos são os projetos, sendo que atualmente estão em desenvolvimento dois projetos:

- a) Uma parceria entre **Instituto Passarim (IP)** e **Caipora Cooperativa**, para completar o diagnóstico sobre a área de abrangência do “CORREDOR PASSARIM TABULEIRO”. Ao final de 1 ano de trabalho, o laudo técnico vai gerar “diretrizes para manutenção da integridade e permeabilidade do corredor, e a gestão participativa das áreas adjacentes”. O documento servirá como ferramenta para decisões e um estímulo para criação de mais RPPNs na região.
- b) Uma parceria entre o Instituto Passarim e a Secretaria de Educação de Paulo Lopes, para dar continuidade ao projeto “TRILHAS ECOLÓGICAS NA RESERVA PASSARIM” que visa promover a educação ambiental junto ao público escolar de Paulo Lopes percorrendo trilhas da (RPPN) Reserva Particular do Patrimônio Natural Passarim. O objetivo é realizar atividades com todos os alunos da educação infantil, ensino fundamental e médio das escolas do município de Paulo Lopes (inclusive da Escola APAE), que congregam um público alvo de 1.624 alunos e 109 professores. Em 2007 o programa

atendeu 1.050 alunos e os 90 professores de Paulo Lopes. Em 2008 foram atendidos apenas 120 estudantes e seus professores devido às chuvas constantes e à falta de verba. Caminhando pelas trilhas da RPPN Passarim cada turma experimentou o prazer das atividades lúdicas, as divertidas experiências sensoriais, a surpresa ao encontrar algumas espécies da fauna e da flora. Ao final, eles se refrescaram nas águas cristalinas da Reserva.

Outra fonte de arrecadação de fundos é com o Refúgio da Lua Azul. A Reserva Passarim oferece para locação a casa para vivências, grupos de estudo, e reuniões familiares dentro de uma área protegida e tranqüila de Mata Atlântica. Uma casa com 3 dormitórios - com capacidade para 15 pessoas, distribuídos em: dois quartos com mezanino e 2 colchonetes cada, duas camas de solteiro que se unem para formar cama de casal, e um beliche; um quarto com duas camas de solteiro – que se unem para formar cama de casal; 3 banheiros, sala de eventos com lareira, biblioteca e aparelho para DVD, cozinha equipada e refeitório, área de serviço com máquina de lavar, quintal com belo jardim. A Reserva oferece riachos de água pura, piscinas naturais, 10 km de trilhas guiadas na floresta, quiosque com 11 redes, área para piquenique e fogueira. Em média vem 2 grupos por mês e o valor da locação é R\$ 400,00 por noite.

Por fim, na reserva são promovidos eventos, que durante o ano de 2009 contabilizaram 360 visitas, tais como:

- a) Culinária Ayurvédica com Harald Schimitz,
- b) Planejamento empresarial com Dux Consultoria e T-Ser Consultores
- c) Retiro de Psicologia Transpessoal I e II com Joceline e Renato,
- d) Celebração de aniversários,
- e) Pique-niques familiares,
- f) Biodanza com Dalila Zotti,
- g) Celebração do 7º aniversário da Reserva,
- h) Psicologia empresarial com Gisela e Marcia,
- i) Culinária vegetariana com Rosa Sell,
- j) Reunião da Associação dos proprietários de RPPN de SC

f) Fazenda Zuck

É uma propriedade familiar rural, na qual são produzidos produtos orgânicos. Não tem personalidade jurídica. Os proprietários têm a inscrição de produtor rural e através disso podem contratar até 4 pessoas. No entanto, na fazenda trabalham somente o pai e o filho, Valdir e Evandro Zuck.

A horta começou convencional, em 1993 durante 1 ano e meio. Um agrônomo que veio para Paulo Lopes incentivou a produção de orgânico. Trabalharam uns 5 anos sem certificação nenhuma. A Epagri instituiu a certificação da FUNDAGRO, uma certificação barata para pequeno e médio produtor. A Epagri não cobrava as inspeções (análise de terra e verdura). Os agricultores pagavam 0,02 centavos por cada selo. Depois de 5 anos conseguiram se estruturar e a partir de então só cultivam orgânicos.

Hoje em dia, trabalham no cultivo de alface lisa, crespa, a crespa roxa, americana, cinco ou seis tipos de rúcula, cenoura, beterraba, 100% folhosa e temperos. Evitam trabalhar com legumes, porque é uma linha que demora muito o giro.

A produção é comercializada principalmente para restaurantes da região da Guarda do Embaú até Garopaba que são clientes fixos que abrem durante o ano todo ou o verão todo. Vendem os temperos para uma indústria de Florianópolis a Verde Fácil. Até 2006, a propriedade comercializava para supermercados como Angeloni e Hippo, mas desistiram devido ao desgaste excessivo e pela falta de valorização do produto. Forneceram também durante 8 anos para Prefeitura de Paulo Lopes, mas o contrato foi cancelado em setembro de 2009 devido a problemas com o pagamento.

No dia a dia, o trabalho de cultivo é de responsabilidade do Evandro. Ele compra as mudas. Faz o pedido das mudas orgânicas, prepara a terra uma semana antes e planta. Geralmente planta terça, quarta e quinta. Na sexta e no sábado apenas molha a muda e no domingo não tem atividade na horta. A produção não é embalada na propriedade. Seu pai ajuda a molhar e no controle da produção. As entregas são divididas entre os dois.

Evandro também se dedica a criação de ovelha, cabrito e outros animais por prazer. Algumas vezes podem ser uma fonte de renda em uma emergência, por exemplo, mas é o principal é o lazer. Na visão de Evandro, “todo produtor tem que procurar ter variedade na propriedade. Por que se uma der prejuízo a outra cobre, principalmente o produtor orgânico”. Não fazem parte de associações, segundo Valdir “todas as

vezes que trabalhamos com associação foi muito enrolado e não deu certo. A gente gosta de trabalhar certinho”.

g) Produção de leite orgânico (Sr. Nivaldo)

É uma família nativa de produtores rurais. Da família de sete filhas, hoje residem na propriedade três filhas, além dos pais. Não há registro e certificação. Antes de iniciar a produção de leite orgânico, o pai da família, o Sr. Nivaldo trabalhou por 9 anos com a extração de madeira, depois trabalhou no cultivo do fumo por 7 anos e desde 1996 foi iniciada a produção de leite na propriedade que hoje é a atividade principal da família.

A produção sempre foi orgânica devido a influência de Glaico e Rosa. O leite orgânico é produzido sem a utilização de remédio para as vacas, a alimentação é a base do pasto, sem ração. As vacas da propriedade não são de raça e ficam o dia todo soltas com terneiros, só a noite são separadas. O leite é tirado uma vez por dia pela manhã, não é usado ordenhadeira, pois pode dar problemas futuros na vaca.

No início, o leite era vendido de casa em casa em Paulo Lopes e a mãe da família, a Sra. Terezinha fazia queijo e doce de leite para vender nas casas, lanchonetes, restaurantes e garapeiras. Há 8 anos, a maior parte da produção é comercializada com o Glaico, cerca de 30 litros p/dia. O restante é vendido em Paulo Lopes ou é utilizado para consumo próprio.

Outra atividade desenvolvida na propriedade é o plantio de mudas nativas. A família participa do projeto Viveiro Nativo. No município são 5 viveiros, 1 viveiro escola e 4 viveiros em propriedade agrícolas. O viveiro Sete irmãs surgiu na propriedade com a visita do coordenador do projeto Viveiro Nativo da Associação dos Apicultores do Vale do Rio D'Uma (APIVALE) na propriedade. Neste momento, somente este viveiro está funcionando porque os outros agricultores desistiram devido à baixa rentabilidade. Segundo a Sra. Tereza “a renda é muito pouca. Não dá para sobreviver”. Hoje em dia tem 45.000 mudas no viveiro. A comercialização é na propriedade. Geralmente quem vem a procura das mudas são pessoas que devastaram áreas e foram multadas e, então precisam repor as mudas nativas.

Nas atividades diárias, as três filhas e o pai dividem o trabalho no viveiro e na produção de leite, de acordo com o tempo livre, sendo que a prioridade é a escola.

Com esta breve apresentação, observamos que grande parte das organizações desenvolve várias atividades, ou seja, são plurais em sua essência e participam da dinâmica territorial, envolvendo-se nas questões comunitárias e políticas do município. A seguir, vamos identificar as características das fenomenias nestas organizações.

4.1.1 Grau de formalização

As fenomenias têm um ambiente em que a liberdade de expressão ocorre com grande intensidade. Apesar da rotina de trabalho, os programas e as regras operacionais serem importantes para o sucesso do trabalho as mesmas são desenvolvidas pelos próprios indivíduos (GUERREIRO RAMOS, 1989). Muitas vezes as regras e padrões desenhados nas fenomenias não são formais, ou seja, o grau de formalização dos processos, como a comunicação, o planejamento, a hierarquia é muito baixo ou nulo.

A maior parte das organizações estudadas apresenta essa característica de forma muito evidente. Inclusive nas organizações que apresentam processos mais formais, como o Instituto Passarim e Harmonia na Terra, pois tem uma estrutura bem definida no papel, a comunicação, a hierarquia e os processos para a execução das atividades demonstram a redução da formalização, conforme as declarações:

... para atender aquela demanda, ou a gente tem projetos que a gente cria ou compartilha. A equipe se forma e vamos ver que cara tem esse projeto. Nós nos comunicamos bastante durante a concepção do projeto e todos participam. Na verdade temos liberdade para opinar, qual a melhor forma de fazer, mas em geral cada um se dedica com aquilo que tem mais habilidade (GUILHERME, INSTITUTO HARMONIA NA TERRA).

Temos um planejamento estratégico, com metas para 2011 que foi elaborado pelo grupo gestor e é compartilhado com os associados que dão suas opiniões (GUILHERME).

Nosso trabalho é na base na colaboração, com comunicação aberta com base no consenso. Quando chegou nosso funcionário, ele sempre falava: Chris é você que manda. E depois com o tempo, apesar de analfabeto, percebi que ele tem muita sabedoria. Então quando ele dizia Chris é você quem manda, eu dizia, mas é você quem sabe. Por isso valorizamos a opinião dele (CHRISTOPHER, INSTITUTO PASSARIM).

Nosso planejamento é meio incompleto. Fazemos entre eu, a Lu, Janine e Edilaine quando nos encontramos. Não tem uma data fixa. Não temos o plano de manejo. Dentro da legislação é muito difícil de fazer. Queremos fazer todo o levantamento de fauna, flora, recursos hídricos. Podemos talvez entrar em um novo edital da SOS Mata Atlântica para fazer o plano de manejo (CHRISTOPHER).

Nestes depoimentos, observamos que as funções, a hierarquia e o planejamento na prática se apresentam como o cenário de liberdade de expressão proposto por Guerreiro Ramos. No entanto, na maior parte das organizações, a formalização entendeu-se como algo desnecessário.

Quando chega de manhã cedo não precisa escrever ou estar dizendo o que cada um deve fazer, eles já sabem o que tem que fazer (GLAICO, SÍTIO DOM NATURAL).

As coisas vão acontecendo e você tem que fazer de um jeito e de outro e não tem muita saída, sabe, vamos por aquele caminho ou por outro. Quando a situação te obriga você tem que caminhar por um caminho só. Mas geralmente foi assim, olha vamos investir na agroindústria, então ta vamos, para melhorar. Se precisar fazer alguma questão, para melhorar aqui na propriedade, então vai se conversando e fazendo (GLAICO).

Todos aqui sabem o que precisa ser feito. Não tenho nada escrito ou pendurado na parede. Quando surge alguma dúvida eles perguntam a mim ou a Betina, depende de quem estiver na

Piscicultura. Se não tiver ninguém aqui, podem me ligar. Não sou o chefe, entende? Estamos todos aqui para trabalhar (JUAN, PISCICULTURA PANAMÁ).

Todos aqui trabalham por eles mesmos. Não fico lá perguntando o que está fazendo. Eu digo o que tem que fazer, todo mundo gosta de trabalhar aqui porque eu não pego no pé. Não tem chefe, nem processo. Nossa comunicação é só verbal, apenas conversamos. A única formalidade que tem é uma folhinha para anotar a hora que entrou e saiu, mas não me importo se entrou às 8h ou às 9h, o principal é ele fazer o trabalho dele bem feito (ABRELINO, ALAMBIQUE DOM BUENO).

Não tenho muito planejamento, nem uma agenda rígida. Vou conduzindo as coisas sem desviar do bom caminho. Consigo harmonizar as atividades sem um planejamento detalhado (ABRELINO).

O trabalho é dividido entre nós dois. É bem organizado, porque a gente combina direitinho. E assim, cada um já sabe o que precisa fazer. Vamos fazendo tudo em conjunto, os pedidos, o que vamos plantar nesta semana. Geralmente, fazemos o plantio nas terças, quartas e quintas. A experiência é muito importante para saber o que precisamos fazer (EVANDRO, FAZENDA ZUCK).

Outra questão interessante que podemos identificar nos trechos apresentados é que a rotina de trabalho é desenvolvida pelos próprios participantes das organizações, sendo a experiência com a atividade um fator de destaque para que ocorra desta forma. Percebemos na prática a fala de Guerreiro Ramos (1989) que diz ser muito benéfica a rotina de trabalho para as atividades das fenomias quando é realizada pelos próprios membros.

Diante do exposto, identificamos que as organizações em estudo apresentam a característica de ter um grau de formalização muito baixo ou nulo nos processos dentro do ambiente de trabalho, com uma comunicação aberta e sem uma hierarquia definida. Diferente da realidade das economias descritas por Guerreiro Ramos (1989) que

devido à alta especialização e à grande normatização, a difusão das informações é regulada, tanto no ambiente interno como no externo à organização.

4.1.2 *Número de participantes*

Guerreiro Ramos (1989) propõe que os sistemas sociais têm limites máximos e mínimos para seu bom funcionamento, pois “a intensidade das relações diretas tende a declinar na proporção direta do aumento de seu tamanho.” (1989, p. 159). No entanto, o autor alerta que não é possível determinar o tamanho ideal *a priori*, mas sim de acordo com critérios técnicos mediante uma investigação *ad hoc*.

As fenomenias são ambientes, ou sistemas sociais, de diminutas dimensões, contendo no máximo cinco participantes. Segundo Guerreiro Ramos (1989, p. 160): “As fenomenias são o menor tipo concebível de cenário social e uma fenomenia pode mesmo se compor de uma só pessoa, como é o caso do ateliê do pintor ou escultor. Parece, contudo, duvidoso que uma fenomenia tenda a manter sua capacidade de sobrevivência, quando o número de seus membros excede a cinco.”

Dentre as organizações estudadas, observou-se o requisito do tamanho de acordo com o proposto por Guerreiro Ramos (1989) e constatado na prática organizacional por Tonet (2004). Nenhuma apresentou mais de 5 participantes em suas respectivas propriedades no dia a dia, conforme o quadro 9.

Quadro 9 - Número de participantes

Organizações	Número de participantes
Sítio Dom Natural	4
Piscicultura Panamá	5
Alambique Dom Bueno	2
Instituto Harmonia na Terra	2*
Instituto Passarim	3*
Fazenda Zuck	2
Produção de leite orgânico	4

Fonte: dados primários

* Considerado os participantes que trabalham em Paulo Lopes.

Um fato que foi observado por Tonet (2004) em seus estudos e também foi verificado em nossa pesquisa é a consciência dos participantes das organizações quanto a necessidade dessa limitação de pessoas para continuidade de suas atividades de forma harmônica de acordo com seus interesses.

Se eu aumentar a produção, pode virar uma bola de neve: preciso de mais clientes, mais gente para administrar e mais gente para trabalhar. Não estou pensando nisso. Quero apenas fazer a produção da cachaça de forma lenta e tranqüila como deve ser. Poder apreciar todas as etapas sem pressão, sem correr contra o tempo. Na minha opinião isso é muito importante e se aumentar a produção e tiver que contratar mais pessoas não poderei fazer isso (ABRELINO).

A gente tinha mais 2 empregados na época que a gente trabalhava com supermercado. Mas não dava certo. Era muito trabalho, muita correria e desgaste. Eu vivia cansado. Isso não valia a pena. Preferimos trabalhar apenas eu e meu pai e não atender mais os supermercados que somente nos exploram. Hoje vivemos muito bem, com saúde e tranqüilidade. Se fosse há uns 3 anos eu não teria tempo para nada (EVANDRO).

Temos um funcionário e é o suficiente. Nosso sucesso e nossa paz dependem dele. Ele é um

ótimo funcionário e trabalha há 7 anos. É analfabeto, mas muito inteligente. Quase sozinho ele mantém a reserva Passarim. Acho que ele faz 80% do trabalho e nós fazemos 20%. Nosso trabalho funciona muito bem desta forma, porque trabalhamos na base na colaboração, com comunicação aberta e no consenso (CHRISTOPHER).

A gente sempre trabalhou em família. Nunca tivemos pessoas de fora aqui no sítio. E acho que nunca vamos ter (LENA GOULART, PRODUÇÃO DE LEITE ORGÂNICO).

Observamos também uma desmotivação na constituição de outras formas organizacionais como associações e cooperativas por parte de alguns entrevistados devido a desilusões com experiências anteriores.

De um tempo para cá eu me desliguei de associações, cooperativas para ficar mais tempo na minha propriedade. No meu entendimento está tudo errado sobre o que se faz de associação no Brasil. Geralmente, é um ou dois que trabalham que dispõem de tempo, recurso que lutam e os outros aproveitam e não há um entendimento claro de onde as pessoas querem chegar. Esse pessoal não entende e nem querem entender, porque o negócio deles é o imediatismo (GLAICO).

Não fazemos parte de nenhuma associação. Todas as vezes que trabalhamos com associação foi muito enrolado e não deu certo. A gente gosta de trabalhar certinho (EVANDRO).

O trabalho das associações é muito difícil, pois as pessoas têm sua ocupação, suas atividades, seus afazeres. Se os associados não se dedicam, não vêem o coletivo não dura muito tempo. Hoje em dia é raro uma associação durar mais de 5 anos. Eu até faço parte de algumas associações, mas é muito difícil. Já me desiludi bastante porque encontramos muitas pessoas egoístas e oportunistas (ABRELINO).

Até tentamos participar de associações, mas foi muito enrolado e não vimos as coisas funcionar. Quando tem muitas pessoas juntas é mais difícil de se entenderem (LENA GOULART).

Estas declarações parecem corroborar com os critérios propostos por Guerreiro Ramos em relação à limitação do tamanho das fenomenias. De forma semelhante ao que apresentou o trabalho de Tonet (2004), as organizações analisadas neste estudo não apresentam a intenção de crescer e, conseqüentemente, expandir seu tamanho.

4.1.3 *Consciência social*

Guerreiro Ramos (1989, p. 152) ressalta que “existe uma apurada consciência social por parte dos participantes das fenomenias”. Esta consciência surge da experiência pessoal que estes vivem em sua opção alternativa à sociedade de mercado e objetiva sensibilizar os outros indivíduos para a liberdade e as possibilidades que surgem quando se encara a sociedade sob vários aspectos e critérios que não somente os econômicos.

Este posicionamento crítico quanto à sociedade só é possível porque o indivíduo que pertence a uma fenomenia, pode desfrutar de um momento de “suspensão” e de reflexão sobre as questões que estão a sua volta. Essas pessoas podem ter opiniões diferentes devido à sua condição de trabalho, sua liberdade e autonomia, que não estão disponíveis à população empregada em economias, organizações que tomam a totalidade de seu tempo disponível.

O posicionamento da maior parte dos entrevistados reflete essa consciência apontada por Guerreiro Ramos (1989) conforme as declarações:

Trabalhar numa cidade grande onde todo mundo está fazendo as mesmas coisas juntas é normal que você seja um poluidor, porque todo mundo está poluindo. A gente pega um telefone, pega um café, joga o café no lixo, joga o plástico no lixo, você usa gasolina, você não usa bicicleta. Então a gente trabalha o dia a dia com a consciência. As cortinas têm que estar fechadas, para os

passarinhos não baterem em meu vidro. Numa empresa, a gente é mecanizado, a gente é ruborizado, todo mundo está ali para produzir. Produzir números, digitar, telefonar, atender, vender e ninguém faz isso com consciência. É só numero! Aqui na, aqui você sua atitude vai ter uma conseqüência, vai ter uma interferência. Quando você mora aqui, trabalha aqui, qualquer atitude vai danificar um ser vivo é outra consciência. E a gente tenta trabalhar com menos interferência possível (LUCIANE, INSTITUTO PASSARIM).

Eu fazendo o curso de homeopatia, eu to entendendo que há um distúrbio, nessas pessoas, que precisaria na verdade você fazer um trabalho de organização mental dessas pessoas, porque conviveram muito tempo com agrotóxicos, queira ou não isso ai bagunçou a vida deles. Porque trabalhou muito, muito com veneno. Todo mundo sabe que esses agrotóxicos levam a pessoa a cometer suicídio, isso é muito comum nas áreas agrícolas onde o pessoal usa muito. Você entendeu? Agora como é que vamos consertar isso? Cadê a saúde publica que não enxerga, que não resolve nada e que não vai a fundo para entender o que de fato está acontecendo com a população. É preciso harmonizar esse ambiente (GLAICO).

Que escola é essa que nos ensina a não ter mãos? O que é a mão para a escola? Nada. Só serve para escrever, então todo esse conhecimento manual, que possibilitou essa civilização maluca. O que a gente faz com isso? Daqui a pouco vamos ter pessoas com um cabeção de dinossauro com uma mãozinha assim atrofiada só pra poder mexer no “mouse” (GUILHERME).

Em um município pequeno o produtor orgânico e o produtor rural têm uma relação muito forte com a política. Se o sítio ali não apoiou o prefeito, esquece que não ter nada para horta. E é uma pena. Aqui em Paulo Lopes tem tudo para o

orgânico. Tem água limpa, não tem município melhor para trabalhar com orgânico. Ao invés da prefeitura dar apoio para a produção orgânica não. Preferem o pessoal de fora que planta tomate na área durante 1 ou 2 anos. Você sabe o que acontece? Essa área vai ficar contaminada 6 anos, por 6 anos não dá para produzir orgânico. As pessoas só vão dar valor quando todo mundo morrer de câncer (EVANDRO E VALDIR, FAZENDA ZUCK).

E finalizamos com a preocupação de Juan, da Piscicultura Panamá, que remete a uma reflexão sobre o futuro da sociedade e justifica sua participação política no município de Paulo Lopes.

Existe um grande problema político no Brasil e na América latina como um todo que os próprios políticos precisam reproduzir a pobreza para manter o poder. Então a educação que temos na periferia daqui de Paulo Lopes, por exemplo, é muito baixa. Hoje, as pessoas não têm expectativas de viver aqui. Os jovens não têm sonho de ir para uma universidade, o menino quer ter uma moto e a menina casar e ter filhos. Isso é muito difícil, assim você vai produzir uma ótima empregada doméstica, pedreiro, mas não consegue formar uma massa pensante e mais crítica. Só com a educação é possível mudar a realidade e o futuro deste lugar. Hoje, os terrenos no interior do município são todos de pessoas de fora. As pessoas daqui largaram as terras no sítio. E os políticos daqui não se tocaram que tem um tesouro aqui. O parque tem uma biodiversidade de espécies nativas e eles não sabem aproveitar isso. Por isso é preciso encaminhar os jovens para universidade para formar pessoas pensantes. Eu fui candidato a vereador pelo PT. Mas aqui é sempre o mesmo grupo, a mesma coisa. As pessoas aqui não percebem, espero que mude. Se a gente não participasse, a gente não poderia falar. Em um espaço democrático não fomos eleitos porque o povo não quis uma alternativa e preferem ficar com o que está. Mas a gente participa do momento político. Se houver um

projeto a ser feito em benefício da sociedade eu vou participar. Não sou oposição. Não tenho nada contra ninguém. Não vivo da política, não podemos deixar de fazer nossas atividades. Só temos que nos preocupar com o futuro, o que acontecerá com nós (JUAN).

De acordo com as declarações dos entrevistados, identificamos a consciência social como característica presente nas fonomias, conforme descrito na teoria por Guerreiro Ramos e verificado na prática no estudo de Tonet (2004). Nas organizações, observamos uma grande preocupação com as conseqüências do ritmo imposto pela lei do mercado na vida da sociedade, levando a mobilização dos membros à participação do cenário sociopolítico do município.

4.1.4 Motivação para as atividades

As fonomias foram caracterizadas por Guerreiro Ramos (1989) como ambientes propícios para liberdade e criatividade. Trata-se de um contraste do ambiente predominante nas economias, onde a padronização é um dos pilares de toda organização. O estímulo para a consecução das atividades por parte dos indivíduos é interior, com base nos seus valores e crenças, por isso existe uma forte relação de identidade com a atividade desenvolvida, ao contrário das operações típicas das economias, onde os fatores para o lançamento de produtos e serviços são determinados pelo mercado.

A motivação vem da possibilidade de transformar em realidade seu sonho, sua forma de pensar e viver. Muitas vezes o produto ou serviço oferecido por uma fonomia não tem grande valor quando visto pelos olhos do mercado. No entanto não é deixado de produzir simplesmente pela satisfação, pelo aprendizado e desenvolvimento pessoal que a atividade proporciona ao membro da fonomia. Tonet (2004) verificou junto aos artesãos que não deixavam de criar e produzir suas peças pelo baixo valor comercial. Na verdade, trata-se de uma opção pessoal, uma escolha livre conforme observamos nos trechos de grande parte dos entrevistados.

Trabalhei 8 anos na CIDASC como funcionário público. Já tinha percebido que não era isso o que

eu queria para minha vida. Eu alugava casa que tinha um terreno maior, para poder planta. Então eu sempre fui fazendo isso. Nas horas de folga eu ia vendendo os produtos de casa em casa. Até era engraçado, porque os meus colegas de trabalho, quando me viam vendendo os produtos, eles faziam até de conta que não estavam vendo a gente, sabe, parece que tinham vergonha de ver a gente. Então passei mais 3 anos em tubarão, aí completei 8 anos de trabalho e eu sempre querendo voltar para a terra, e eu não via como voltar. Um ano antes de pedir a demissão eu peguei férias um mês e fui para lá. Fui até Humaitá no Amazonas pra conhecer aquela região. Gostei do que vi, passei pelo Mato Grosso para espairer onde os meus irmãos estavam trabalhando, numa fazenda. Perguntei se a minha esposa topava ir, ela disse que tudo bem.

Fomos para Amazônia. Ficamos 1 ano e 7 meses no Humaitá na Amazônia e depois um pouco em Porto Velho em Rondônia. A experiência para mim foi extraordinária, foi muito importante, um grande aprendizado.

Então voltamos para o sul. Consegui então comprar o terreno em Paulo Lopes e pude trabalhar com o que eu realmente queria: a terra (GLAICO).

A educação para mim é um processo muito visceral, está dentro de mim, principalmente a educação mais libertadora. Esse trabalho tem muito isso, de chegar numa estrutura muito enrijecida e questionar, problematizar, provocar os professores e diretores. A gente trabalha basicamente com os professores, diretores e assistentes técnicos pedagógicos para que eles reflitam sobre as metodologias que eles usam, a razão social da escola, como a escola poderia trabalhar os conteúdos ambientais e como a escola pode ser um espaço de construção de cidadão preocupado com a questão ambiental. A gente considera muito importante esse trabalho que fazemos e o resultado é muito bom (GUILHERME).

Eu acho que a vida tem tanta coisa bonita. Um caminho muito bonito é o caminho da ciência. Poder trabalhar com minha filha agrônoma aqui no campo, longe da cidade. Estando longe da cidade para mim está ótimo. Minha vida e minha essência eu encontro aqui. Uma coisa importante também é que a gente sempre convive com jovens. Por aqui passa pessoas de várias gerações. A gente tenta lutar por uma coisa positiva para juventude. Para mim não é um sacrifício fazer o que eu faço. Isso é meu objetivo de vida (JUAN).

Nossa horta começou convencional. Depois de um ano e meio, um agrônomo que veio para Paulo Lopes trouxe o orgânico. Como a gente nunca gostou de trabalhar com veneno, achamos uma idéia boa e nunca mais produzimos de forma convencional. Acho que a gente ficou trabalhando uns 5 anos sem certificação. A Epagri veio com a certificação da FUNDAGRO que nós adotamos. Fomos pioneiros, o nosso sítio foi o 2º sítio orgânico na grande Florianópolis. Temos muita satisfação de poder dizer isso (EVANDRO).

Depois que conheci a forma orgânica, parei de trabalhar do modo convencional e hoje estou na linha orgânica por ser muito melhor para nossa saúde e para o meio ambiente (ABRELINO).

Observamos, também, um caso em que a escolha da atividade foi decorrente ao processo de conscientização ambiental devido à forte influência externa. O Sr. Nivaldo, produtor de leite orgânico, é nativo de Paulo Lopes e antes da criação do parque trabalhava com a extração de madeira e caçava animais. Foi com o incentivo de Glaico (Sítio Dom Natural) que na propriedade não existe mais o corte de madeira e a caça irregular.

Eu já cortei árvores, cacei animais e plantei fumo. Sei que isso não é correto e não faz bem. Hoje em dia só produzo o leite orgânico, que não utiliza remédio para as vacas, a alimentação é a base do pasto, sem ração. O Glaico recomendou que o leite fosse produzido assim. Ele compra quase

toda a produção (NIVALDO).

De acordo com o que observamos nas organizações, acreditamos que apresentam as características do tipo organizacional da fenomenia descrito por Guerreiro Ramos (1989), tendo em vista que nos elementos analisados encontramos: um baixo nível de formalização nos processos, o número de participantes é inferior a 5, uma elevada consciência social do membros das organizações e a motivação para o desenvolvimento das atividades com base na auto-realização, ou seja, segundo as escolhas pessoais.

Guerreiro Ramos (1989, p. 152) afirma ainda que as fenomenias, em razão de suas características, são sistemas sociais “protegidos contra a penetração do mercado”, ou seja, onde não predomina a lógica do mercado. O mercado evidencia uma lógica baseada em uma racionalidade utilitarista que privilegia a eficiência nos resultados do planejamento e da gestão das organizações e com fins estritamente econômicos.

Assim, a lógica de uma fenomenia é fundamentada em uma racionalidade que valorize o entendimento, a auto-realização e a emancipação que Guerreiro Ramos denomina racionalidade substantiva. Para verificar este tipo de racionalidade na prática administrativa utilizamos o quadro apresentado por Serva (1996) que analisa a racionalidade predominante através dos processos organizacionais. De acordo com o quadro de análise proposto neste trabalho, verificamos dois processos: valores e objetivos e ação social e relações ambientais.

4.2 Valores e objetivos

A principal distinção entre os dois tipos de racionalidade apresentadas por Guerreiro Ramos relaciona os valores e objetivos que regem as ações nas organizações. Conforme Serva (1996), uma ação racional instrumental terá objetivos formulados segundo o cálculo utilitário de conseqüências, enquanto uma ação baseada em uma racionalidade do tipo substantiva se dará baseada em valores emancipatórios.

No modelo proposto por Serva (1996, p. 311) os valores e objetivos representam “o conjunto dos valores predominantes na organização, sua origem e formas de difusão. Objetivos do grupo.

Processo de estabelecimento dos objetivos, formal ou não”. Podem indicar a presença de um tipo de racionalidade substantiva, quando considerados: auto-realização, valores emancipatórios e julgamento ético, que serão analisados de forma mais detalhada no decorrer deste tópico. Algumas declarações dos entrevistados chamaram a atenção quanto aos objetivos de seu trabalho e quanto à decisão da escolha da atividade que reforça a satisfação e bem estar de trabalhar com a atividade e a relação de identidade com o local.

Em geral, as pessoas querem trabalhar em escritório, em serviços que ficam protegidos da chuva, do vento, do sol. Só gostam do sol quando vão para a praia, mas pra trabalhar na roça ninguém quer não. Eu gosto de trabalhar aqui, sentir a terra nas minhas mãos, a brisa do vento, o sol, a chuva que molha a terra. Aqui é o meu lugar, minha casa (GLAICO).

É muita alegria poder trabalhar com minha filha agrônoma aqui no campo, longe da cidade. Estando longe da cidade para mim está ótimo. Minha vida e minha essência eu encontro aqui (JUAN).

Viver e trabalhar aqui foi uma opção nossa. Decidimos por um processo de desurbanização. Foi aqui que começamos a descobrir o significado do que é o socioambiental (GUILHERME).

A gente planta para os animais, cada abelha, cada lagarta, cada coisa, o bicho pau, o bicho pau é um graveto, mais fino que o nosso dedo, ele é um graveto maravilhoso. Então eu fico fotografando. E cada vez que eu fotografo, eu admiro. A gente acorda para ver os bichos, para respirar o ar puro, para viver com os bichos, para beber a água que eles bebem e para mostrar que nós temos saúde maravilhosa e essa saúde a gente agradece aos produtores orgânicos, o conhecimento que a gente tem de transformar o alimento em coisa boa, saborosa. A gente faz curso de culinária aqui também para que todo mundo saiba cuidar mais de si, porque a gente se cuidando com carinho, vai cuidar da natureza com carinho (LUCIANE).

Outra observação que também desperta a atenção é o fato da atividade se realizada em família, em sua própria propriedade de forma com que todos se ocupem, conforme pode ser visto a seguir:

É muito bom trabalhar aqui com meu pai. Fazemos tudo em conjunto. Já trabalhei em um hotel em Florianópolis, porque sou em técnico em turismo. Larguei o emprego e vim para cá. Lá era muita pressão, ninguém pode ser feliz desta forma (EVANDRO).

Esta nos parece uma evidência importante dentro das características das organizações em estudo. Todas são constituídas com base na relação familiar. Em cinco organizações existe a relação do casal (homem e mulher) e em duas observamos a relação entre pais e filhos. Este fato nos indica a importância do entendimento, da união e do consenso entre os membros que conciliam a relação familiar com a profissional, caminhando na direção de um trabalho autônomo com base na convivência saudável.

Trabalhamos em harmonia. Somos felizes. Estamos em sintonia com a natureza e conosco. Somos guardiões da natureza e nossa missão é muito importante. Não podemos compartilhar com a massificação, a robotização que tem lá fora nas cidades. As pessoas só pensam em comprar, comprar, comprar, consumir, gastar, jogar fora, compra outro, competir. O uso das coisas, com tanta intensidade, onde vamos parar? Precisamos parar de consumir tanta coisa. Ensinamos isso para o visitante que vem aqui. Eu também já fui muito consumista, mas eu já aprendi (LUCIANE).

As declarações dos informantes nos indicam que os valores e objetivos cultivados nessas organizações são distintos dos praticados pelo mercado fundado na razão instrumental. Essa característica também ficou evidente no trabalho de Tonet (2004). O autor constatou que, muitas vezes, os artesãos fazem a opção pelo trabalho em razão da preocupação com o bem estar da família. Em nosso estudo, observamos que com exceção do Instituto Harmonia na Terra e Passarim que apresentam seus objetivos descritos formalmente e definidos através

reuniões e assembléias, as demais não tem qualquer formalidade em relação a este processo sendo construído e compartilhado no dia a dia entre os seus membros. De toda forma, suas atividades possibilitam a satisfação de suas necessidades que diferem das ditadas pelo mercado, como dinheiro, poder e status. Isso não quer dizer que não se relacionem com o mercado. Percebemos que nas suas atividades, muitas organizações interagem com as economias, as isonomias, outras fenomenias, com o poder público e a própria sociedade. No entanto, seus objetivos e valores não seguem as regras do mercado.

Conforme vimos anteriormente, a motivação para realização das atividades é interna, ou seja, é automotivada. Assim, podemos concluir que as pessoas nas organizações analisadas valorizam e buscam a auto-realização, por isso vamos passar para identificação dos elementos que refletem os valores emancipatórios entre os valores e objetivos organizacionais.

4.2.1 Valores emancipatórios

No modelo proposto por Serva (1996), os valores emancipatórios podem ser reconhecidos através da preocupação e observância de valores que levem ao aperfeiçoamento do grupo, na direção do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito às individualidades, da liberdade, do comprometimento e da integração com o ambiente interno e externo, presentes tanto nos indivíduos que compõem o grupo, quanto no próprio contexto normativo do grupo. O estudo de Tonet (2004) evidenciou os valores emancipatórios cultivados pelos artesãos: a liberdade, a criatividade, a solidariedade, a preocupação com o bem estar coletivo. Nesta pesquisa, esses valores foram identificados em grande parte das organizações. A busca pelo bem estar coletivo e a integração com o ambiente interno e externo merecem destaque nas declarações dos entrevistados.

O visitante que vem aqui, já se transforma num conservador quando ele chega na casa dele. Já vai mudar os hábitos consigo mesmo que é a ecologia dele, já vai estudar um pouquinho da alimentação, o que é orgânico, porque o arroz é melhor, eu vou cuidar de mim, porque é melhor eu comprar com um produtor orgânico do local, não vou trazer as

coisas de São Paulo, não vou trazer as coisas de supermercado que é cheia de plástico, já começa uma consciência (LUCIANE).

Nessa microbacia do rio D'uma, a gente está querendo fazer um trabalho com os jovens, para que eles se tornem agentes ambientais. Precisamos desenvolver algumas competências neles para que eles possam multiplicar isso nas escolas da região (GUILHERME).

Aqui cultivamos a questão da sustentabilidade, da cooperação, da justiça, da paz e da harmonia. Isso parece essencial para o mundo nos dias de hoje (PATRICIA).

Eu quando sei que alguém está fazendo alguma coisa diferente, eu vou lá pra perguntar: olha como é que você faz? Ou tem uma semente diferente ou tem uma tecnologia diferente, então eu procuro para evoluir também. Para fazer as coisas melhores, sem agredir o meio ambiente (GLAICO).

Eu vim pra cá querendo me entrosar no município. O Glaico era secretário de agricultura. Eu escrevi uma carta ao secretário informando que estava querendo me estabelecer no município e entre outras coisas o que esperava do poder público, etc.

Então nos reunimos num grupo de pessoas em meados da década de 90. Passei a presidir o conselho municipal de desenvolvimento rural e fizemos uma série de coisas. Aquele momento foi muito interessante para Paulo Lopes (ABRELINO).

A liberdade é um valor cultivado pelos entrevistados. Em alguns momentos, a sensação de ser livre parece ser em relação à pressão do mercado pela capacidade produtiva e competitividade.

Se eu aumentar a produção, pode virar uma bola de neve: preciso de mais clientes, mais gente para

administrar e mais gente para trabalhar. Não estou pensando nisso (ABRELINO).

Até 3 anos atrás a gente trabalhava com o Angeloni e vendia muito, tinha 2 e 3 empregados. Só que a gente era explorado, viva em função do supermercado. Agora isso faz sentido? Eu ser autônomo para ser sugado? Vivía cansado. Então desistimos dos supermercados. Produzimos menos e vivemos melhor (EVANDRO).

Em outros momentos, a liberdade está associada a uma reflexão sobre forma de execução do trabalho, do uso do seu tempo e a possibilidade de mudar conforme a sua necessidade, conforme a declaração

A gente trabalhou muito tempo aqui cuidando do solo, cuidando das coisas do sítio e esquecemos de cuidar de nós mesmos, mas agora que estou descobrindo isso, nunca ninguém tinha me falado isso. Então de uns tempos pra cá eu estou me sentindo mais aliviado. Agora eu olho para as pessoas de uma forma diferente. Não olho pela maneira como ela ta, eu penso no porque ela ta fazendo aquilo. Tento me colocar no lugar dela. É um aprendizado. Graças a Deus a gente ta numa outra linha de trabalho, agora com um pouco de paciência, nós vamos conseguir fazer um trabalho de harmonização com a família em primeiro lugar (GLAICO).

A liberdade proporcionada pela atividade não significa a falta de comprometimento, ao contrário, observamos um forte compromisso com os princípios e valores cultivados na organização que se reflete nas falas dos entrevistados

Nós temos um compromisso conosco. Produzimos os alevinos, fazemos as pesquisa científicas, cumprindo nossos objetivos e sendo muito feliz (JUAN).

Desde que começamos a plantar orgânico nunca mais plantamos convencional, transformou-se em

uma opção. Temos um compromisso com o solo, com a vegetação e a própria natureza (EVANDRO).

Sempre que posso eu incentivo a produção orgânica. Acho que é meu papel também conscientizar os outros produtores da importância de não usar agrotóxicos. Não é fácil, existe muita gente resistente. A gente fala entra por um ouvido e sai pelo outro. Mas não podemos desistir. Será cada vez melhor de aumentar o número de pessoas que produzam orgânicos (GLAICO).

Os valores cultivados refletem ainda certo inconformismo com as atividades burocráticas, controladas e padronizadas desempenhadas anteriormente pelos entrevistados, bem como com o ritmo desenfreado da sociedade de consumo.

Quando eu trabalhava nos Estados Unidos tinha que produzir números. Não tinha tempo de comer direito. Vivia numa correria. Isso não é vida. Como trabalhava com turismo tive a oportunidade de viajar muito, disso não reclamo. Mas não troco minha paz e tranquilidade que tenho hoje por dinheiro nenhum (LUCIANE).

Fiquei 3 anos em São José e foram os 3 anos piores da minha vida. Eu posso dizer que joguei 3 anos fora da minha vida. Trabalhava longe do que de fato eu gosto e sei fazer: mexer na terra. Não fazia o que eu queria, fechado dentro de um escritório me sentia vigiado. Eu olhava para a terra e pensava onde está essa minha terra? (Glaico).

Desde a época que trabalhava na cidade (Florianópolis), tinha o sítio em Paulo Lopes. Não via a hora de vir para cá definitivamente. Foi muito bom deixar para lá o caos da cidade, o trânsito, as pessoas correndo de um lado para outro com pressa. Acho que elas nem sabem por que tem tanta pressa (ABRELINO).

Eu trabalhei em um hotel. Cansei! Era uma correria e cada vez mais não via sentido naquilo. Aquilo era uma loucura! (EVANDRO).

Desta forma, acreditamos que nas organizações analisadas predomina os valores emancipatórios estabelecidos por Serva (1996), o que caracteriza a predominância da racionalidade substantiva.

4.2.2 *Julgamento ético*

O julgamento ético se caracteriza pela deliberação baseada em juízos de valor (bom, mal, verdadeiro, falso, correto, incorreto), que se dá através do debate racional das pretensões de validade emitidas. Neste sentido, os diversos dilemas enfrentados pelas organizações são situações de expressar este tipo de julgamento. No trabalho de Tonet (2004), os artesãos emitiram o julgamento ético quando demonstraram uma grande preocupação com o plágio, ou seja, a cópia de uma peça. Em nossa pesquisa surgiram questões relacionadas à agroecologia, uma das principais preocupações dos produtores é com a comprovação da veracidade a produção sem o uso do agrotóxico.

Até final do ano a gente sabe que vai conseguir vender o leite do Sr. Nivaldo e as bananas na feira. Mas a partir do próximo ano, vai começar uma cobrança maior da parte da vigilância e do governo federal. Como vamos vender esses produtos na feira sem a certificação? O caso da banana, por exemplo, vem do Morro dos Frutos, há mais de 10 anos a gente vem comprando deles. Antes disso, os bananais estavam abandonados. São bananais centenários, uma preciosidade. Agora imagina se ele tiver que pagar a certificação! Um cara que vende 15 arrobas vai ter que trabalhar um mês ou mais só para pagar a certificação! Será que isso é valorizar uma pessoa que planta sem agrotóxico? Enquanto fui secretário eu fiz propostas para criação do pagamento do serviço ambiental. Uma forma de você pagar o serviço ambiental, seria a retirada dos impostos para veículos para transporte de

produtos agrícolas orgânico. Por exemplo, um veículo que hoje custa R\$ 100.000,00, se você tirar toda a carga tributária dele, eu já tive vendo isso nas revendedoras, sairia praticamente R\$ 35.000,00 de impostos. Todos os tipos de impostos. Então se você viabilizasse uma coisa dessas, você estimularia mais a produção orgânica (GLAICO).

Um grande problema que eu vejo é com a identificação do produtor orgânico. Se você não embala, nos locais de venda seu nome e endereço desaparecem. Ninguém sabe quem plantou. Como alguém pode vir conhecer a minha propriedade se nem sabe que eu existo? Como é que as pessoas vão acreditar que eu não uso agrotóxico? Eu tenho certificação, mas desta forma ninguém sabe (EVANDRO).

Na produção de orgânico, o solo é o mais importante. É o primeiro passo. Dizem que leva 300 anos para se formar 1 cm de solo. O que forma solo é galho e folha. Então você imagina 300 anos, aí vem o agricultor, vira a terra, vem a chuva e leva tudo embora. Daqui a pouco ele pega toca fogo, daqui a pouco toca veneno. Então como que esse solo vai ter condições de produzir? Aqui eu preparei bem o solo, pedi o ajuste mineral para ter uma boa plantação. Eu digo assim: solo doente, planta doente e gente doente. Solo sadio, planta sadia e gente sadia. Tem muita gente que não prepara a terra e diz que é orgânico (GLAICO).

Tem muita gente que pensa que a preocupação com o orgânico é só enquanto ele tá na terra. Mas não é verdade. Você tem que observar as máquinas para lavação, a armazenagem e o transporte. Tem que ser tudo separado do produto convencional, você não pode misturar em nenhum momento. Nós aqui tomamos o maior cuidado com tudo isso, fazemos tudo certinho, mas tem pessoas por aí que não estão nem aí para isso (VALDIR).

Outra questão para discussão é a produção de cachaça. O produto em si já gera polêmica que pode ser compreendido como um problema para sociedade. No entanto, no Alambique Dom Bueno o objetivo não é incentivar o consumo da bebida, inclusive sendo este um dos motivos para inserção da organização na pesquisa deste trabalho. Neste sentido, os propósitos da organização nos parece emitir um julgamento ético, sem buscar com profundidade a essência da palavra ética, conforme a declaração do Sr. Abrelino

Para mim isso é mais um hobbie do que um negócio. Eu tenho esse negócio que também gera emprego para mais pessoas.

O nosso produto (cachaça) tem um peso social. Justamente por entender isso, eu busquei levar o produto para outro lado. Do consumo desenfreado e irresponsável, esse produto não é para beber, apenas para degustar. Tem pessoas que não sabem diferenciar uma degustação de uma bebedeira. E eu procuro fazer as pessoas entenderem que beber de forma descontrolada não leva a lugar nenhum (ABRELINO).

Nas organizações que trabalham com educação ambiental, as avaliações que envolvem o próprio conceito de educação e a forma como se relacionam as instituições levam a julgamentos do tipo que estudamos.

O que é a ecopedagogia? É uma forma pedagógica que traz a busca da sensibilidade. Esse equilíbrio entre a razão e a emoção, nos espaços de aprendizado. Estamos considerando a vida como grande espaço de aprendizado. Ela pega essa bagagem da educação ambiental e vai um pouco além e começa a trabalhar com outras questões que são consideradas um pouco de tabu na academia, por exemplo: amorosidade. Amorosidade é uma coisa que você não pode medir nem pesar. Então a gente está em ética, espiritualidade, que são questões que sempre foram muito espinhosas dentro da formação do conhecimento (GUILHERME).

As pessoas vêm aqui e aprendem a admirar a

fauna, a flora e a si próprio. Isso é o que a gente mais ensina para as pessoas: cuidar bem de si e respeitar os animais porque somos vegetarianos em amor aos animais e em amor a nós mesmos (LUCIANE).

A relação existente entre os entrevistados também pode ser relacionada ao julgamento ético, apesar da diversidade de atividades em análise, observamos declarações que nos indicam um julgamento do tipo que ora se estuda

O Harmonia na Terra são nossos amigos. O Glaico é um grande parceiro, nos ajudou a fundar a ONG (LUCIANE).

O Glaico na verdade é um parceiro do instituto. Temos uma parceria mais de amizade. De saber que pode contar com o outro em qualquer momento (GUILHERME).

Com o Juan temos uma grande parceria. Temos projetos futuros em conjunto e uma ótima relação. O Guilherme e a Patrícia lá de cima são amigos, o pessoal da reserva (Instituto Passarim) também são amigos. Tem muita gente do bem vindo para cá (GLAICO).

O Glaico e o Juan são gente boa. Juntamos para fundar o PT aqui, foi uma pena que o Juan não se elegeu. O Guilherme e a Patrícia vinham bastante aqui para conversar sobre sementes (NIVALDO).

Assim, observamos que nessas organizações predomina o julgamento ético dentro dos valores e objetivos cultivados pelos participantes, conforme identificamos por meio dos dilemas enfrentados por cada tipo de atividade e pelas relações estabelecidas entre as próprias organizações. No próximo tópico vamos analisar com mais detalhes de que forma se relacionam e interagem.

4.3 Ação social e relações ambientais

Conforme o modelo proposto por Serva (1996, p. 313), “ações da organização que marcam primordialmente a sua inserção no meio social”. A importância, o significado e a singularidade da ação social permitem estabelecer a congruência entre os valores professados, os objetivos estabelecidos e a ação social concreta. As relações com outras organizações da sociedade possibilitam a formação de redes, conexões e integração interorganizacional.

As ações sociais e as relações ambientais indicam a presença da racionalidade substantiva quando são considerados os valores emancipatórios que conforme vimos anteriormente podem ser reconhecidos através da preocupação e observância de valores que levem ao aperfeiçoamento do grupo, na direção do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito às individualidades, da liberdade, do comprometimento e da integração com o ambiente interno e externo, presentes tanto nos indivíduos que compõem o grupo, quanto no próprio contexto normativo do grupo que vamos analisar após apresentarmos algumas declarações dos entrevistados que demonstram a vontade em participar da comunidade local.

Eu vim pra cá querendo me entrosar no município. Então logo que cheguei procurei o poder público local para colocar meus objetivos. Passei a presidir o conselho municipal, onde fizemos coisas muito boas. Depois fui secretário da agricultura, onde construímos um box no CEASA, infelizmente não deu certo. Tive uma decepção com tudo isso. Hoje sou presidente da ADM do Campo do D’uma, é uma associação dos moradores e faz parte do projeto Microbacias 2 da Epagri. É um negócio muito bacana, temos feito muitas coisas boas. Eu sei que o trabalho das associações é muito difícil, mas as pessoas têm que estar envolvida com o seu meio, esse é o meu modo de fazer, mexendo com o coletivo. (ABRELINO).

Nós procuramos e buscamos conhecer as pessoas que são nossos vizinhos. Estamos aqui há pouco tempo. Como RPPN, nós fizemos materiais de divulgação, 100 folders para poder espalhar e pela

vizinhança. A gente procurou conversar e explicar que a RPPN é uma unidade de conservação particular, isso e aquilo e vocês precisam nos ajudar assim e assim. Não podemos pescar, caçar e extrair palmito de forma desenfreada... essas coisas. No momento em que todos sabem que nós estamos aqui preservando, eles nos ajudam (LUCIANE).

Aqui é um lugar que ainda muito com o que fazer com a comunidade. Tem pessoas que caçam, que desmatam e o usam agrotóxico, por exemplo, as pessoas que lidam com o arroz. Então isso precisa de muito investimento e muito trabalho, principalmente por todo esse patrimônio natural que tem no município. Temos muito o que fazer aqui (GUILHERME).

Hoje, aqui, as pessoas não têm expectativas de viver aqui. Os jovens não têm sonhos de ir para uma universidade. Com o projeto que estamos desenvolvendo, acreditamos em um processo de aprendizagem sobre a piscicultura, onde o importante é melhorar o nível de conhecimento técnico e a compreensão sobre o meio ambiente. Esperamos estar contribuindo na concepção da preservação do meio ambiente e que as pessoas comecem a ver que o espaço em que vivem pode, a longo prazo, pode dar sustento a família. Seria uma forma dos jovens sentirem que ficando aqui terá futuro, pois em todo município existe um grande êxodo (JUAN).

Por fim, apresentamos a declaração do produtor Glaico que atua no município há 14 anos e tornou-se uma referência devido ao seu grande envolvimento com as questões sociais e políticas de Paulo Lopes.

Sempre que posso ajudar a trazer pessoas do bem para o município eu faço com muito prazer. É bom ter pessoas que ajudem a preservar o meio ambiente, nós temos um grande patrimônio aqui. Nossas águas são boas, temos florestas. Isso é fantástico. Como já tinha falado, fui duas vezes

secretário da agricultura e durante essa época elaborei alguns projetos muito bons para os produtores daqui. Um da biofábrica de mudas nativas e outro de laticínios orgânicos, eles estão meio parados com a mudança do governo, mas espero que logo esteja funcionando (GLAICO).

Estas declarações nos revelam uma forte participação da maior parte dos membros das organizações na comunidade de Paulo Lopes. Através de suas ações identificamos a busca do bem estar coletivo e da melhoria das condições sociais locais. O fato da maior parte das organizações da pesquisa se envolver com as questões sociais, ambientais e econômicas favorece uma aproximação entre as mesmas, onde são estabelecidas muitas relações. Assim, vamos analisar no tópico a seguir, os valores que permeiam as relações das organizações para verificar a presença da racionalidade substantiva.

4.3.1 Valores emancipatórios

Conforme já vimos no modelo proposto por Serva (1996) a forma de reconhecimento dos valores emancipatórios inclui a valorização da solidariedade e a busca do bem estar coletivo de forma condizente com os objetivos do grupo. Tonet (2004) demonstrou que os valores emancipatórios dos artesãos estão ligados à liberdade. Nas organizações em estudo, identificamos esses valores nas relações estabelecidas pelas mesmas.

Contamos com a ajuda de muitas pessoas que valorizam e respeitam nosso trabalho de cuidar da natureza, como o Luis Mesquita da Cooperativa Caipora de Florianópolis nos ajudou a elaborar um projeto científico para análise dos recursos naturais da reserva para formação de um corredor ecológico. O projeto Trilhas na Passarim fizemos em parceria com os professores de Garopaba, isso foi muito interessante.

A Rosa é uma grande colaboradora, trabalha como cozinheira para os grupos que vem no refúgio, participa dos cursos culinários. O Glaico é um grande amigo, ajudou muito quando fundamos a

ONG. Procuramos retribuir sempre, porque é muito importante para nós essa troca (CHRISTOPHER).

Temos algumas parcerias. Algumas são formais e outras um pouco menos. Buscamos parcerias que compartilham nossa filosofia é claro. A gente é parceiro da SOS Mata Atlântica, desenvolvemos um programa chamado “Observando os rios”, junto com as vendedoras da natura. A gente acompanha, coleta água, analisa a água e alimenta um sistema de monitoramento de cursos da água, em Florianópolis.

Temos também parceria com a Usina da alegria planetária de São Paulo. São pessoas que tem uma proposta de reutilizar materiais e criar produtos. Temos outras organizações parceiras: o ICOM, com o fortalecer, fazendo transparência, que é um projeto de transparência, que consiste na criação de um portal para as organizações alimentar os dados e o investidor ter acesso a esses dados. Temos também parcerias que vão além, são amizades, como com o Glaico, que é aquele que a gente sempre pode contar para qualquer coisa (GUILHERME).

Não temos assim um contrato de parceria. Por exemplo, temos nosso vizinho aqui perto. Nós o ensinamos como cultivar orgânico. A gente tem ele como se fosse um irmão. Se ele precisa de alguma verdura para levar na feira, a gente dá e vice-versa. Essa troca é boa para mim e para ele (EVANDRO).

Olha durante esse tempo que a gente mora aqui, encontramos pessoas de todos os tipos. Tem pessoas amigas que nos ajudam e nós ajudamos quando podemos. Por exemplo: o Juan, esse cara é doutor, entende muito sobre piscicultura, tem muito conhecimento e nos ensina muito. Estamos trabalhando em conjunto há um tempo. Fundamos o PT aqui no município, olha é um amigo. Tem gente também que só se aproxima por interesse próprio, não quer ajudar, entende? Por isso te falei

que sai das associações e cooperativas que eu participava. Posso até estar errado, não sei, mas hoje só trabalho com quem quer fazer as coisas acontecerem, por exemplo: se vamos trabalhar para reduzir a degradação do meio ambiente, não vou me aliar com pessoas que não querem parar de jogar lixo no rio e usar agrotóxico (GLAICO).

A busca de relações com base na colaboração e cooperação favorece a integração de forma benéfica para todos. De acordo com a descrição dos entrevistados, mapeamos as principais relações que cada organização mantém com instituições dentro e fora do município, conforme o tipo da relação identificada em campo:

Cooperação: relações de troca mútua. Caracteriza-se como uma parceria sem formalidades, com base na solidariedade, podendo envolver a amizade e companheirismo, ou seja, relações com base em valores emancipatórios.

Política: relações partidárias. Caracteriza-se pela aliança política para eleições e projetos políticos.

Recursos financeiros: relação de apoio financeiro. Caracteriza-se pelo recebimento de recursos monetários para execução de projetos e atividades.

Projetos em conjunto: relação de apoio na execução de uma atividade. Caracteriza-se pela execução de um ou mais projetos.

Comercial: relação de troca comercial. Caracteriza-se pela compra e venda de produtos.

Certificação: caracteriza-se pela participação de uma rede ou organismo de certificação da produção.

Assim, apresentamos as relações das sete organizações nas figuras 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09.

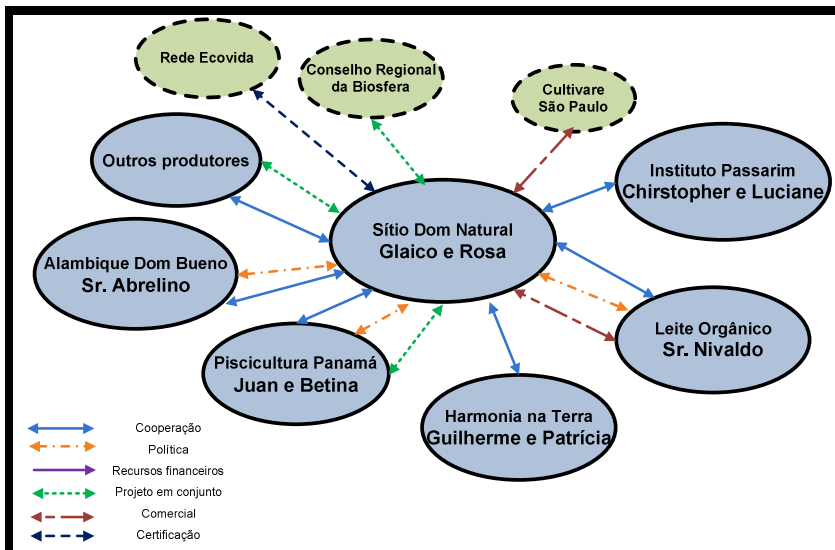


Figura 3 - Relações ambientais - Sítio Dom Natural

Fonte: dados primários

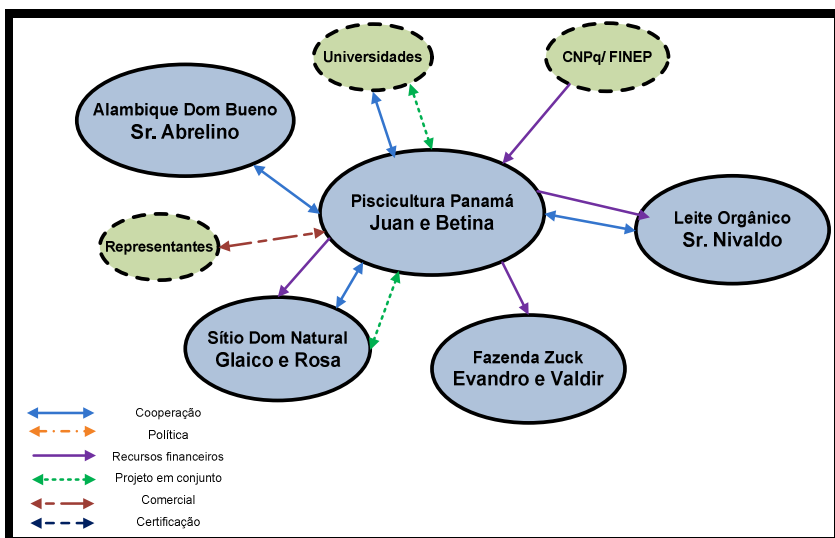


Figura 4 - Relações ambientais - Piscicultura Panamá

Fonte: dados primários

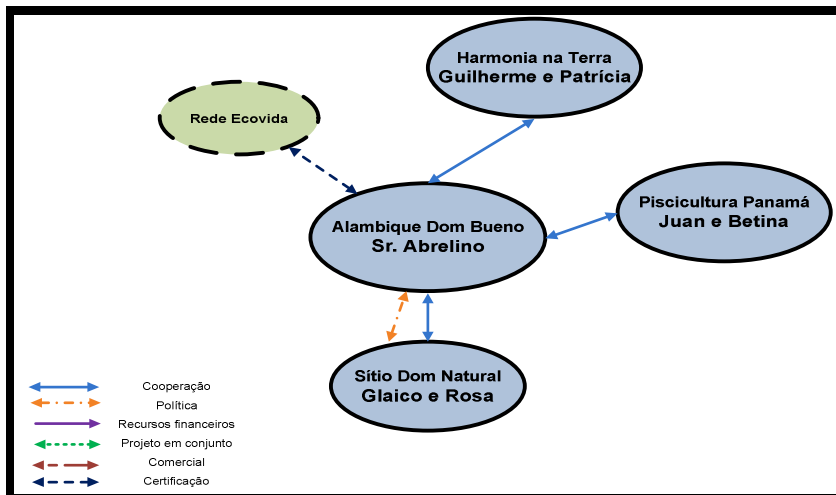


Figura 5 - Relações ambientais – Alambique Dom Bueno

Fonte: dados primários

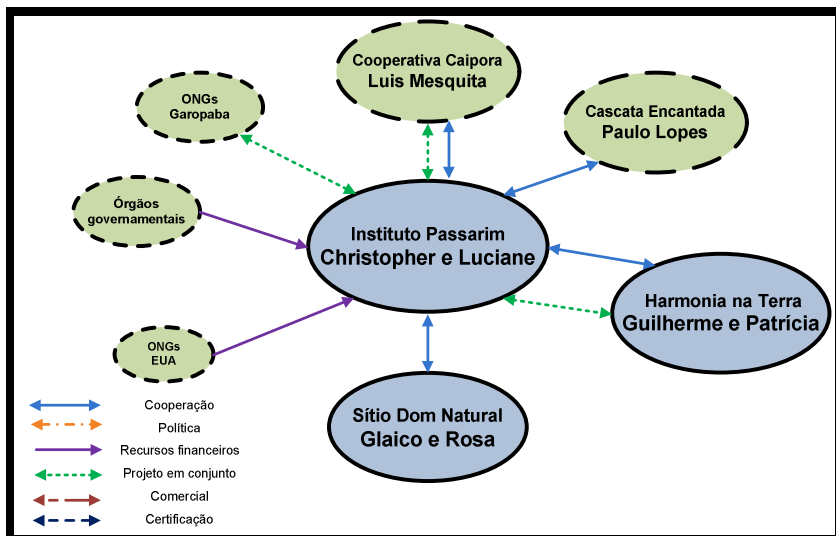


Figura 6 - Relações ambientais – Instituto Passarim

Fonte: dados primários

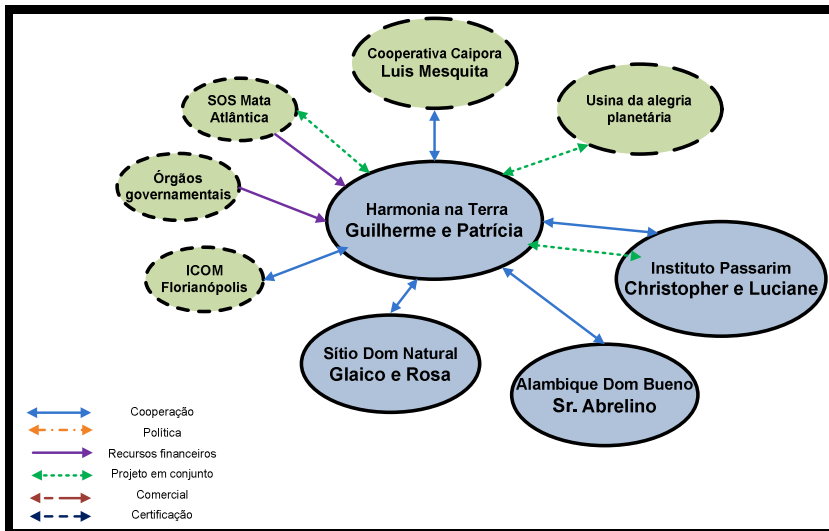


Figura 7 - Relações ambientais – Instituto Harmonia na Terra
Fonte: dados primários

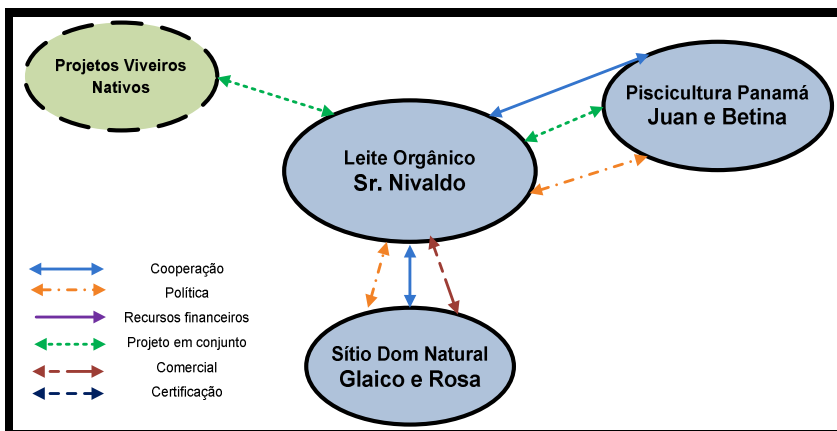


Figura 8 - Relações ambientais – Produção de leite orgânico
Fonte: dados primários

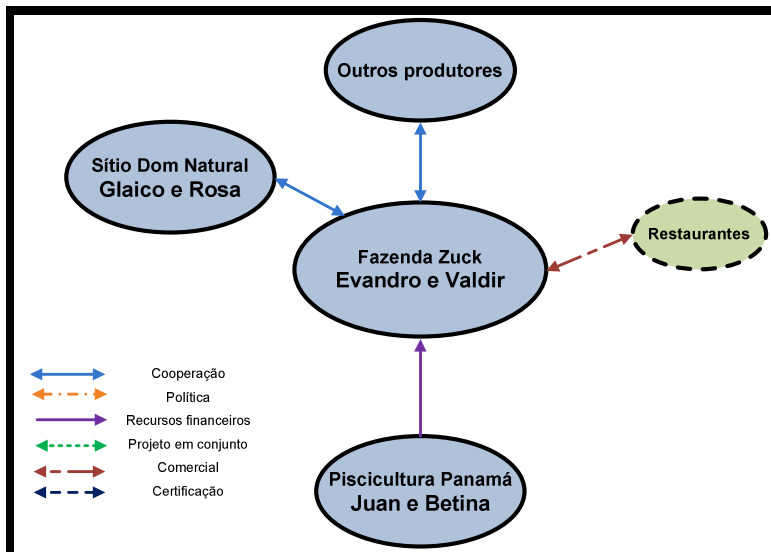


Figura 9 - Relações ambientais – Fazenda Zuck

Fonte: dados primários

De acordo com as figuras apresentadas, verificamos a predominância de relações de cooperação que, conforme definido anteriormente, caracteriza-se pelos valores emancipatórios. Podemos observar que todas as organizações analisadas apresentam este tipo de relação. Contudo, chama a atenção o número de relações existente entre as organizações do estudo, por este motivo destacamos na análise essas diversas relações estabelecidas na figura 10.

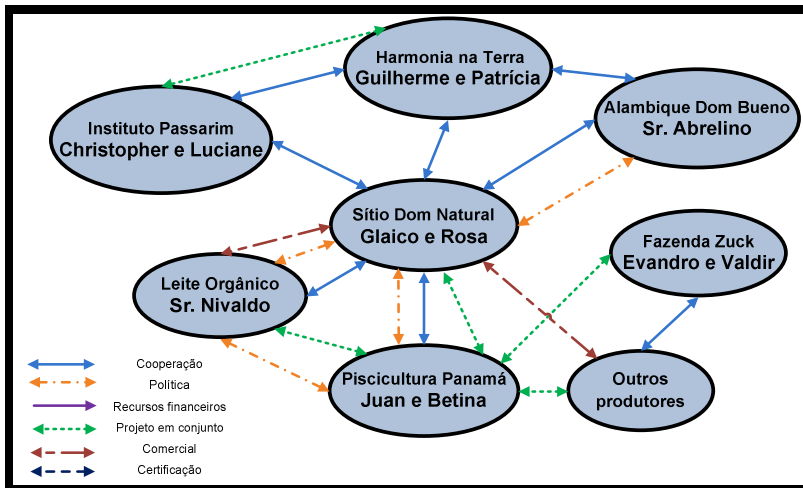


Figura 10 - Relações ambientais das organizações de Paulo Lopes
Fonte: dados primários

Na figura 10, observamos a diversidade de relações entre as organizações, no entanto a relação do tipo cooperação ganha destaque novamente, o que evidencia a predominância da racionalidade substantiva no que tange as ações sociais e relações ambientais. Identificamos ainda, a posição central do Sítio Dom Natural estabelecendo relações com todas as organizações, confirmando a expressão utilizada por Guilherme:

O Glaico é um catalisador de gente. Ele busca trazer gente. A ecofeira da Lagoa que ele organiza e participa é um exemplo disso, lá é um lugar onde as pessoas se encontram e se conectam (GUILHERME).

Todavia, ressaltamos que a cooperação entre as organizações não apresentam uma continuidade. Essas relações são baseadas em laços de amizade e afinidade que ocorrem de forma situacional ou quando surge a necessidade de apoio, como relata o Evandro:

Estou sempre disponível para ajudar quando for preciso. Quando um amigo precisa de uma indicação ou de algum material ou de uma força

na sua produção nós vamos lá para dar um apoio (EVANDRO).

Percebemos que essas relações são livres e espontâneas, porém descontínuas e sem um propósito de articulação entre as fenomenias para efetivar ações coletivas.

Ao finalizarmos a análise da dimensão organizacional, observamos que as fenomenias descritas por Guerreiro Ramos (1996) podem ser observadas na prática de acordo com as categorias e elementos de análise que estabelecemos no quadro de análise. De fato, predominou nas organizações um baixo grau de formalização em seus processos, o número reduzido de pessoas no dia a dia das atividades, até 5 participantes, a forte consciência social dos membros, revelando um posicionamento crítico em relação a sociedade consumista de nossos dias. Essa constatação só é possível devido à opção de desempenhar atividades de acordo com suas motivações pessoais, buscando sua auto-realização ao invés de trabalhar de acordo com as regras do mercado. Parece evidente que as fenomenias se constituem em espaços férteis para a racionalidade substantiva, conforme podemos observar nos processos organizacionais relacionados aos valores e objetivos e nas ações sociais e relações ambientais, onde predominaram elementos como auto-realização, julgamento ético e valores emancipatórios.

Diante da caracterização das organizações como fenomenias, estamos aptos a estudá-las no contexto da economia plural. Conforme já definido, a dimensão da pluralidade econômica abrange as questões levantadas pela abordagem da economia plural como a de Sauvage (1996) que indaga: “Pode-se admitir uma variedade de modos de funcionamento econômico criadores de riquezas e sobretudo de empregos, além do modelo dominante cuja lógica levada a extremos comporta graves ameaças ao tecido social de nossos países? É neste contexto que emerge a noção de uma nova economia que considera a diversidade de formas de ocupação inclusive aquelas desprezadas pelas regras do mercado, como é o caso das fenomenias.

Conforme visto na base teórica, essa nova abordagem da economia real parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas (LAVILLE, 2009). Esta concepção decorre da crítica ao caráter redutor da economia de mercado, a qual valoriza apenas as atividades competitivas, com grande lucratividade, com destaque a economia de

escala. E evidencia a necessidade de repensar a economia e de construir novas formas de produção, de consumo e relação de trabalho. Sauvage (1996) afirma que a complexidade da sociedade atual e a necessidade de religar a econômica a uma perspectiva social e ecológica mais ampla tornam inoperante uma visão unidimensional, baseada apenas na noção de mercado. Este contexto da economia plural parece um cenário adequado para as fenomenias que se caracterizam por não incorporar as limitações impostas pelo mercado. Assim, vamos analisar as categorias: socioeconômica e ambiental para averiguar a contribuição das fenomenias na formação da economia plural.

4.4 Socioeconômica

Conforme definido no capítulo anterior, a análise da categoria socioeconômica considera que a economia não pode ser reduzida ao mercado. Assim, além da geração de renda com a atividade, os diversos setores da economia (economia doméstica, trocas não monetárias de proximidade, atividade mercantil informal e microempresas), bem como diferentes formas de regulação econômica (reciprocidade, redistribuição e mercantil) e de recursos (mercantil, não mercantil e não monetária) são analisados. Os aspectos sociais também são importantes e abrangem os laços sociais entre as organizações locais e a formação de redes formais e informais de cooperação entre diferentes esferas. Desta forma, vamos estudar como é a dinâmica das fenomenias nos elementos que compõe esta categoria.

4.4.1 Geração de renda

No contexto da economia plural, a geração de renda não significa exclusivamente o acúmulo de riqueza e bens materiais como determina a economia capitalista que privilegia o crescimento dos lucros e da capacidade produtiva de forma cada vez mais competitiva. Nessa abordagem, a renda pode se constituir suficiente para o suprimento das necessidades dos membros das organizações de acordo com suas opções. Nas fenomenias que estudamos, observamos que suas atividades são geradoras de renda e não se caracterizam pela geração de

riqueza, conforme as declarações dos entrevistados:

Isso aqui é uma forma de levar a vida. Tiro a quantia necessária para pagar minhas despesas e ter um pouco de conforto. O rapaz que trabalha aqui depende dessa renda. O que ganho aqui geralmente é o suficiente para mim. Eu não tenho essa sede de ganhar dinheiro de forma desenfreada, porque eu condeno esse consumismo sem preço, destruidor de tudo.

Tem um termo que eu uso é desendinheiramento. As pessoas precisam se desendinheirar um pouco, porque levantam pensando no dinheiro e dormem pensando em dinheiro. Isso é horrível não é? As pessoas que vivem na cidade estão bitoladas, não conseguem curtir a vida, nem olham o sol, o mar, a natureza. Não plantam uma árvore, não conseguem ver beleza na simplicidade (ABRELINO).

Eu trabalho para ser feliz, para fazer o que gosto e me dá satisfação. Se fosse só para ganhar dinheiro não teria sentido (GUILHERME).

Aqui nós temos nossa renda para sobreviver mesmo. Acho que é o suficiente. Temos leite, temos uma horta onde produzimos feijão, verduras, legumes, temos algumas árvores que dão frutos. Não passamos necessidade, muito menos fome. O que a gente precisa, compramos na sede (centro de Paulo Lopes). Não temos luxo e nem queremos, não sei se saberia viver diferente. Desde que nasci moro no campo (NIVALDO).

Olha o que eu tenho visto nas cidades não me agrada. Hoje nós temos epidemia de câncer, da dengue e da depressão e obesidade que vai ser o grande problema do futuro. Enfim a alimentação é tudo, e também não é só. Você tem que estar emocionalmente equilibrado com a parte psicológica boa. Mas estar bem com o mundo que vivemos hoje? É uma pressão para ganhar dinheiro. As pessoas só pensam em ganhar

dinheiro. Não sei onde isso vai nos levar. Sabe para te falar a verdade eu tenho medo.

Tenho medo de que não vai dar tempo de salvar o planeta, tem um ditado que diz: “O mundo tem tudo de que o homem precisa menos o que ele cobiça”. É a cobiça é muito grande, a cobiça não tem limites. Eu morei na Amazônia e vi que a riqueza da Amazônia. As pessoas precisam entender está na árvore em pé e não na árvore derrubada, naqueles animais, nos peixes e tudo que tem lá. Mas os caras não se cansam de derrubar e matar, para que? Só para ter mais dinheiro e ficar rico. Por isso tenho mais medo é do cidadão, do consumidor. Eu vejo um universo de milhares de pessoas que compram, compram e não param. Tenho certeza que não precisam de tanta coisa para viver e ser feliz. Não posso concordar com isso. Não sou rico em termos de dinheiro, mas sou rico em saúde e equilíbrio emocional e isso é o que importa (GLAICO).

Aqui produzimos alevinos e conseguimos manter tudo isso. Nós não somos bons capitalistas que só pensam em fazer como vender mais e mais alevinos. Mas se conseguirmos comercializar tudo o que produzimos e conciliar com as pesquisas para que no futuro se possa ter um pacote tecnológico com aquelas espécies de alevinos complexas com o pintado, dourado.

No futuro desejamos montar um banco genético que possa ter uma suficiência de indivíduos para manter a variabilidade genética no caso de haver uma necessidade de reposição dessas espécies no rio de origem. Isso por causa do grande risco que eles correm de extinção devido à poluição (JUAN).

No entanto, observamos que, apesar das atividades desenvolvidas nas organizações se constituírem como a principal fonte de renda, grande parte dos entrevistados informaram ter outra fonte de renda que muitas vezes derivam da própria atividade desenvolvida, bem como ser oriunda de aposentadoria ou de outra atividade, conforme as declarações:

Eu e o Chris somos aposentados. Temos nossa renda e parte dela dedicamos a manutenção da reserva, nós dizemos que é para manutenção da biodiversidade (LUCIANE).

A produção do alambique não se constitui na minha única fonte de renda, porque sou aposentado. É engraçado porque já fui malhado por isso. Algumas pessoas dizem que fica fácil eu falar o que eu digo porque eu sou aposentado e ganho um dinheiro assim de forma fácil. Será mesmo que foi fácil? O tempo que eu trabalhei não vale? Eu digo mais poderia só ser aposentado. Eu trabalhei muito para conseguir a aposentadoria, foram 30 anos. Isso é preciso considerar, porém eu não coloquei o chinelinho vendo as coisas de camarote. Continuei na luta, com uma facilidade que conquistei (ABRELINO).

Além dos projetos aqui do Instituto, eu me dedico a outras atividades pessoais. Sou formado em artes cênicas e tenho alguns trabalhos de ordem pessoal. Então me dedico cerca de 70% do meu tempo para o Instituto e o restante para meus projetos ligados a minha profissão. Já a Patrícia se dedica 100% às atividades daqui (GUILHERME).

Como já comentei o que fazemos dá muito trabalho. Com a produção de alevinos tentamos manter a estrutura, mas nós somos professores da Unisul, coordenamos um projeto sobre fauna. Eu dou aula sobre piscicultura em Tubarão e a Betina dá aula de Naturologia e Engenharia Ambiental, em Tubarão e Florianópolis. Somando tudo isso, conseguimos nos manter (JUAN).

Aqui a gente produz e vende nossa produção, principalmente na feira. Mas hoje, já há mais de um ano, eu recebo uma espécie de pró-labore da Cultivare em São Paulo. Recebo um valor mensal e faço o trabalho de contactar os produtores, organizar os pedidos semanais, entrar em contato com o transportador. Faço todo esse trabalho. A Rosa faz os produtos industrializados, como os

doces que também vendemos na feira. Além disso, ela é uma excelente cozinheira. Há um tempo fazia salgados para coquetéis, mas parou, pois era muito trabalho e não dava conta das encomendas. Hoje ela trabalha como cozinheira quando vêm grupos no Instituto Passarim (GLAICO).

De acordo com o exposto, observamos a maior parte dos membros das fenomenias são pessoas que desenvolvem diversas possibilidades de geração de renda, ou seja, são organizações plurais. No entanto, isso não se demonstrou como uma forma de acúmulo de riqueza, ao contrário nos pareceu um reforço pela busca da satisfação e auto-realização destas pessoas.

Com as informações dos entrevistados, montamos um quadro resumo com diversas formas de fonte de renda encontradas em cada uma das organizações:

Quadro 10 - Geração de renda nas organizações

Organização	Renda principal	Outras fontes de renda
Sítio Dom Natural	Produção de orgânicos	Trabalho com a Cultivare, piscicultura e cozinheira no refúgio
Piscicultura Panamá	Produção de alevinos	Professores universitários
Alambique Dom Bueno	Produção de cana e cachaça	Aposentadoria
Instituto Harmonia da Terra	Projetos de ecopedagogia	Doações, trabalhos com arte cênica
Instituto Passarim	Projetos de preservação ambiental	Doações, aposentadoria
Fazenda Zuck	Produção de orgânicos	Criação de animais e piscicultura
Produção de leite orgânico	Produção de leite	Criação de mudas nativas e piscicultura

Fonte: dados primários

Com o quadro 10, identificamos que não existe distinção entre a renda das atividades das organizações e a renda pessoal. Isso é reforçado com a declaração do Sr. Abrelino:

Eu tenho o dinheiro da aposentadoria no caso da produção não der, tenho como pagar o funcionário que trabalha comigo e pagar minha conta de luz (ABRELINO).

Desta forma, as características apresentadas sobre a geração de renda nas fenomenias nos oferecem evidências que estas formas organizacionais são importantes na formação de uma economia plural. Como vimos, a renda proporcionada pela atividade não significa acúmulo de riqueza e bens materiais. Neste contexto, constitui um setor simples da economia, que tem como objetivo viver sem estar em função do dinheiro, que seria chamado pela economia tradicional de sobrevivência que é completamente esquecido pela sociedade capitalista. Este setor é um espaço para a diversidade de formas de atividades, como vamos analisar no próximo tópico.

4.4.2 *Diversidade de formas de atividades*

Sauvage (1996) considera essencial a reabilitação do setor mais simples da economia a economia de “subsistência” e a economia de mercado local, no qual as fenomenias se enquadram de acordo com suas características já apresentadas. Para o autor, trata-se de um cenário que oferece uma gama de possibilidades devido à soma da variedade de tipos de atividades e suas combinações. Conforme visto na base teórica, Sauvage (1996) relaciona as formas de atividades deste setor da economia:

- a) *A economia doméstica/familiar* de autoprodução, que não dá lugar às trocas nem separa o consumo da produção.
- b) *As trocas não-monetárias de proximidade* que se caracterizam pelos donativos e escambo. Nestas atividades podem existir trocas, porém não são mercantis. Tem como base a solidariedade.
- c) *As atividades mercantis informais*, que são atividades mercantis, mas tem o caráter informal nas condições atuais da legislação. Elas permanecem aquém das regras do jogo do mercado.

- d) *As microempresas*, individuais ou coletivas, são atividades que se manifestam como não rentáveis nas condições de salários e de nível de vida com base no mercado. Não obstante proporcionam a inserção profissional e social a pessoas que não valorizam a competição do mercado de trabalho ou que rejeitam ser assalariadas.

Dentro da classificação proposta por Sauvage (1996), podemos enquadrar as organizações em estudo, tendo em vista que todas nos parecem pertencentes deste setor da economia pelo fato de se caracterizam por não terem como objetivo o lucro. Algumas declarações confirmam ainda a existência de atividade de economia doméstica de autoprodução.

Aqui produzimos tudo o que comemos. Não consumimos enlatados ou congelados (GUILHERME).

Temos leite, temos uma hortinha onde produzimos feijão, verduras, legumes, temos algumas árvores que dão frutos (NIVALDO).

Nós comemos o que plantamos. Aqui não tem veneno, porque vou me arriscar em comprar alguma coisa ai fora? (EVANDRO).

Como produzimos aqui no sítio, consumimos o que temos aqui. Temos uma grande variedade. Até os funcionários levam algumas coisas daqui. É mais saudável (GLAICO).

Não temos muitas verduras, legumes e frutas aqui. Não plantamos nada que não seja nativo. O que temos aqui é claro que usamos para nosso consumo. O que precisamos, geralmente, pegamos no Glaico (LUCIANE).

Outra forma de atividade que encontramos, em especial nas ONGs, foram as atividades fundada nas trocas não monetárias, baseadas na colaboração e apoio na execução de suas atividades e na troca de conhecimento. Seguem algumas manifestações dos entrevistados:

Aqui nós cultivamos a colaboração e cooperação, que pode ser a mesma coisa e respeito a todos os seres vivos. Isso toca as pessoas do bem. As pessoas sentem a paz, a harmonia e o amor quando vem aqui na reserva. Cuidamos da natureza e as pessoas ficam agradecidas por isso. Todo mundo que vem aqui tem vontade de voltar. As pessoas têm vontade de ajudar a preservar tudo isso. Contamos com muitos amigos que nos ajudam bastante. Temos um amigo que nos ajuda quando precisamos fazer algum trabalho gráfico. Temos uma grande amiga que é arquiteta e nos ajudou muito no refúgio. Eles não nos cobram nada, fazem de coração porque apóiam nossa causa. Nós também ajudamos, sempre que precisam de nós. Somos bons amigos, oferecemos um ombro bem amigo para todo mundo. As minhas amigas dizem que aqui é o spa Passarim, é um spa da alma, spa do corpo, a gente está sempre alimentando o espírito e alimentando o corpo (LUCIANE).

Somos uma organização da sociedade civil de interesse público. Precisamos da ajuda de muita gente para cumprirmos nossa missão. Na verdade são poucas as pessoas que se doam para trabalhar por uma causa. A grande maioria está interessada em ganhar dinheiro para poder comprar um sapato novo. Mas felizmente existem pessoas ainda no mundo que não estão contaminadas por esse capitalismo. O Glaico é um cara que nos ajuda bastante, é uma pessoa incrível com um grande coração e muita experiência (GUILHERME).

O projeto de piscicultura aqui na agricultura familiar tem sido uma experiência muito interessante. O Juan tem muito conhecimento e está nos ensinando muita coisa sobre a produção de peixe. Ele tem a linha de pensamento que é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe (GLAICO).

Na descrição das organizações, observamos que em algumas predominam atividades que estão no chamado mercado informal por

opção e atuam sem registros oficiais de acordo com a legislação, como é o caso do Alambique Dom Bueno e da Produção de leite orgânico, que exercem atividades mercantis que geram rendimentos para suprir suas necessidades essenciais e satisfação pessoal:

Aqui não temos registro como pessoa jurídica. O único funcionário que trabalha aqui comigo não tem carteira assinada, nenhuma formalidade. Como a produção que tenho aqui é mais um hobby, não quero burocracia. Fico contente em poder oferecer um emprego e ajudar mais pessoas (ABRELINO).

Não temos nenhum tipo de registro e certificação. Trabalhamos aqui em família, sempre trabalhamos desta forma. Não sei se tem necessidade de fazer registro. Vendemos o leite para o Glaico, é um cara de confiança. Desse jeito acho que não tem problema nenhum (NIVALDO).

A categoria microempresas foram as atividades que predominaram entre as fenomenias analisadas. Os membros destas organizações têm consciência da limitação de sua produção e muitas vezes buscam manter a baixa capacidade produtiva para não entrar no ciclo competitivo do mercado:

Ano após ano estamos melhorando. Penso em criar sempre condições melhores, mas sem pensar em aumentar a produção de alevinos. No futuro, nossa idéia é criar um centro de treinamento na minha área (JUAN).

Já tive uma produção maior, mas não deu certo. Prefiro ter um pouco menos e mais qualidade. Não vendemos mais para supermercado, somente para quem valoriza o que plantamos (EVANDRO).

Para ser sincero não sei se valeria a pena aumentar a produção. A gente ia precisar de mais terra, de mais pessoas aqui na roça, seria um incômodo. Do jeito que tá, tá bom! Na feira até tem espaço para levar mais produtos, porque chega às 10h da

manhã não tem mais nada, mas prefiro continuar desse jeito (GLAICO).

Observamos que algumas atividades são predominantes em cada fenonomia. No entanto, neste setor da economia, as organizações têm a possibilidade de várias formas de atividades, conforme a classificação de Sauvage (1996). Diante das informações coletadas em campo, elaboramos o quadro 11 que apresenta as formas das atividades desenvolvidas:

Quadro 11 - Formas de atividades nas organizações

Organizações	Formas de atividades
Sítio Dom Natural	Economia doméstica de autoprodução Troca não monetária de proximidade Microempresa
Piscicultura Panamá	Troca não monetária de proximidade Microempresa
Alambique Dom Bueno	Economia doméstica de autoprodução Atividade mercantil informal
Instituto Harmonia da Terra	Economia doméstica de autoprodução Troca não monetária de proximidade
Instituto Passarim	Economia doméstica de autoprodução Troca não monetária de proximidade
Fazenda Zuck	Economia doméstica de autoprodução Microempresa
Produção de leite orgânico	Economia doméstica de autoprodução Atividade mercantil informal

Fonte: dados primários

Este quadro nos indica que as fenomenias que se aproximam do setor da economia de “subsistência”, também se enquadram como organizações que desenvolvem uma variedade de formas de atividades no seu dia a dia. Parece-nos mais um indício de que se fazem parte da dinâmica da economia plural. No próximo tópico, vamos analisar uma das questões centrais na abordagem da economia plural: os princípios de regulação econômica das organizações.

4.4.3 *Pluralidade de princípios econômicos*

Conforme vimos na base teórica, toda abordagem da economia plural tem sua base na noção da economia substantiva de Polanyi (1980). Para o autor, a garantia dos meios materiais para a satisfação das necessidades se dá através de três princípios de comportamento: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio.

O princípio da *reciprocidade* pressupõe certa proximidade entre os atores, onde quanto maior esta proximidade, maior a possibilidade de uma relação de reciprocidade. As práticas de reciprocidade se consolidam, portanto, em relações que passam a tomar caracteres de regulação e equilíbrio econômico. Já o princípio da *redistribuição* submete a existência de um centro, dentro da esfera, pois é definida como o movimento de apropriação de um centro ao seu exterior. Desta forma, subentende a presença de uma figura de regulação, legitimada pelo costume ou de modo legal. O terceiro princípio chamado de *intercâmbio* remete aos movimentos de troca assim como os do mercado. Pressupõe a existência de uma economia baseada em valores, com preços estabelecidos, ou mesmo, pesos de troca definidos. (POLANYI, 1980).

França Filho (2002) complementou os princípios de regulação enunciados por Polanyi com os recursos econômicos correspondentes e assim estabeleceu:

- a) *economia mercantil* - fundada no princípio do mercado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema;
- b) *economia não mercantil* - fundada na redistribuição. Marcada pela verticalização da relação de troca, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;
- c) *economia não mercantil e não monetária* - fundada na reciprocidade. Um tipo de sistema de relação de trocas em que os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é de perenizar os laços sociais.

A partir desta relação, analisamos as relações estabelecidas por cada fenomenia e identificamos a presença dos três princípios. Primeiro

vamos identificar a presença do princípio de mercado com algumas declarações:

A maior parte da produção é vendida na feira da Lagoa. Uma parte é vendida aqui mesmo no sítio e distribuída para alguns restaurantes de Florianópolis (GLAICO).

A produção de alevinos é comercializada principalmente para o sul do Brasil. Temos representantes que fazem o intermédio. Alguns encomendam direto conosco e enviamos via transportadora (JUAN).

Hoje em dia, nossa produção é vendida para os restaurantes da Guarda do Embaú até Garopaba. Temos clientes fixos durante o ano todo. Trabalhamos também com a linha de temperos que vendemos para Verde Fácil em Florianópolis (EVANDRO).

Quase toda produção do leite é vendida para o Glaico. Ele vende na feira da Lagoa todos os sábados. Geralmente ele compra 30 litros por semana (LENA).

Trabalhamos também com empresas privadas. Quando precisam fazer um projeto ambiental contratam nossos serviços (GUILHERME).

Nestas declarações observamos de forma evidente as relações que os membros estabelecem fundadas nas trocas mercantis, onde seus produtos são comercializados com base no valor do preço do mercado. Percebemos, inclusive, que muitas organizações reconhecem o mercado, como parte inerente de todo um sistema econômico, conforme salientado por Guerreiro Ramos (1989) em seu paradigma paraeconômico e a abordagem da economia plural. A seguir, um trecho de uma entrevista realizada na pesquisa de campo:

Você não pode sair por ai plantando o que bem entende. Além de saber o que a terra pode oferecer você precisa entender o que as pessoas querem. Por exemplo: você pega seu terreno e

planta só repolho ou brócolis. Quando você chega na feira ou outro lugar vender não consegue, porque as pessoas querem cenoura, abóbora... (GLAICO).

Vamos observar o princípio da redistribuição nas relações estabelecidas pelas organizações nas falas dos entrevistados, conforme os trechos abaixo:

Aqui nós desenvolvemos muitos projetos científicos. Atualmente, temos cerca de 6 projetos e os recursos para execução deles vem das agências do governo, como CNPq, FINEP, FAPESC. Através das pesquisas conseguimos desenvolver tecnologias para manutenção das espécies nativas de peixes da região. Temos um projeto aqui também para desenvolver a piscicultura orgânica na agricultura familiar. Estamos desenvolvendo junto às propriedades aqui de Paulo Lopes, como uma forma de melhorar a renda das famílias e conscientizar sobre a importância da conservação do meio ambiente (JUAN).

Recebemos recursos quando temos projetos aprovados em editais como do Ministério do Meio Ambiente. Em 2010, vamos executar um projeto aqui em Paulo Lopes junto aos jovens para que se tornem agentes ambientais (GUILHERME).

Somos uma RPPN e desenvolvemos apenas atividades de educação ambiental. Temos dois projetos em andamento. Um é uma pesquisa científica para uma análise dos recursos naturais da reserva para construção de um corredor ecológico. Esse projeto é financiado pelo CNPq. O outro é um projeto de educação ambiental nas trilhas do Passarim, tem o apoio da Prefeitura de Paulo Lopes também (CHRISTOPHER).

Nas informações dos entrevistados, observamos o papel de uma instituição governamental presente em suas relações que distribuem seus recursos principalmente através de projetos aprovados destas organizações. Por fim, vamos analisar as relações com base no princípio

da reciprocidade. Por se tratar de uma relação de proximidade, observamos nas declarações menções de parcerias e amizades diante de trocas de informações, conhecimentos e experiências em grande parte aos membros das organizações do próprio município, conforme os trechos a seguir:

Fizemos muitos amigos desde que chegamos aqui. O Glaico foi uma pessoa que nos ajudou muito para nos ambientar, conhecer as pessoas do município, pois na época ele era secretário da agricultura. Ele e a Rosa nos ajudaram a fundar a ONG e a Rosa até hoje é nossa colaboradora e trocamos muitas figurinhas culinárias. O Luis Pimenta é geógrafo e contamos sempre com ele para escrever os projetos aqui da reserva (LUCIANE).

Aqui em Paulo Lopes encontramos alguns parceiros com quem podemos contar. A Lu e o Chris são pessoas de bem, vamos trabalhar em conjunto no projeto que vamos desenvolver com os jovens daqui da cidade. O Glaico é um amigo trocamos favores, experiências e algumas idéias sobre conscientização ambiental. Foi uma pena a saída dele da secretária da agricultura, pois ele fazia um bom trabalho a longo prazo (GUILHERME).

Estamos aqui há 14 anos e neste tempo fizemos muitos amigos. É claro tem alguns que não gostam muito de mim, não acreditam no que eu faço. Prefiro valorizar aqueles que confiam em mim. Olha tem gente aqui que nós podemos contar para o que der e vier, vão pegar junto com a gente. O Juan é uma dessas pessoas, trocamos muitas idéias sobre o futuro, trocamos nossas experiências. Inclusive fundamos o PT aqui na cidade. O Abrelino que produz cachaça também é uma pessoa parceira, quando ele pediu para ir lá para ver a produção dele, eu fui e quando pedi para ele presidir o conselho, ele foi. Essa troca é muito importante, saber que tem pessoas com quem você pode contar (GLAICO).

Aqui as pessoas têm uma certa proximidade porque é um município pequeno. Você sai na rua e conhece quase todos que encontra. Mas tem relações superficiais, só de cumprimento mesmo. Não são pessoas com quem você pode pedir um favor e vão fazer de coração. É mas tem pessoas muito boas. Meus vizinhos aqui o Guilherme e a Patrícia posso contar. A Tereza que foi a presidente da Associação antes de mim é uma pessoa incrível. O Glaico então nem se fala. Ele e a Rosa são sensacionais, sempre dispostos a ajudar. Trocamos muitas idéias (ABRELINO).

Com base nas descrições das relações estabelecidas por cada uma das fenomenias através de seus membros, mapeamos os princípios correspondentes e apresentamos nas figuras 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17.

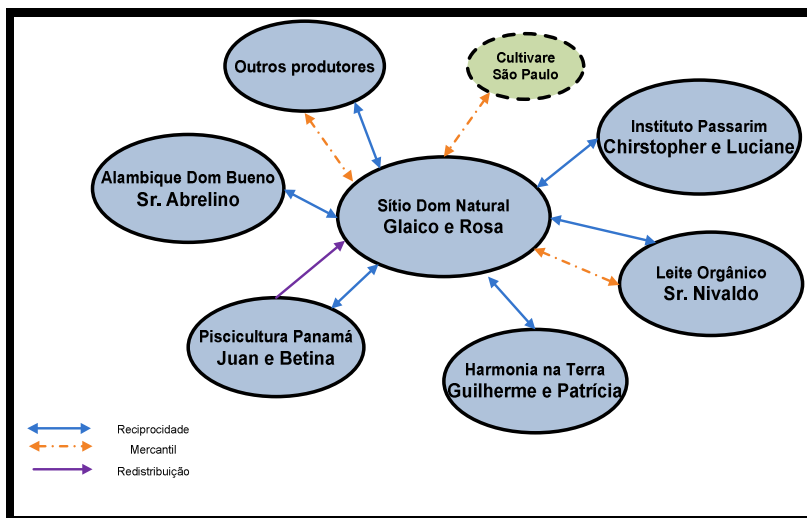


Figura 11- Princípios de regulação econômica – Sítio Dom Natural
Fonte: dados primários

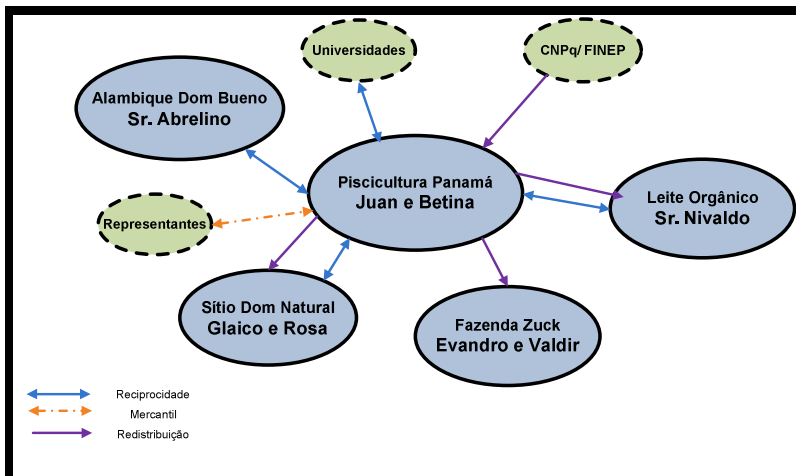


Figura 12 - Princípios de regulação econômica – Piscicultura Panamá
Fonte: dados primários

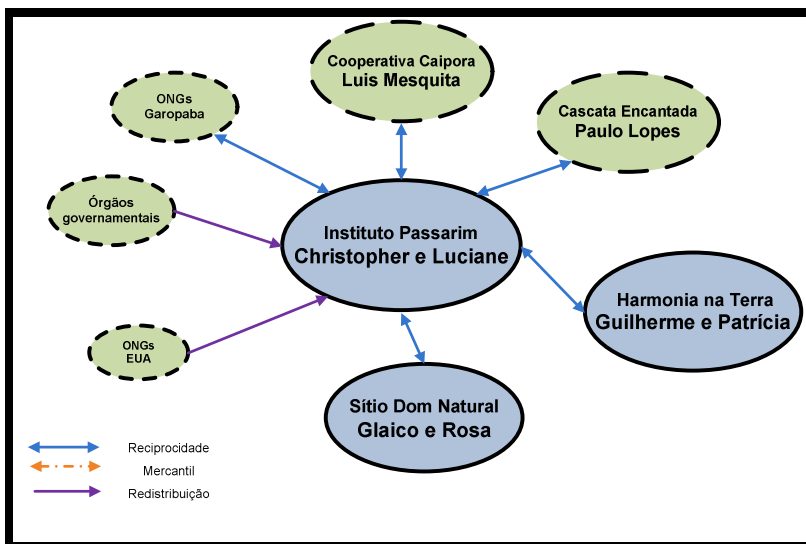


Figura 13 - Princípios de regulação econômica – Instituto Passarim
Fonte: dados primários

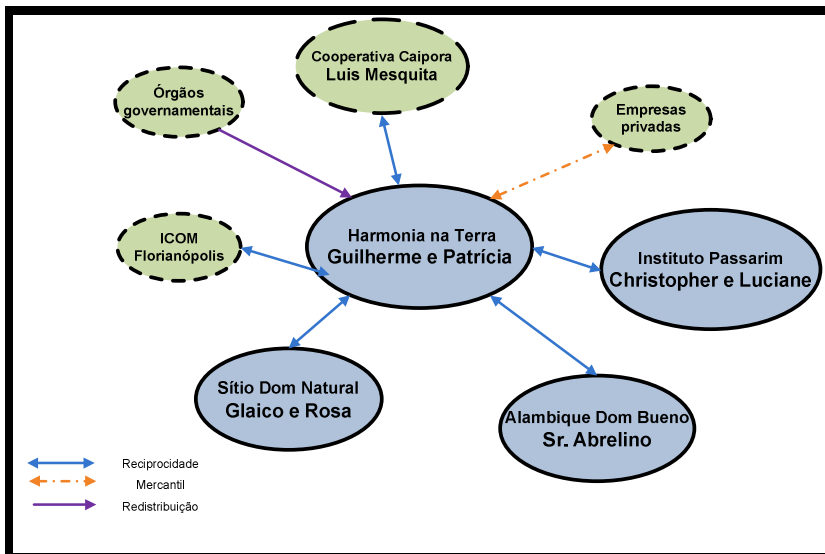


Figura 14 - Princípios de regulação econômica – Instituto Harmonia da Terra

Fonte: dados primários

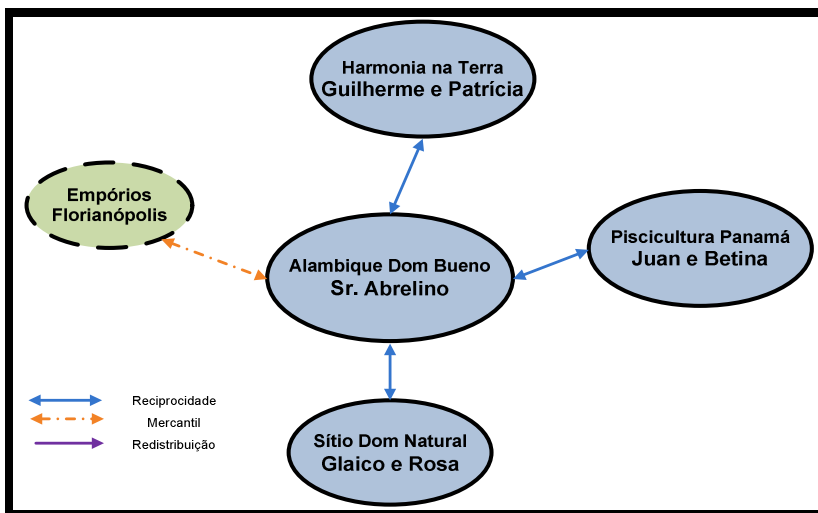


Figura 15 - Princípios de regulação econômica – Alambique Dom Bueno

Fonte: dados primários

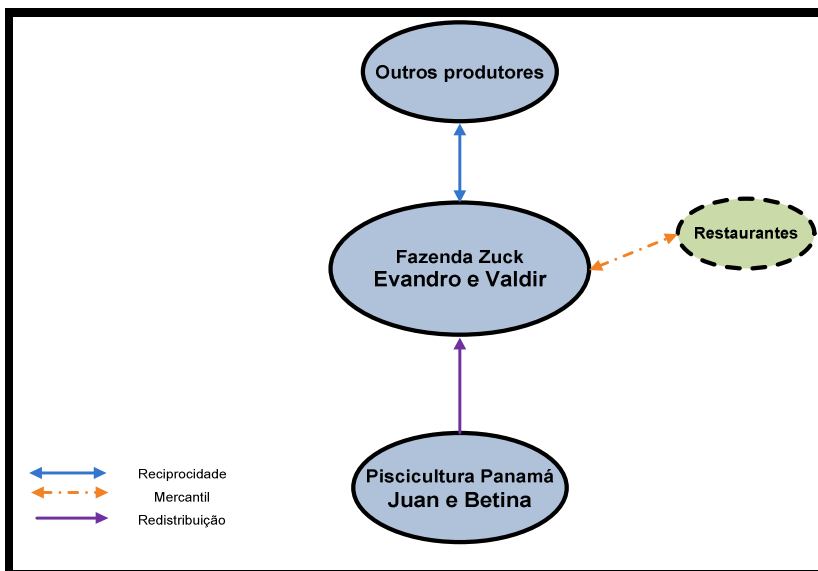


Figura 16 - Princípios de regulação econômica – Fazenda Zuck
 Fonte: dados primários

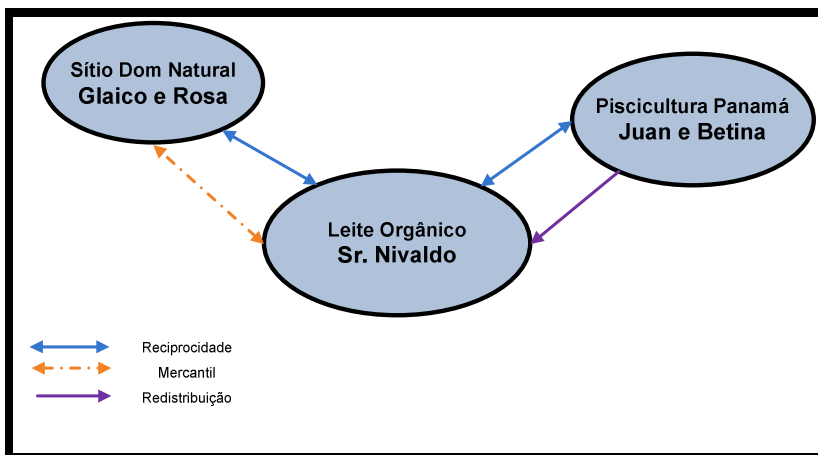


Figura 17 - Princípios de regulação econômica – Produção de leite orgânico
 Fonte: dados primários

Conforme podemos observar nas figuras, as organizações em estudo têm princípios de regulação econômicos plurais, onde grande parte das fenomenias estabelece relações com base na reciprocidade, na redistribuição e no mercado. Na análise nos chamou a atenção a ocorrência do princípio da redistribuição entre as organizações, tendo em vista que em geral é atribuído a uma instituição com uma posição central, como o governo. No entanto, em muitas entrevistas observamos um descrédito em relação à atuação do poder público local:

Aqui em Paulo Lopes tem tudo para o orgânico. Tem água limpa, não tem município melhor para trabalhar com orgânico. Ao invés da prefeitura dar apoio para a produção orgânica não, prefere dar dinheiro para quem planta com agrotóxico (EVANDRO).

A prefeitura aqui não tem um projeto para promover o desenvolvimento. Pensam apenas em como se manter no poder. É uma pena, mas é a realidade local (JUAN).

Olha nem vou falar muito sobre o pessoal que entrou agora na prefeitura. Deixamos tantos projetos engatilhados para beneficiar o agricultor, mas com eles nada foi para frente. Vamos esperar para ver... acho difícil algo ir para frente (GLAICO).

Assim, consideramos o projeto da Piscicultura orgânica na agricultura familiar (Piscicultura Panamá), uma forma de distribuição do conhecimento das técnicas e dos recursos para implementação da produção de peixes nas propriedades agrícolas, pois não se trata de uma relação de trocas mercantis. Outro ponto que merece destaque é o número de relações com base na reciprocidade, em vários momentos identificamos uma referência dos entrevistados sobre a necessidade de se estabelecer trocas de cooperação, conforme a declaração de Glaico:

De um tempo para cá eu me desliguei de associações, cooperativas para ficar mais tempo na minha propriedade. No meu entendimento está tudo errado sobre o que se faz de associação no Brasil. Geralmente, é um ou dois que trabalham

que dispõe de tempo, recurso que lutam e os outros aproveitam, não trabalham junto. Dessa forma não tem condições de fazer nada ir para frente (GLAICO).

Para exemplificar os princípios econômicos que regulam as atividades das fenomenias apresentamos a figura 18.

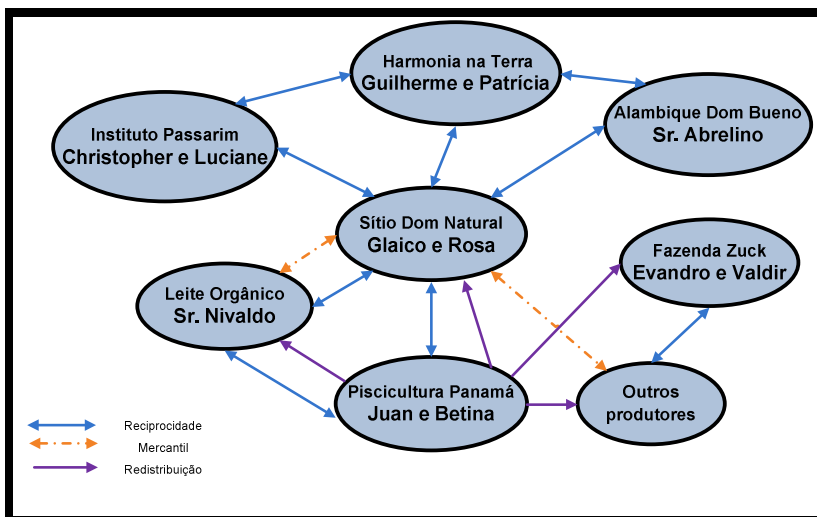


Figura 18 - Princípios de regulação econômica das organizações
 Fonte: dados primários

Como já havíamos comentado e podemos observar na figura 18 muitas relações baseadas na cooperação e reciprocidade entre os membros das fenomenias. Identificamos a existência do princípio da redistribuição centralizado no projeto desenvolvido pela Piscicultura Panamá e os produtores da agricultura familiar e poucas relação de trocas mercantis. Apesar de não ser o foco deste trabalho a análise dos motivos da existência/ausência dos princípios, suspeitamos pelas declarações dos entrevistados que o descrédito na força das associações, principalmente entre os produtos, pode ser uma das razões desta ocorrência.

Todavia, as fenomenias analisadas nos fornecem indicativos através da existência da pluralidade dos princípios de regulação econômica entre elas e com o meio externo que se enquadram na dinâmica da economia plural. Passaremos para o último item da

categoria socioeconômica que busca a inserção do meio social nas discussões econômicas.

4.4.4 *Alianças e Apoio*

Conforme vimos na base teórica deste trabalho na obra de Polanyi (1957) a economia é um processo institucionalizado, inserido nas instituições econômicas e não econômicas, sendo importante levar em conta o aspecto não econômico. Assim, segundo o autor, o sistema econômico é dirigido por motivações não econômicas e está imerso no sistema social.

Essas motivações não econômicas, conforme salienta Polanyi (1957), podem se caracterizar pelos laços sociais que se formam entre os membros das organizações, onde é possível surgir alianças de cooperação em um contexto formal e formas de apoio informal que podem ocorrer pela proximidade ou afinidade e até mesmo sentimentos de amizade.

Em nossa análise, nos deparamos por diversas vezes com a observação das relações existentes entre os membros das organizações. Em algumas vezes, identificamos a formalidade através da concordância de ideologia política ou de valores e princípios na forma de trabalho compartilhados que se constituem em alianças:

Temos formas parecidas de ver a política. Nossa ideologia é compartilhada. Eu, o Glaico, a Luciana (filha do Sr. Nivaldo), o próprio Nivaldo não acreditamos que dar um saco de batata ou cimento vai contribuir para o desenvolvimento do município. Não achamos que isso é política. Por isso, fundamos o PT no município e eu me candidatei a vereador nas últimas eleições. Tínhamos um plano de governo. Não foi desta vez, porque o povo não quis assim, mas continuamos na luta (JUAN).

Não sei se estou certo ou errado, mas nesse projeto para a fábrica de produção de mel, temos pessoas que estão dispostas a trabalhar e pegar junto, sabe? Não tem aquele monte de gente que fica reclamando e não quer ajudar. Agora estamos

fazendo tudo certinho para dar certo. O grupo está forte! A gente se reúne, divide o que precisa fazer, já está tudo no papel. Vai ser uma coisa boa para o apicultor (GLAICO).

Em outros momentos, identificamos o apoio não formalizado de forma espontânea, sem hora para acontecer, baseado na amizade:

Eu sou assim com meus amigos. Se precisar é só me chamar que vou! Pode ser o que for. Teve uma vez que um vizinho aqui teve problema com o telhado devido a chuva e alagou a casa, quando eu soube fui lá ajudar! Se a esposa do funcionário que trabalha aqui precisa ir ao médico e não tem como, eu pego meu carro e levo. Precisamos nos ajudar, não adianta cada um viver isolado, fechado dentro da sua casa (ABRELINO).

Tinha um projeto acontecendo aqui no município com um professor da Universidade e resolvi ajudar porque achei que era uma coisa boa. Eu chegava da feira no sábado, morto de cansado, ia lá pegava os alunos que estavam a 36 km de distância, então era 36 km pra ir mais 36 km pra chegar até aqui e levar mais 8 km para o alojamento que o Ruan cedeu gratuitamente para eles se hospedarem. Com meu carro e meu tempo, ainda mais, a gente comprava comida para esses alunos. Se todos ajudassem um pouco, as coisas não seriam mais fáceis? (GLAICO).

Com base nas declarações e nas observações da pesquisa de campo foi possível mapear as alianças e apoios estabelecidos pelos membros das fenomenias, conforme a figura 19.

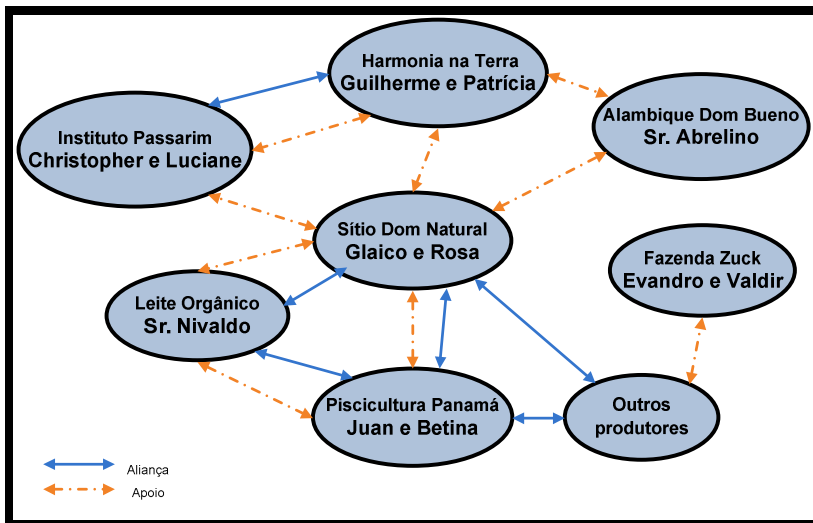


Figura 19 - Alianças e apoio
Fonte: dados primários

Conforme a figura 19, observamos a presença de alianças entre as fenomenias, no entanto, o apoio se constitui na forma predominante ao estabelecer os laços sociais, ou seja, com base na espontaneidade e sem formalidades. Este fato presente entre as organizações estudadas revela que as características observadas no ambiente interno das mesmas com baixo grau de formalidade se refletem nas relações com o ambiente externo. Conforme já observamos anteriormente através das relações ambientais das organizacionais, a predominância do apoio não ocorre de forma contínua, ou seja, é do tipo “quando alguém precisa”. Este aspecto nos indica a fragilidade dessas relações entre as fenomenias, pois a consolidação de uma rede em que ações conjuntas sejam planejadas e articuladas em uma dimensão territorial ficam prejudicadas, tanto que não identificamos ações coletivas organizadas pelas fenomenias.

Diante da análise dos elementos apresentados nesta categoria, identificamos que as fenomenias são formas organizacionais que podem contribuir na formação de uma economia plural. Como vimos, estes formatos são ambientes onde se realizam atividades que não se enquadram totalmente nas regras do mercado, no entanto, se relacionam com ele, mesmo ocupando um setor da economia desprezado pelo sistema atual. Observamos a pluralidade nas formas das atividades

desempenhadas pelas organizações que proporcionam a auto-realização dos seus membros e ao mesmo tempo geram renda para suprir suas necessidades, bem como os princípios plurais de regulação e recursos fundados nas relações de reciprocidade, de redistribuição e mercantil. No próximo tópico, apresentamos o requisito proposto pela economia plural que visa à integração da ecologia e a economia.

4.5 Ambiental

Polanyi (1957) em sua abordagem teórica revelou a importância da relação de dependência do homem frente à natureza e aos seus semelhantes, sendo que este intercâmbio entre o homem e seu ambiente natural e social o meio com que o homem pode satisfazer a suas necessidades materiais. Essa constatação é relevante para o conceito da economia proposto pelo autor que considera a economia um processo de interação entre o homem e seu ambiente para o fornecimento contínuo de meios materiais para satisfação das necessidades.

A economia plural resgata a idéia de Polanyi quando coloca em evidência a necessidade de repensar a economia, de construir novas formas de produção, de consumo e relação de trabalho e também de religar a econômica a uma perspectiva social e ecológica. Neste sentido, a economia tem uma abordagem mais ampla, levando em consideração as questões relacionadas ao meio ambiente para garantia dos recursos para satisfação das necessidades do homem. Dentre os entrevistados, a preocupação ambiental foi constante conforme as declarações:

Como é bom ter consciência dos nossos rastos e pegadas ecológicas. Eu não gosto que joguem frutas aí na floresta só porque é um lugar limpo, porque as frutas são estrangeiras nessa floresta. A gente não põe sementes de frutas que não são dessa floresta, entendeu? Temos que respeitar a origem dos seres (LUCIANE).

Aqui nesse morro tinha uma cachoeira que tinha o rio barulho hoje não tem mais, isso faz parte do passado não volta mais. E também para voltar não é da noite para o dia isso, A natureza precisa de milhares de anos e agora o que vai se fazer? Tenho muito medo dessa sociedade que está se

lixando para o que está acontecendo com a natureza. A questão do parque é um exemplo, a gente tentava mobilizar as pessoas pra não destruir o parque. As pessoas não pensam: de onde vem a água que vai para Ilha? Não é do parque? De onde é que vem a água de Imbituba, de Garopaba? Também é do parque. Porque têm poucos que estão dispostos a lutar para preservar o parque? Não se discute nas escolas. O que vamos fazer com essa desgraça ambiental gerada pela ganância? Quem está preocupado com isso? Uns quatro gatos pingados que lutam do jeito que dá e os demais? Dizem que isso não tem nada a ver com eles (GLAICO).

Gosto de trabalhar no campo. Prefiro estar em contato com a natureza do que com a poluição das cidades. Só que precisamos proteger esse patrimônio. Todo esse verde ao nosso redor está muito ameaçado, tem muita gente que não consegue entender que se desmatar tudo, isso acaba um dia (JUAN).

Nós respeitamos a natureza por isso construímos uma área de preservação. É um privilégio morar aqui e nós queremos compartilhar com outros. É nossa missão levar essa conscientização para as outras pessoas (CHRISTOPHER).

Além dessas preocupações, o mais importante que percebemos são ações que os membros das fenomenias realizaram no sentido de minimizar o impacto de sua atuação no meio ambiente através da proteção e dos seus próprios produtos, estabelecendo uma ligação entre a ecologia e a economia, como vamos analisar no tópico a seguir.

4.5.1 Processos de desenvolvimento das atividades

Começamos a análise da forma como são desenvolvidas as atividades pela identificação dos produtos ou serviços das organizações que se caracterizam por princípios ecológicos condizentes com os valores e objetivos das fenomenias, conforme o quadro 12.

Quadro 12 - Produtos e serviços das organizações

Organizações	Produtos e Serviços
Sítio Dom Natural	Produção de produtos orgânicos
Piscicultura Panamá	Produção de alevinos orgânicos
Alambique Dom Bueno	Produção de cana-de-açúcar orgânica e cachaça artesanal
Instituto Harmonia da Terra	Prestação de serviços ligados a ecopedagogia
Instituto Passarim	Preservação da reserva Passarim e educação ambiental
Fazenda Zuck	Produção de produtos orgânicos
Produção de leite orgânico	Produção de leite orgânico

Fonte: dados primários

A valorização do meio ambiente está presente nos produtos e serviços ofertados pelas fenomenias, conforme o quadro 12 justifica a escolha destas organizações neste estudo em razão de ir ao encontro da perspectiva da economia plural e do paradigma paraeconômico. O perfil dos produtos e serviços apresentados nos faz acreditar que os processos para seu desenvolvimento também se caracterizam pelo cuidado e preservação da natureza. Este fato foi confirmado conforme as declarações:

O leite orgânico é produzido sem a utilização de remédio para as vacas. A alimentação é toda a base do pasto, não utilizamos ração. Não temos vacas de raça. Elas são criadas soltas, ficam o dia inteiro junto com terneiros, só a noite que separamos. O leite é tirado somente uma vez por dia, pela manhã para não cansar muito os bichos. E também não é usado ordenhadeira, pois pode dar muito problema no futuro com a vaca. O leite é todo tirado com as mãos (LENA).

Aqui nós cuidamos muito do solo, porque o solo é a base da agricultura orgânica. Temos um rodízio na plantação de cultura, controle da erosão, fonte hidráulica e eólica. Por exemplo: nós estamos aqui e sentimos muito pouco o vento, agora lá adiante já tem bastante vento. Aqui não tem vento por causa daquele cordão vegetal. Ele barra todo o

vento, porque a planta não suporta vento. Quando tem vento na planta, ela fecha os estômatos e não realiza a fotossíntese. Então você precisa bloquear isso. Todo o trabalho nosso aqui, visa o máximo de interação com a natureza de forma harmônica (GLAICO).

Nosso principal cuidado é manter a mata nativa. Por isso não plantamos árvores que não sejam nativas. Uma planta exótica dentro da mata atlântica pode causar um grande estrago, pode ser devastador. Aqui não usamos detergentes e químicos. Temos todos os cuidados para não poluir (LUCIANE).

Na produção orgânica precisamos cuidar do solo e sempre temos que ficar mexendo na terra. Esse é o segredo! Você não pode plantar e deixar crescer. Sempre tem que estar de olho. Qualquer pontinho amarelo, uma larva, um bichinho você tem que tirar com a mão. Se não cuidar quando vai ver não tem mais nada de pé (VALDIR).

A plantação de cana não é muito difícil, só dá trabalho. Aqui não tem aquele processo de queimada, isso não é nada ecológico. Usamos a mão e a faca. Na produção de cachaça o processo é natural, o tempo para produção é respeitado e não acrescentamos nada para forçar, por isso fica um bom produto (ABRELINO).

As declarações confirmam o cuidado e a conscientização dos entrevistados demonstrados na forma de desenvolvimento de seus produtos e serviços. Observamos, em muitas organizações, uma grande preocupação com os processos devido à necessidade de certificação e para isso precisam cumprir uma série de exigências. No entanto, a questão ambiental não se restringe somente as atividades das fonomias, parece inerente a vida dos entrevistados e refletem nas ações do dia a dia, em seus lares e na sua comunidade, conforme apresentamos no próximo tópico.

4.5.2 *Ações Ambientais*

As ações ambientais foram analisadas pelo que é feito de concreto no sentido de proteger e conservar o meio ambiente pelos membros das fisionomias. Todos os entrevistados demonstraram uma grande preocupação ambiental, em especial, com o futuro das próximas gerações. No entanto, essa preocupação não significa ficar a espera de uma solução, traz o sentido da ação pela causa do meio ambiente, demonstrados em diversos momentos como podemos observar nas falas dos entrevistados quando retratam o que fazem em suas propriedades e em suas comunidades, conforme os trechos a seguir:

Aqui no sítio, tudo o que a gente faz é pensando em não agredir. Não mexemos em nada do que já tinha de vegetação, pelo contrário, tem muita coisa aqui que já foi plantado para recuperação ambiental. Eu tenho um trabalho com a Embrapa aqui com guanamdi, que é uma madeira de lei, a primeira madeira de lei oficial do Brasil, para o melhoramento genético do guanamdi. Estamos fazendo as faixas de proteção tudo com espécies nativas que tem um potencial bioativo, madeireiro e frutífero. Nosso pensamento é colocar uma mata ciliar com essa espécie para que os agricultores da região possam trabalhar, tirar proveito econômico, mas sem contar, sem agredir e sem derrubar (GLAICO).

Quando planejamos construir o refúgio e nossa própria casa, pensamos em todos os detalhes, como: aproveitamento da água e da energia do sol. Então tudo foi construído para minimizar o impacto. Usamos adubo orgânico que fazemos em nossa composteira, inclusive, já reunimos nossos vizinhos para ensinar como fazer a composteira e muitos tem nas suas próprias casas (LUCIANE).

O que fazemos aqui na fazenda? Ao mesmo tempo que estou produzindo o peixe eu posso ocupar a água com a produção. E inclusive com a água da produção do peixe eu consigo molhar a verdura e ainda reduzir o tempo da produção da rúcula por exemplo. Aproveitar a água é muito

importante. Inclusive nos outros sítios que estão no projeto para produzir peixe, já estão seguindo nosso exemplo e aproveitando a água. Todo material orgânico é separado aqui para fazer adubo. Se não vai para terra, vai para as galinhas. Não enterramos nada e não colocamos fogo. Do orgânico é tudo reaproveitado (EVANDRO).

Vem muitas pessoas conhecer todo o processo de reaproveitamento que sistematizei na produção da cana. Eu explico tudo com muito prazer. O círculo de bananeiras é muito interessante, foi uma coisa que aprendi quando fiz uma viagem e pude replicar aqui. Olha que coisa boa, eu aproveito a água e ainda tenho banana. As pessoas gostam muito do que vêm por aqui. Incentivos outros produtores também a fazer estes pequenos sistemas que são simples, não são caros e trazem um grande benefício para o meio ambiente (ABRELINO).

A gente tenta aproveitar todas as folhas e frutos que temos aqui no sítio e procuramos ajudar as pessoas da região a entender que podem aproveitar tudo o que vem da natureza, sem cortar, sem desmatar, sem queimar e sem poluir (GUILHERME).

Estas declarações demonstram que predominam as ações no sentido de preservação ambiental por parte dos entrevistados têm uma forte relação com suas atividades e por conseqüência produtos e serviços com cunho ecológico e refletem suas escolhas ideológicas e estilo de vida. Dessa forma, observamos um caminho viável para a articulação entre economia e meio ambiente, como propõe a economia plural, onde a diversidade das atividades econômicas pode ser desenvolvida de forma livre, com base na opção pessoal e na direção do bem estar e da prudência ecológica, ou seja, de forma mais sustentável.

Na análise dos dados das fenomenias estudadas constatamos a predominância da racionalidade substantiva em seus processos organizacionais e a possibilidade de formação de uma economia plural a partir deste tipo organizacional. Todavia, observamos alguns desafios enfrentados no cotidiano destas organizações bem como algumas possibilidades no sentido de fortalecer a economia plural no território e

desta forma contribuir para um desenvolvimento territorial sustentável, conforme destacamos no tópico a seguir.

4.6 Limites e Possibilidades

Ao olharmos para a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo identificamos que os participantes das fenomenias estudadas demonstraram um posicionamento crítico em relação às leis do mercado direcionam a vida em sociedade, revelando a predominância da racionalidade substantiva em suas nas ações. No entanto, mesmo que de forma minoritária, a razão instrumental também aparece no seu cotidiano, em suas decisões e nas suas relações. Observamos que mesmo realizando atividades que proporcionam autonomia e satisfação pessoal, em alguns momentos o desempenho e o êxito apareceram em suas tarefas.

Na produção orgânica, você não pode se descuidar nem um dia. Precisa ficar cuidando o tempo todo, porque se alguma mancha aparecer você precisa tirar rápido, senão contamina o restante e ai você perde tudo. Trabalhar com folhas verdes é melhor do que legumes, pois o rodízio das folhas é bem mais rápido. O mesmo tempo que você leva para plantar e colher um metro quadrado de legumes, você consegue plantar três de folhas (EVANDRO).

Nas relações entre as pessoas além da cooperação e do apoio, também, observamos momentos em que se buscam o desempenho e o resultado.

Nós estamos montando um grupo em que só vai participar pessoas que sabemos que podemos contar para trabalhar. Vamos montar uma unidade móvel de extração de mel e esse pequeno grupo (5 pessoas) que vai gerenciar. Não estamos querendo chamar de associação para não dar azar. Mas vai ser uma coisa para funcionar, produzir e ganhar dinheiro (GLAICO).

Eu fiz um trabalho fotográfico da natureza e as crianças com as lupas nos líquens, das crianças com as abelhinhas ou as borboletas por aqui, com as bromélias que todo mundo adora, bebendo água no rio que passa aqui. Essas fotos existem e eu quis fazer uma exposição e ninguém me ajudou. De uma certa forma esse trabalho foi frustrante. Aqui tem um canal fechado.

Nós já fizemos muitas festas junto com a Cascata Encantada. Fizemos uma festa junina fabulosa, trouxemos boi-de-mamão, junto com a Cascata, em colaboração/cooperação. Nós pagamos a bebida e recolhemos R\$ 2,00 de cada um. Eles não queriam pagar R\$ 2,00, pra vir na festa. A festa tinha que ser de graça. São atitudes do local, tudo tem que receber de graça. Depois disso não fizemos mais. As pessoas daqui não conseguem entender que precisamos de dinheiro para tocar as coisas aqui na reserva (LUCIANE).

E a própria atividade desenvolvida apresenta as contradições entre a razão substantiva e instrumental, como no caso da produção da cachaça. Tendo em vista que a cachaça produzida no Alambique Dom Bueno ao mesmo tempo enfatiza a questão da educação social, segundo o Sr. Abrelino o produto é para degustação e não para ser comercializado livremente, o produto também é um peso social. Pois é uma bebida que causa dependência, podendo se transformar em um grave problema social. O próprio produtor tem a ciência deste fato:

A cachaça e as outras bebidas alcoólicas são consumidas de forma desenfreada e irresponsável. Eu sei que produzir isso pode ser um incentivo ao alcoolismo, mas eu procuro fazer o contrário. Tentar educar essa gente, mostrando que a bebida pode ser algo social e não para gerar bebedeiras (ABRELINO).

Nas declarações dos entrevistados, observamos que apesar de não seguir as regras do mercado, eles o reconhecem e interagindo com o mesmo. Aqui reside um espaço para demonstramos algumas limitações destes tipos organizacionais, pois a relação com o mercado não é tarefa simples, como afirma Evandro:

Quando a gente colocava nosso produto no supermercado Angeloni era muito difícil, porque no balcão ficava lá no fundo, onde os consumidores nem enxergavam. Na frente ficavam os de marca. E ainda a gente era ignorado se falasse alguma coisa. Isso me deixava muito triste (EVANDRO).

Em outra situação, observamos a busca pela relação direta com o consumidor através da feira, mas que também apresenta suas dificuldades.

A venda da produção orgânica é feita quase toda na feira. Na feira eu tenho mais liberdade, mas também não é fácil. Trabalhamos das 6h da manhã até às 20h na sexta para fazer a colheita e deixar tudo pronto na caminhonete. No sábado, levantamos às 4h da manhã para ir até Florianópolis para montar tudo e às 7h estar tudo pronto para o quando chega o cliente. Trabalhamos até às 12h, depois desmontamos tudo e chegamos em casa lá por volta das 14h. Poderia ser mais fácil colocar em algum lugar para vender nossos produtos, mas aí o cliente daria tanto valor (GLAICO).

Outro fator que identificamos a respeito da dificuldade na relação com o mercado das fonomias é a informalidade, em especial no caso do Alambique Dom Bueno e no produtor de leite orgânico. A liberdade na gestão e produção proporcionada por não ser formal cria algumas barreiras quando se fala na venda. No Alambique, por exemplo, a comercialização da cana é realizada somente na propriedade para conhecidos. No caso do produtor de leite orgânico, a produção é vendida toda para o Glaico. Parece-nos evidente uma relação de dependência dessas organizações no que se refere à venda de seus produtos.

Alguns dilemas em relação à gestão foram observados, na maior parte das organizações, que representam em determinados momentos uma limitação mediante o mercado. Como vimos, nestes tipos organizacionais ressaltamos duas características marcantes: os processos de gestão pouco formalizados e o pequeno número de participantes. Este fato, ao mesmo tempo que proporciona flexibilidade gerencial conduz, também, a sobrecarga de responsabilidades. Como há poucos membros

para executar as atividades operacionais e na gestão não existe padrão, ocorre o acúmulo de funções gerenciais e operacionais, conforme a fala de Glaico.

Olha tem dias que é difícil. Fico tão cansado com as questões burocráticas que não tenho muito ânimo para fazer o que mais gosto que é mexer na terra. Mas não posso deixar para outra pessoa fazer, então, tenho que eu mesmo fazer. Tem gente que não é compromissada. Neste caso, você precisa fazer de tudo um pouco (GLAICO).

Um desdobramento desta dificuldade na relação com o mercado se reflete na sustentabilidade econômico-financeira da organização, conforme identificamos na Piscicultura Panamá e nas organizações não governamentais (ONGs) como o Instituto Passarim e no Instituto Harmonia na Terra.

Eu não ganho dinheiro com o trabalho aqui da Piscicultura. Com isso aqui eu me realizo. Isso é que faz sentido para mim (JUAN).

Nossa sustentabilidade financeira depende de ano para ano. Quando os projetos são aprovados fica tudo bem. Se não temos projetos aí temos problemas para cobrir nossos gastos. Por isso vamos trabalhar no próximo ano mais forte com os associados (GUILHERME).

A dificuldade em manter a sustentabilidade financeira destas organizações leva muitos entrevistados a exercer outras atividades dentro ou fora da organização para obtenção de renda ou já tem renda fixa como é o caso da aposentadoria (Alambique Dom Bueno, Instituto Passarim).

Eu tenho minha aposentadoria. Muitas vezes uso meu dinheiro para fazer as coisas aqui na Reserva. Nossos projetos nem sempre são aprovados e não temos apoio do governo federal, estadual e municipal (CHRISTOPHER).

A situação de busca de uma fonte de renda em outra atividade nos faz refletir. Porque muitos dos entrevistados buscam outras rendas ao invés de fortalecer as atividades para que se tornem sustentáveis? Essa questão nos chamou a atenção. É claro que todas as limitações apresentadas em relação ao mercado geradas pelas contradições existentes entre as duas razões se refletem nesta situação. No entanto, parece-nos que um dos motivos pela busca de outras atividades pode estar na atuação de forma isolada dessas organizações. E isso, faz-nos pensar sobre as relações de cooperações e apoio que identificamos no decorrer da análise.

Na maior parte, as relações aqui apresentadas foram caracterizadas como apoio, ou seja, informais com base na amizade e afinidades. Este cenário nos leva a indicação de que as relações entre as organizações são frágeis e descontínuas, por não representar parcerias efetivas, ou seja, que não tem força para estabelecer uma rede densa que permita o fortalecimento dos produtores, dos projetos e das ONG's em suas atividades principais. Podemos identificar este indicativo na fala de algumas pessoas.

Quando algum amigo precisa de mim, estou sempre pronto para ajudar. Pode ser no que for. Estarei sempre disponível. Por exemplo, se nosso vizinho que também planta orgânico precisa de um brócolis ou alface para levar para feira nós emprestamos e vice-versa (EVANDRO).

O Glaico e a Rosa são pessoas incríveis. São grandes amigos e sempre nos ajudam quando pedimos. Várias foram as vezes que pedimos apoio dele para nós aproximarmos da comunidade e começar a fazer nosso trabalho aqui no município (GUILHERME).

O Juan é um parceiro e amigo. Trocamos muitas figurinhas quando nos encontramos. Ele é um cara com muitas idéias boas. Quando temos um tempo livre conversamos para por em prática algumas coisas boas (GLAICO).

Desta forma, concluímos que a existência de relações de colaboração/cooperação entre os membros das fonomias não se caracteriza em uma ação coletiva dessas pessoas, pois ocorrem de forma

ocasional. A parceria efetiva entre as organizações, ou seja, aquela que resulta em uma ação que reflete na dinâmica territorial ocorre de forma ocasional. Assim, nas organizações investigadas as parcerias não significam um apoio real e não são suficientes para formar uma rede de sinergia para gerar benefícios para todos. Nossa análise indica que a atuação de forma conjunta das fenomenias pode ser um caminho viável para consolidar ações eficazes na direção do fortalecimento do território.

Neste cenário onde identificamos o desafio de promover parcerias efetivas para superar as limitações e dificuldades das fenomenias diante do mercado, em sua gestão e sua sustentabilidade econômica, também encontramos a possibilidade para fortalecer a economia plural com este tipo organizacional.

Andion (2003) afirmou que a economia plural se fortalece na promoção de uma economia mista. A interação entre as esferas do mercado, sociedade civil e o Estado abre espaço para formação de parcerias e redes, sendo que a combinação entre os três pólos resultam em uma pluralidade de iniciativas sociais de caráter econômico, que geram riqueza, empregos e fortalecem a coesão social. Observamos em nossa análise, a existência de laços de cooperação e apoio com base na racionalidade substantiva, grande parte não formalizado, entre as organizações das esferas do mercado e da sociedade civil. No entanto, a presença do governo (Estado) demonstrou-se nula.

Atualmente, a prefeitura do município é muito limitada. Preocupa-se apenas em garantir a eleição. Não apóia nossos projetos. Não tem visão de futuro, não consegue enxergar a riqueza natural de Paulo Lopes. É um município maravilhoso tem água pura, uma mata atlântica deslumbrante e por isso tem um potencial enorme (JUAN).

Aqui surge a possibilidade de fortalecer a economia plural por meio da interação das três esferas sociais, com o espaço criado para promover parcerias e redes formais de cooperação e solidariedade entre mercado, Estado e sociedade civil. Para isso, sem dúvidas, muitas mudanças serão necessárias no ambiente político do município. No entanto, como alguns participantes das fenomenias estabeleceram uma articulação política, acreditamos na possibilidade de que esforços conjuntos poderão consolidar uma força no cenário político de forma a integrar as três esferas. Nesta perspectiva, as ações coletivas podem se concretizar em uma dinâmica territorial na direção de um

desenvolvimento mais sustentável. Com o término da análise dos limites e das possibilidades das fenomenias no contexto da economia plural, passaremos as considerações finais deste trabalho.

5 Considerações finais

O propósito deste estudo foi analisar as organizações que dentro de uma diversidade de formas de atividades atuam sem a pressão do mercado, proporcionando liberdade de escolha de seus membros, realização pessoal, autonomia. O reconhecimento destas atividades econômicas demonstra a necessidade de um olhar diferente da sociedade atual, que apresenta o mercado como fator de ordenação. Um paradigma formado por várias dimensões, onde o mercado é apenas parte dele, como proposto pelo paradigma paraeconômico e pela economia plural.

Guerreiro Ramos (1989) identifica a sociedade centrada no mercado como excludente e limitadora. É excludente, pois toda atividade ou pessoa que não sirva aos interesses do mercado não tem valor para a sociedade, e é limitadora, pois limita assim as possibilidades de atuação humana em várias atividades que, por vezes, podem ser mais prazerosas ou realizadoras que as valorizadas pelo mercado. Por isso propõe o paradigma paraeconômico composto por diversos enclaves e abrange diversas possibilidades de vida humana associada. Nesta mesma direção aponta a economia plural que, conforme Sauvage (1996), considera redutora a idéia de um paradigma econômico centrado no mercado, sendo necessário um novo paradigma que não representa a antítese do mercado, mas sim uma ampliação desta noção redutora que coloca o mercado acima dos interesses da sociedade.

Neste caminho, Rogério Tonet (2004) realizou um estudo pioneiro. Sua pesquisa foi a primeira que se propôs a verificar as relações entre as fenomenias, racionalidade e desenvolvimento local, sendo realizada na feira de artesanato Largo da Ordem em Curitiba-PR. Tonet (2004) verificou que as fenomenias podem ser uma alternativa viável de melhoria da condição de vida, de libertação do trabalho regido pelo mercado e contribuir com o desenvolvimento local e para formação de uma economia plural.

Com o embasamento apresentado pelas abordagens teóricas, a referência dos estudos de Serva (1996) e Tonet (2004) e a aplicação da metodologia definida, foi possível responder a pergunta dessa dissertação: a dinâmica das fenomenias contribui para a formação de uma economia plural em uma dimensão territorial? Para isso, o primeiro passo foi a identificação e caracterização das fenomenias que são tipos organizacionais que, conforme descritas por Guerreiro Ramos (1989), apresentam pequenas dimensões, sendo um ambiente propício para realização de atividades que proporcionem satisfação e auto-realização.

Nas fenomenias identificadas no município de Paulo Lopes, ficou evidente que os membros que participam deste formato organizacional realizam atividades de acordo com suas motivações pessoais, ou seja, buscam sua auto-realização ao invés de trabalhar de acordo com as regras do mercado. Observamos um posicionamento crítico presente no discurso dos entrevistados em relação à sociedade centrada no mercado, o que não significa também ignorar o mercado. Os participantes reconhecem e interagem com o mercado, no entanto não permitem que suas leis direcionem suas vidas, o que reflete sua forte consciência social. Em todas as organizações, a pequena estrutura desenhada por Guerreiro Ramos foi constatada, apresentando no máximo 5 participantes e um baixo grau de formalização nos processos de gestão em relação ao planejamento, a definição das funções, a hierarquia e a comunicação interna. Duas observações chamaram nossa atenção nas organizações em estudo e merecem destaque, pois revelam dois fatores de motivação para a execução das atividades:

- a) *A base da estrutura da organização familiar*: em todas as fenomenias estudadas do município são constituídas por um casal, algumas com uma estrutura maior, onde os filhos participam da organização. O fato de ser um casal a base da fenomenia nos pareceu um aspecto muito positivo para concretização de objetivos e no compartilhamento de valores e ideais;
- b) *A residência como local de produção*: em todos os casos, o local de execução das atividades é o próprio local de moradia. A residência é a referência para os membros que atribuem um grande valor pelo local, principalmente pelas características do município com natureza abundante e pela vida campestre.

De acordo com as características observadas na prática, a lógica predominante dentro das fenomenias difere do mercado, constituindo-se em um espaço fértil para a racionalidade substantiva conforme analisado através do modelo proposto por Serva (1996). No que tange aos valores e objetivos estabelecidos nas fenomenias, observamos serem condizentes com as escolhas de seus membros, prevalecendo a busca da auto-realização, valores emancipatórios com base no julgamento ético. Quanto às ações sociais e as relações ambientais das fenomenias se revelaram ter como base os valores emancipatórios que podemos

identificar na prática através da rede estabelecida por cada organização que buscam parceiros que compartilhem e apoiem os seus ideais. Inclusive, chamou-nos a atenção o relacionamento entre as próprias fenumias, que estabelecem relações de cooperação com base na amizade, proximidade ou afinidade. No entanto, percebemos que estas relações são frágeis no sentido de efetivar uma ação coletiva na dimensão territorial, pois a cooperação ocorre de forma ocasional, ou seja, “quando um amigo precisa”. Neste contexto, ações planejadas e articuladas entre os membros das fenumias não foram identificadas para se fortalecerem e superarem seus desafios.

E muitos são os desafios lançados para estes tipos organizacionais, principalmente pelas suas fragilidades quando se relacionam com o mercado. Para as fenumias, cuja atividade principal é a produção de orgânicos a certificação é uma exigência que a cada dia vem sendo requisitada no mercado formal. As produções não certificadas enfrentam muitas dificuldades para comercializar seus produtos, por enquanto contam com a colaboração somente dos produtores certificados, tendo em vista que o poder público local não oferece incentivos à produção orgânica no município. Outra questão levantada é o reconhecimento dos produtos orgânicos nos locais de comercialização. Para os que fazem feira e se relacionam diretamente com o consumidor esse problema é reduzido, mas os que comercializam em outros locais e não tem embalagem, não tem identificação alguma com o consumidor. Na visão do produtor orgânico, isso é uma grande dificuldade, pois pode causar o descrédito em relação aos seus produtos. Nas organizações não governamentais, Instituto Passarim e Harmonia na Terra, o grande desafio é a sua sustentabilidade financeira, sendo a captação de recursos para realização de suas atividades suas principais dificuldades.

Todavia, mesmo diante de uma série de desafios e fragilidades, estas organizações podem nos apontar na direção de um paradigma com múltiplas dimensões, conforme as duas abordagens teóricas de nosso estudo. O comportamento econômico das fenumias não apresenta relações dicotômicas e, neste sentido, caracterizam-se como agentes de processo de inovação na forma de atuação, na medida em que estabelecem relações simultaneamente os princípios reciprocidade, redistribuição e mercantil.

Além da dimensão mercantil, evidenciada nas trocas de produtos e serviços tendo por base o princípio do mercado, consideramos que uma das dimensões desta inovação reside no princípio de redistribuição

realizado por uma fenonomia (Piscicultura Panamá), visto que este comportamento em geral é descrito por uma relação de troca com uma figura de instância superior, geralmente o Estado. Em razão da ausência desta instância, a fenonomia ocupou este lugar neste contexto, gerando relações de troca com base na redistribuição de recursos recebidos de outras instituições governamentais. A outra dimensão deste processo de inovação consiste nas relações de reciprocidade. Entre muitas organizações que estudamos, observamos intensas relações de trocas com base na solidariedade, aproximando seus membros em laços sociais fortalecidos e a partir dessas relações se estabelecem ações econômicas através de projetos, relembrando o que afirma Polanyi (1957, p. 244) “a economia humana é então *embedded* e englobada e nas instituições econômicas e não econômicas. (...) O importante é levar em conta o aspecto não econômico”.

Desta forma, observamos que inovação dos comportamentos presentes nestas organizações que vão além das atividades econômicas com princípios mercantis, nos indica a presença das idéias da economia plural. Neste sentido, além da pluralidade dos princípios econômicos, procuramos analisar outros elementos no sentido de contextualizar a contribuição das fenomenias na formação de uma economia plural. As fenomenias se mostraram próximas do setor da economia denominado de “subsistência”, considerado à margem do mercado e também se enquadraram como organizações que desenvolvem diversas formas de atividades no seu dia a dia, distribuindo-se entre: a autoprodução, as trocas de proximidade não monetárias, as atividades mercantis e as microempresas.

Na visão de Sauvage (1996), a economia plural se apresenta como uma forma da economia real, propondo uma recolocação da economia em seu lugar, superando o distanciamento atual da ciência economia da realidade social do homem, que deixa de lado aspectos relevantes em favor de estudos baseados no mercado, como as motivações não econômicas existente nas atividades. Esse fato foi observado em dois momentos. O primeiro com o sentido empregado à renda gerada pela atividade nas fenomenias, que diferente da visão do mercado que significa acúmulo de riqueza e bens materiais para seus membros, nestas organizações serve simplesmente para satisfação de suas necessidades, qualificando-as como pertencentes de um setor simples da economia, no qual o objetivo é viver sem estar em função do dinheiro. O segundo momento foi através das alianças e formas de apoio estabelecidas pelas fenomenias, através do fortalecimento dos laços

sociais entre os membros das diferentes organizações. Dessa forma, duas modalidades surgiram no contexto analisado: a aliança de cooperação formal em menor número, por meio da concordância de ideologia política ou de valores e princípios compartilhados em projetos de trabalho e apoio que ocorre em maior número e de forma ocasional por proximidade ou afinidade e até mesmo sentimentos de amizades. Todavia, como já comentamos estas relações não são suficientemente fortes para efetivar uma ação coletiva.

Na perspectiva da economia plural, a articulação entre a economia e a ecologia conduz a uma soma positiva, diferente do sistema economia vigente que considera os recursos naturais ilimitado. Assim, seria coerente que a preocupação com o meio ambiente se fizesse presente nas atividades das organizações que compõe uma economia no sentido plural. Nas fenomenias que analisamos, a preocupação ambiental não significa ficar a espera de uma solução, traz o sentido da ação pela causa do meio ambiente. Por isso essas ações sintetizam as escolhas ideológicas e estilos de vida de seus membros, sendo observadas em suas propriedades e na comunidade. Devido à forte relação com suas atividades, o caráter ecológico se reflete nos seus produtos e serviços se tornando um caminho viável para a articulação entre economia e meio ambiente, como propõe a economia plural, onde a diversidade das atividades econômicas pode ser desenvolvida de forma livre, com base na opção pessoal, na direção do bem estar e da prudência ecológica.

Diante do exposto até este momento, concluímos que as fenomenias analisadas se caracterizam como um tipo organizacional que vem contribuir de forma efetiva para a construção de uma economia plural, onde a sociedade pode optar por um modelo de desenvolvimento diferente do padrão imposto pelo mercado centralizador. Dentro deste trabalho procuramos evidenciar esta afirmação, no entanto sintetizamos algumas dessas razões aqui:

- a) *Realização pessoal*: essência das fenomenias. As pessoas pertencentes dessa forma organizacionais têm grande liberdade de opção no desempenho de suas atividades, que são automotivadas, devido a isso, é lógico imaginar uma tendência de uma grande longevidade da atividade por parte dos seus membros. Os entrevistados conhecem o sentido de seu trabalho, ao contrário das atividades desempenhadas em burocracias que muitas vezes representa apenas um salário no final do mês para

- o funcionário.
- b) *Simplicidade*: devido seu tamanho reduzido e auto-regulado pelos seus valores e objetivos, as fenomenias apresentam a ausência de formalização em suas normas e procedimentos, característico de ambientes fundados na racionalidade substantiva. Embora as isonomias também sejam formas organizacionais alternativas fundadas neste tipo de racionalidade, seu tamanho e os processos as tornam infinitamente mais complexas que as fenomenias. Nas isonomias existe ainda a ameaça do crescimento, que pode levar estas organizações a um aumento da necessidade de normas e procedimentos, tornando-as próximas das burocracias.
 - c) *Julgamento ético e consciência social*: características que evidenciam de forma consistente a ligação das fenomenias e a economia plural. O senso crítico em relação à sociedade permite ao membro da fenomenia reconhecer e valorizar seu trabalho.

Como vimos, as propostas da economia plural e do paradigma paraeconômico nos remetem a um paradigma multicêntrico, que abrange a diversificação das atividades econômicas, através de diversas formas organizacionais. Trata-se de uma perspectiva plural que busca a ligação da economia a uma preocupação ecológica e societal o que evidencia uma forma de desenvolvimento mais sustentável. Neste contexto, a sustentabilidade é um caminho indicado por Sachs (1997) para transformar o desenvolvimento numa soma positiva com qualidade socioeconômica e ecológica, promovendo a melhoria do bem-estar das populações de forma solidária com as gerações futuras. Com esta perspectiva, a economia plural apresenta uma forte correspondência com a sustentabilidade diante do potencial para ser agente criador de identidade e coesão social, podendo representar uma nova abordagem econômica para um desenvolvimento no caminho da sustentabilidade.

A pluralidade dos princípios de comportamentos econômicos retrata um cenário propício à articulação das atividades econômicas de diversas motivações, pois revela a importância da proximidade e dos laços sociais. Isso proporciona um espaço de interação para as pessoas e organizações que nos parece condizente com a abordagem territorial. A dinâmica territorial dá ênfase na construção do território que deixa de ser uma estrutura estática e se torna palco de interação entre sociedade e meio ambiente. Acreditamos que aqui reside um espaço potencial para

Paulo Lopes: o desenvolvimento da dinâmica territorial. Para isso cabe aos atores sociais promover a articulação e integração, fortalecendo os laços sociais na direção de concretizar ações coletivas. Pois, desta forma novas formas de condução do desenvolvimento podem ocorrer de forma relativamente autônoma tendo em vista que o território é o “resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais” (CARRIÈRE E CAZELLA, 2006, p.33).

Neste sentido, a abordagem territorial incorporada ao desenvolvimento sustentável nos conduz ao desenvolvimento territorial sustentável (DTS), conforme discutido no referencial teórico deste trabalho. A partir da construção deste novo modelo de desenvolvimento e a evidência de formação da economia plural com as fenomenias, observamos que surgem pistas que indicam que uma abordagem econômica plural com base em um novo paradigma parece mais adequada para o DTS, conforme a seguir:

- a) Compreensão da racionalidade baseada em valores emancipatórios;
- b) Reconhecimento da diversidade de formas organizacionais;
- c) Diversificação das possibilidades das formas de atividades econômicas;
- d) Recolocação do papel do mercado no sistema econômico;
- e) Pluralidade de comportamentos de regulação econômicos: reciprocidade, redistribuição e mercantil;
- f) Compreensão das ações com motivações não econômicas;
- g) Articulação entre a dimensão econômica, social e ambiental e;
- h) Reconhecimento da importância da racionalidade substantiva no contexto de um novo tipo de desenvolvimento.

Desta forma, acreditamos que a economia plural e o paradigma paraeconômico podem trazer sólidas contribuições no sentido teórico e prático para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável. No entanto, essas são apenas nossas suposições diante do trabalho empreendido que nos permitiu compreender que as fenomenias contribuem para formação de uma economia plural.

5.1 Indicações para novos estudos

Este estudo representa uma pequena contribuição para a construção de uma sociedade não centrada no mercado, conciliando a obra de Guerreiro Ramos com a abordagem da economia plural. Este campo vem se demonstrando um terreno fértil para estudos acadêmicos. Seguem indicações para novos trabalhos:

- a) Estudo qualitativo com outras formas organizacionais como a isonomia;
- b) Estudo comparativo entre dois territórios, abordando o contexto da economia plural de atividades realizadas por fennomias;
- c) Estudos sobre a economia plural e o paradigma paraeconômico utilizando métodos quantitativos ou experimentos;
- d) Ampliação dos estudos sobre a abordagem da economia plural e o desenvolvimento territorial sustentável;
- e) Pesquisa-ação no território, com intuito de efetivar o papel do governo local no contexto da economia plural.

Estas são apenas algumas sugestões para novos estudos e disseminação desses conceitos, relevantes para construção de uma sociedade diferente da atual.

6 Bibliografia

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de los estudios territoriales. In: Manzanal, M.; Nieman, G.; Lattuada, M. (orgs.) *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2006.

ALMEIDA, V.; FERREIRA, H.; FERREIRA, L.; SANTOS, E.; SANTOS, D. Relação homem-natura: uma (re) construção histórica. *Centro Científico Conhecer*. Goiânia: Enciclopédia Biosfera, n. 7, 2009.

ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 37 (5), set/out, 2003.

_____. *Atuação das ONGs nas dinâmicas do desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: o caso da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO*. 2007. 427f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ARENDT, H. *A condição humana*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1991.

BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). *La richesse des régions – la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: PUF, 2000.

BIHR, A. O pós-fordismo. Realidade ou ilusão?. In: *Mosaico*, ano 2, nº 1, vol. 1. 1999.

BOYER, R.; DURANT, J. *L'après fordisme*. Paris: Syros, 1998.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CARRIERE, J.P.; CAZELLA, A.A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*. Florianópolis, a 4, v 4, p. 23-47, dez. 2006.

CHIAZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CIDTS. Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável. 1, 2007. Florianópolis. Colóquio Internacional sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Disponível em <<http://www.cidts.ufsc.br>>. Acesso em 22 agosto 2009.

CIRIEC. Centre International de Recherche et d'Information sur l'Économie Publique, Sociale et Coopérative (2010). Disponível em <<http://www.ciriec.org.br>>. Acesso em 20 janeiro 2010.

COCCO, G. et al. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COUTINHO, L. Nota sobre a natureza da Globalização. *Revista Economia e Sociedade* Campinas: Unicamp, n.4, jun, 1995.

DEPRUN, J. Filosofías y problemática de las luces. In: BELAVAL, Yvon (ed.). *Racionalismo, empirismo, ilustración*. México: Siglo XXI, 1984.

DIEESE. Anuário dos trabalhadores de 2007. Disponível em <<http://WWW.diesse.org.br>> Acesso em 16 dezembro 2009.

ELIAS, N. A. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (FATMA). *Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. Florianópolis, 2002. (CD-Rom)

FRANÇA FILHO, G. C. A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. *Anais Eletrônico...* Recife: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002.

- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.
- GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- GURISATTI, P. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HIRSCH, Fred. *Limites sociais do crescimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- HOLLING, C.S. 1996. Surprise for Science, Resilience for Ecosystems, and Incentives for People. *Ecological Applications* 6(3) 733-735.
- IBGE. Estimativas da população brasileira (2008). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Net*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 06 abr 2009.
- IPEADATA. Dados socioeconômicos da população brasileira (2008). *Net*. Disponível em <www.ipeadata.gov.br> Acesso em 28 mai 2010.
- LAVILLE, J.-L. Economia Plural. In: *Dicionário internacional da outra economia*. Pedro Hespanha (coord) et al. Coimbra: Almedina, 2009.
- LEIS, H.R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LEIS, H. R.; VIOLA, J. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia, 1996.

LEVÉSQUE, B. Economia plural e o desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. *Revista Política & Sociedade*. Florianópolis: v.8, n.14, p. 107-144, 2009.

LIPIETZ, A. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 77-99.

_____. *Uma alternativa para o século 21*. São Paulo : Nobel, 1991, p. 27-49.

MAIMON, D. *Ensaio sobre a economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: APED, 1992.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento*. 5. ed. v 1. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOLLO, M. L. R. Globalização da economia, exclusão social e instabilidade. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo: USP. v 18, 1994.

MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

NEGRI, A. O empresário político. In: *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

NOSSO FUTURO COMUM. *Comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

OLIVEIRA, F. B. Razão instrumental versus razão comunicativa. In: *Revista de Administração Pública*. v. 27, n. 03. Rio de Janeiro: FGV, 1993. p. 15-25.

PECQUER, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*. Campina Grande, v 24, n 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005.

_____. A guinada territorial da economia global. *Eisforia*. Florianópolis, a 4, v 4, p. 81-103, dez. 2006.

PNUD. Atlas do desenvolvimento humano (2000). Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. *Net*. Disponível em <www.pnud.org.br>. Acesso em 06 abr 2009.

POLANYI, K. The Economy as Instituted Process. In: POLANYI, K., ARENSBERG, C. & PEARSON, H. *Trade and Market in the Early Empires*. New York: The Free Press, 1957.

_____. *A Grande Transformação*. São Paulo: Campus, 1980.

PORTER, M. *Locations, Clusters and Company Strategy*. In: Clark, G.L.; Feldman, M.P. und Gertler, 2000.

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, S. M. A. *Projeto de estágio no curso de administração: guia para pesquisas, projetos e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSTOW, W. W. As cinco etapas do desenvolvimento – um sumário. In: *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, p. 14-25.

SACHS, I. Desenvolvimento Sustentável, Bio-Industrialização Descentralizada e Novas Configurações Rural-Urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. In Vieira, P. F. e Weber, J.(ONGs.) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. Da civilização do petróleo a uma civilização verde. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 19 (55), 2005.

_____. *Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*, Paulo Freire (org). São Paulo: Cortez, 2007.

SAUVAGE, P. Synthèse. In: *OCDE. Réconcilier l'économie et le social – vers une économie plurielle*. Paris: OCDE, 1996.

SERVA, M. *Racionalidade e Organizações: O fenômeno das organizações substantivas*. Volumes I e II. São Paulo: FGV, 1996. Tese de Doutorado em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. A racionalidade substantiva demonstrada na prática. *Revista de Administração de Empresas*: São Paulo, v 37, n 2, p. 18-30, abr/jun, 1997[a].

_____. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitos para a teoria das organizações. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, v. 31, n. 2, pp. 108-134, mar/abr.1997 [b].

_____. A dimensão sócio-organizacional do desenvolvimento sustentável. In: I Encontro dos cursos de graduação em administração, 1999, Salvador. *Anais...* Salvador: EBANGRAD, 1999.

SERVA, M.; ABRAMOVAY, R. MARTES, A.C.B; SERAFIM, M.C.; LOUREIRO, M.R. Apresentação: Fórum – Sociologia Econômica. *RAE*. v. 47, n. 2, 2007.

SERVA, M. ANDION, C. El papel de los consumidores en el fortalecimiento de la economía plural: el caso de las asociaciones de consumidores de productos orgánicos en el sur de Brasil. *Revista Venezolana de Economía Social*. Año 7, Nº 14, Julio-Diciembre 2007, 5-36.

SERVA M.; ANDION, C.; LÉVESQUE, B. O debate da economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas do desenvolvimento territorial sustentável. In: *Eisforia*, v. 4, p. 199-221, 2006.

TOLEDO, A. La economía informal “ amortiguadora” de la crisis peruana in *Toledo, A. e Chanlat*. Lima: Ed. esan / ide - HEC, 1991.

TOMANIK, E. A. *O olhar no espelho: conversas sobre a pesquisa em ciências sociais*. Maringá: EDUEM, 1994.

TONET, R. S. *Fenonomias, Economia Plural e Desenvolvimento Local: Um estudo na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR*. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, P. Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento. In: *Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: Secco/ APED, 2005.

VIEIRA, P.; BERKES, F.; SEIXAS, C. *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIEIRA, P.; WEBER, J. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 5a. ed., 1987.

_____ *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v 1. Brasília: UnB, 1991.

PAYNE, S. G.: *El fascismo*. Madrid: Planeta, 1995.

APÊNDICE

Entrevista Semi-Estruturada

1. Caracterização do indivíduo da organização:

- a) Nome:
- b) Formação:
- c) Profissão:
- d) Ocupação na organização:

2. Organizacional

2.1 Fenomenia

- a) Quantas pessoas trabalham na organização? Relacionamento entre as pessoas
- b) Estrutura: tem estrutura formal? Organograma? Como são definidas as funções?
- c) Organização das atividades: como são planejadas? Quem participa? Qual frequência?
- d) Principais motivos para realizar as atividades: qual o sentimento em relação a organização? Se sente satisfeito?

2.2 Valores e objetivos

- a) Os principais valores da organização: Quais são? Como foram estabelecidos? Como são comunicados?
- b) Os principais objetivos da organização: Quais são? Como foram estabelecidos? Como são comunicados internamente?

2.3 Ação social e relações ambientais

- a) Relações com outras organizações: estabelece relação com outra organização? Quais organizações? Que tipo de parceria? Há formalidade? Por quais motivos são efetivadas as relações?

3. Caracterização Organizacional

3.1 Socioeconômica:

- a) Organização tem registro, certificação? Que tipo?

- b) Principais atividades desenvolvidas pela organização
- c) Formas de captação de recursos (doações, projetos, venda de produtos)
- d) Formas de oferta dos produtos (bens e serviços): feiras, mercado local? Existem parcerias?
- e) As atividades desenvolvidas na organização se constituem como fonte de renda para o indivíduo? É a única fonte de renda?
- f) Identificação com a atividade

3.2 Ambiental

- a) Ações para preservação do meio ambiente: projetos? Ações? Parcerias?
- b) Quais as preocupações ambientais no desenvolvimento das atividades da organização? São utilizados processos menos agressivos? Como são estes processos?
- c) Como utiliza os recursos naturais (água, terra)? Como trata os resíduos gerados pela organização? Tem coleta seletiva?